

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

André Port Artur De Paiva Torres

**O OLHAR LOCAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS SOBRE AS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM DIAMANTINA/MG**

Belo Horizonte

2024

André Port Artur De Paiva Torres

**O OLHAR LOCAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS SOBRE AS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM DIAMANTINA/MG**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Sociologia da Universidade Federal
de Minas Gerais, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre
em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula
Vasconcelos Gonçalves

Belo Horizonte

2024

301 T693o 2024	<p>Torres, André Port Artur de Paiva.</p> <p>O olhar local das comunidades tradicionais sobre as políticas públicas de turismo em Diamantina/MG [manuscrito] / André Port Artur de Paiva Torres. - 2024.</p> <p>149 f. : il.</p> <p>Orientadora: Ana Paula Vasconcelos Gonçalves.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Sociologia - Teses. 2. Políticas públicas - Teses. 3. Turismo – Diamantina (MG) – Teses. I. Gonçalves, Ana Paula Vasconcelos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
----------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - SECRETARIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 05 (cinco) dias do mês de Julho de 2024 (dois mil e vinte e quatro), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do discente ANDRÉ PORT ARTUR DE PAIVA TORRES, intitulada: "**O Olhar Local das Comunidades Tradicionais sobre as Políticas Públicas de Turismo em Diamantina/MG**". A Banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): **Ana Paula Vasconcelos Gonçalves** - Orientadora (DSO/UFMG), **Ana Marcela Ardila Pinto** (DSO/UFMG) e **Juliana Vinuto Lima** (UFF). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa ()

Belo Horizonte, 05 de julho de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Vinuto Lima, Usuário Externo**, em 05/07/2024, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Vasconcelos Gonçalves, Professora do Magistério Superior**, em 05/07/2024, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Marcela Ardila Pinto, Professora do Magistério Superior**, em 05/07/2024, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3341610** e o código CRC **2CC349BA**.

Agradecimentos

A Deus pela saúde e sorte de ter vindo a este mundo em um lar de amor e apoio.

Aos meus pais, Ana e Ademir, pelos exemplos de valorização da educação e do trabalho árduo. Todas minhas conquistas devo a vocês e serei grato eternamente.

À sempre companheira Renata Toffoli.

À orientadora Profa. Dra. Ana Paula Vasconcelos Gonçalves e à Profa. Dra. Ana Marcela Ardilo Pinto por acreditarem neste trabalho.

À Profa. Dra Mariana Lacerda, ao Prof. Dr. Bruno Leonardo Gonçalves de Castro e aos colegas Vitor Gonçalves e Amanda Jardim pelas dicas valiosas.

Aos colegas de PPGS Helen Campos, Paulo Antônio Romano Mello, Maria Alice Sanna e Letícia Peret, amizades importantes nesse processo.

Aos colegas de Sedese Mariana Franco, Cintia Mara Batista, Cléver Machado e Érika Soares pelo apoio.

À coordenação do PPGS, especialmente a Profa. Dra. Nina Rosas e a Renata da secretaria.

Aos entrevistados e às comunidades tradicionais de Mata dos Crioulos, Macacos, Vargem do Inhaí, São João da Chapada, Quartel do Indaiá e Inhaí, a quem dedico este trabalho.

RESUMO

Este trabalho investiga a percepção das comunidades tradicionais de Diamantina/MG em relação às políticas públicas de turismo, enfocando o conceito de Olhar Local. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa analisa documentos públicos e realiza entrevistas com lideranças comunitárias para explorar como as ações do Estado brasileiro impactam essas comunidades. O estudo identifica os principais desafios, conflitos e oportunidades decorrentes das políticas públicas de turismo, destacando como são percebidas pelo Olhar Local de cada uma das comunidades e seus efeitos em seus modos de vida. Os resultados revelam que, embora as políticas públicas de turismo possam trazer benefícios, há limitações significativas, especialmente em termos de infraestrutura e inclusão das comunidades locais no processo de desenvolvimento turístico. A análise mostra que a falta de continuidade e apoio efetivo das políticas públicas gera frustração e desconfiança entre os autóctones. A valorização das tradições culturais e dos recursos naturais é um ponto central para as comunidades, que enxergam o turismo como uma oportunidade para o desenvolvimento econômico. No entanto, a ausência de infraestrutura adequada, como estradas em boas condições, e a falta de divulgação e apoio são barreiras significativas. Além disso, as políticas de manejo nas unidades de conservação nos territórios são vistas como restritivas e prejudiciais às práticas tradicionais. A pesquisa conclui que, para que o turismo seja uma ferramenta eficaz de desenvolvimento sustentável, é crucial que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas em estreita colaboração com as comunidades e seu Olhar Local.

Palavras-chave: olhar local; comunidades tradicionais; turismo; políticas públicas

ABSTRACT

This study investigates the perception of traditional communities in Diamantina/MG regarding public tourism policies, focusing on the concept of Local Gaze. Utilizing a qualitative approach, the research analyzes public documents and conducts interviews with community leaders to explore how policies from the Brazilian State impact these communities. The study identifies the main challenges, conflicts, and opportunities arising from tourism public policies, highlighting how these are perceived through the Local Gaze of each community and their effects on their ways of life. The results reveal that, although tourism public policies can bring benefits, there are significant limitations, especially in terms of infrastructure and the inclusion of local communities in the tourism development process. The analysis shows that the lack of continuity and effective support in public policies generates frustration and distrust among residents. The appreciation of cultural traditions and natural resources is a central point for the communities, which see tourism as an opportunity for economic development. However, the lack of adequate infrastructure, such as well-maintained roads, and the lack of promotion and support are significant barriers. Furthermore, management policies in protected areas within these territories are seen as restrictive and detrimental to traditional practices. The research concludes that for tourism to be an effective tool for sustainable development, it is crucial that public policies are formulated and implemented in close collaboration with local communities, considering their traditions, needs, and perspectives through their Local Gaze.

Keywords: local gaze; traditional communities; tourism; public policies

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Doxey	20
Figura 2 - Sistema de turistificação de Noronha.....	21
Figura 3 - Localização das comunidades tradicionais de Diamantina	44
Figura 4 - Placas indicativas em Mata dos Crioulos	46
Figura 5 – Campo de Flores Sempre-Vivas em Macacos	47
Figura 6 - Escola na Comunidade de Vargem do Inhaí.....	49
Figura 7 - Cruzeiro da Comunidade Tradicional de São João da Chapada	50
Figura 8 - Comunidade Tradicional de Quartel do Indaiá / Cemitério dos Escravos de Quartel do Indaiá	51
Figura 9 - Entrada da Comunidade Tradicional de Inhaí	52
Figura 10 - Ciclo de Vida dos destinos turísticos.....	59
Figura 11 - Dendrograma da Primeira Categoria de Análise.....	102
Figura 12 - AFC da Primeira Categoria de Análise	103
Figura 13 - AFC por Entrevistado(a)	109
Figura 14 - Dendrograma da Segunda Categoria de Análise.....	112
Figura 15 - AFC da Segunda Categoria de Análise	113
Figura 16 - Dendrograma da Terceira Categoria de Análise.....	124
Figura 17 - AFC da Terceira Categoria de Análise.....	125
Figura 18 - Condição precária de estrada que dá acesso a comunidade tradicional em Diamantina	126
Figura 19 - Dendrograma da Quarta Categoria de Análise	128
Figura 20 - AFC da Quarta Categoria de Análise.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ações Orçamentária relativas a políticas públicas de turismo na Lei Orçamentária Anual de 2020 no Município de Diamantina 93

Tabela 2 - Ações Orçamentária relativas a políticas públicas de turismo na Lei Orçamentária Anual de 2021 no Município de Diamantina 93

Tabela 3 - Ações Orçamentária relativas a políticas públicas de turismo direcionadas a Diamantina na Lei Orçamentária Anual de 2020 no Estado de Minas Gerais 94

Tabela 4 - Ações Orçamentária relativas a políticas públicas de turismo direcionadas a Diamantina na Lei Orçamentária Anual de 2021 no Estado de Minas Gerais 96

Tabela 5 - Ação orçamentária relativas a políticas públicas de turismo direcionadas a Diamantina na Lei Orçamentária Anual de 2020 da União 98

Tabela 8 - Políticas Públicas de turismo percebidas nas comunidades tradicionais de Diamantina 121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas Públicas de Turismo identificadas em Diamantina.....	99
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A SOCIOLOGIA DO TURISMO E A RELAÇÃO TURISTA-AUTÓCTONE	14
1.1 A autenticidade encenada e sua influência sobre o autóctone	23
1.2 O Olhar Local.....	28
2. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	39
2.1 Comunidades tradicionais em Diamantina.....	42
2.1.1 Mata dos Crioulos	44
2.1.2 Macacos.....	46
2.1.3 Vargem do Inhaí.....	47
2.1.4 São João da Chapada	49
2.1.5 Quartel do Indaiá.....	50
2.1.6 Inhaí.....	51
3. TURISMO E SEUS IMPACTOS PERCEBIDOS NAS COMUNIDADES RECEPTORAS	53
3.1 O Turismo de Base Comunitária	62
3.2 Comunidades tradicionais no Brasil	69
3.4 Turismo de Base Comunitária e Turismo Solidário em Diamantina	75
4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL	76
4.1 Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais	82
METODOLOGIA	84
Coleta de Dados	86
Tratamento e análise de dados.....	88
6. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE DIAMANTINA	91
7. O OLHAR LOCAL SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE DIAMANTINA	100
7.1 Primeira Categoria de Análise - O Olhar Local sobre o turismo nas comunidades tradicionais de Diamantina.....	100
7.2 Segunda Categoria de Análise – O Olhar Local sobre os atrativos das comunidades tradicionais de Diamantina.....	110
7.3 Terceira Categoria de Análise – O Olhar Local sobre as políticas públicas de turismo nas comunidades tradicionais em Diamantina	117
7.4 Quarta categoria de análise – O Olhar Local sobre os dificultadores da atividade turística nas comunidades tradicionais de Diamantina	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134
APÊNDICE A	144
APÊNDICE B	10

INTRODUÇÃO

As políticas públicas de turismo no Brasil consideram, principalmente, investimentos na malha urbana, infraestrutura de transportes, rede hoteleira tradicional e conservação de patrimônios localizados em destinos já consolidados e que acolhem fluxo turístico constante, usualmente ignorando atrativos e destinos afastados dos grandes centros. Há, entretanto, exceções importantes emergentes notadamente a partir da década de 2000, como iniciativas ligadas ao Turismo de Base Comunitária, modelo de gestão da visitação protagonizado pelas comunidades receptoras que tem como princípios centrais o desenvolvimento local através da participação direta dos autóctones no planejamento da atividade, o controle social sobre os impactos socioeconômicos e ambientais do turismo, o cooperativismo e o associativismo com benefícios diretos aos agentes locais.

A percepção das comunidades turísticas em relação às políticas públicas é, cada vez mais, elemento sensível de análise para que se interprete, sob o Olhar Local, as relações desenvolvidas, os impactos, os benefícios e potenciais prejuízos do turismo nos territórios dessas comunidades. O lugar que recebe o turista é o mesmo já ocupado por um grupo de indivíduos que convive com conflitos estabelecidos a priori, o que ressalta a importância das impressões e percepções, negociações e organizações consequentes das interações dos grupos sociais ocupantes daquele espaço. É comum que comunidades locais percebam os acontecimentos consequentes da atividade turística de maneira muito distinta do turista, sentindo-se excluídos no processo de turistificação, com atividades que pouco ou nada contribuem para melhorias em sua qualidade de vida, desencadeando, inevitavelmente, conflitos de interesses. Assim, a minimização dos impactos indesejáveis e maximização dos percebidos como desejáveis dependerá, fundamentalmente, de fatores como a gestão territorial e seus instrumentos de ordenamento, notadamente de políticas públicas voltadas ao planejamento do fenômeno da turistificação.

As comunidades assentadas nos potenciais destinos são alvos de ações do Estado, que tenta coordenar o desenvolvimento da atividade turística e as relações que esta estabelece, buscando mitigar as tensões locais e executando suas funções sobretudo alocativa e distributiva, impactando o espaço através de políticas públicas de turismo. Parte importante na compreensão do fenômeno

turístico é, destarte, investigar as percepções das comunidades envolvidas diretamente com os impactos das políticas públicas, considerando o seu ciclo: construção de agenda; formulação, processo decisório, implementação, monitoramento e avaliação e também o investimento, planejamento, ordenamento e gestão do turismo por parte do poder público.

Diamantina/MG, campo de estudo tratado neste trabalho, é município pólo do Vale do Jequitinhonha e destino que atrai crescente número de visitantes por sua riqueza histórica e manifestações socioculturais atraentes ao Olhar do Turista. A despeito de haver comunidades tradicionais com alguma experiência receptiva como Mata dos Crioulos (Quilombolas e Apanhadores de Sempre-Vivas), Macacos (Apanhadores de Sempre-Vivas), Vargem do Inhaí (Faiscadores, Quilombolas e Apanhadores de Sempre-Vivas), São João da Chapada (Quilombolas), Quartel do Indaiá (Quilombolas e Apanhadores de Sempre-Vivas) e Inhaí (Faiscadores), o município tem atenção destinada pelo poder público focalizada na sede urbana em detrimento das comunidades do entorno, provando a regra no que diz respeito ao fomento do turismo no Brasil.

Este trabalho tem como objetivo central compreender a percepção do Olhar dos agentes locais com relação aos impactos das políticas públicas de turismo direcionadas às comunidades tradicionais localizadas em Diamantina/MG. Por meio de uma abordagem qualitativa de pesquisa, fundamentada em revisão bibliográfica pertinente, na coleta de dados documentais disponibilizados pelo poder público e através da realização de entrevistas com lideranças das comunidades, busca-se explorar como a atuação do Estado brasileiro, no que diz respeito ao planejamento do turismo em comunidades tradicionais, tem sido percebida pelo Olhar Local. Espera-se que a análise abrangente e crítica do fenômeno possa proporcionar um entendimento mais completo e informado das implicações do turismo percebidas por essas comunidades, com a intenção de oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis na região.

Os objetivos específicos envolvem:

- 1) Caracterizar as comunidades tradicionais compreendidas em Diamantina/MG, buscando reconhecer como estas interagem com o desenvolvimento do turismo;

2) Identificar e descrever as principais políticas públicas de turismo planejadas e implementadas em Diamantina, explicitando seus objetivos, instrumentos e abordagens;

3) Coletar e analisar, por meio de entrevistas semiestruturadas, o Olhar Local das lideranças comunitárias com relação às políticas públicas de turismo direcionadas a essas comunidades;

4) Identificar os desafios, conflitos e oportunidades que tenham surgido em decorrência dessas políticas.

1. A SOCIOLOGIA DO TURISMO E A RELAÇÃO TURISTA-AUTÓCTONE

Buscando compreender as dinâmicas que condicionam as relações entre autóctones e turistas e sua interação com o lugar que recebe o fluxo turístico, o campo das ciências sociais tem tratado tais questões sob diversos pontos de vista. Nos interessa neste trabalho, sobretudo, como as expectativas e olhares dos agentes locais envolvidos no fenômeno turístico percebem e interferem nos papéis sociais assumidos por eles e como esse lugar ocupado pelos atores na cadeia produtiva do turismo dialoga com o planejamento e execução das políticas públicas de turismo no território, especificamente no que diz respeito à consideração dos Povos Tradicionais na formação de agenda dos formuladores de políticas públicas direcionadas às comunidades tradicionais em Diamantina.

O turismo é das atividades que mais movimentam a economia mundial e a Organização Mundial do Turismo (OMT) estima que, apenas no ano de 2023, com o mercado ainda em recuperação da recessão decorrente da pandemia da COVID-19, a indústria do turismo tenha representado cerca de 3% do PIB global, registrando um produto interno bruto direto do turismo (TDGDP) de 3,3 bilhões de dólares e um valor de exportação de 1,6 bilhão de dólares, cerca de 93% dos números registrados no ano de 2019, período pré-pandêmico. O Brasil registrou aproximadamente 5,9 milhões de chegadas em 2023, superando em 3% as estimativas da OMT para o exercício, um crescimento de 63% em relação ao ano anterior e próximo das 6,4 milhões de chegadas no período pré-pandêmico de 2019. A indústria também mantém em torno de 2,1 milhões de empregos no Brasil e 319 milhões em todo o mundo e há previsões de crescimento do número de

turistas em 3,3% ao ano, atingindo a marca de 1,8 bilhão de visitantes internacionais em 2030 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2023). Números tão expressivos de trânsito humano e de divisas têm colocado o turismo em destaque na agenda pública, sobretudo nas últimas décadas, e chamado a atenção de governos, universidades e da opinião pública em geral. A expansão do turismo à escala global pode ser atribuída a diversos fatores que incluem a crescente liberalização do comércio internacional, a adoção de tecnologias avançadas como a tecnologia da informação e das telecomunicações, a integração de empresas de turismo tanto horizontal como verticalmente, ao consumo generalizado de turismo em diferentes territórios, e ao aumento da flexibilidade de trabalho em vários setores do economia (BENI, 2003).

Segundo Huete (2015) a pesquisa em turismo não recebe importância equivalente à grandeza econômica da atividade e autores como Torres (1998) e Tribe (2010) apontam que a investigação do fenômeno usualmente resente de fundamentação teórica própria. Desse modo, seus pesquisadores recorrem a bases epistemológicas e referências em distintos campos disciplinares, sendo a sociologia uma das ciências pioneiras na abordagem do fenômeno, com contribuições também valiosas vindas da geografia, do marketing, da economia, da psicologia, da história, do planejamento espacial e da ciência política (MARUJO, 2020). Apesar da transversalidade da pauta, das dificuldades para determinar uma hierarquia clara entre as diferentes ciências sociais que se dedicam ao seu estudo e de ser considerada uma disciplina social e científica relativamente jovem, a academia tem proposto interpretar o turismo autonomamente como fenômeno pelo menos desde a metade do século XX em busca de conceitua-lo e teoriza-lo se valendo de três níveis de análise interrelacionados - o interacional, o institucional e o sistêmico (HARRISON, 2021). Autores como Cohen (1979), Harrison (2008), Huete (2007) e Tribe (1997) discutem a desconsideração da sociologia do turismo como campo autônomo da teorização sociológica, havendo, ao invés disso, uma aplicação de teorias das ciências sociais no campo específico. Todo modo a evolução relativamente tardia do turismo como campo reconhecido nas ciências sociais é comprovada com a constatação de que a Associação Internacional de Sociología (*International Sociological Association* - ISA) inclui uma seção exclusiva do tema pela primeira vez somente em 1990 (ANDRADE, 2010; HARRISON, 2007; 2021; HUETE, 2007; MUÑOZ DE ESCALONA, 2007).

De acordo com Cohen (1984) tal especialidade tem se mostrado interessada na problematização, sobretudo, sob quatro perspectivas principais: o turista e suas motivações; as relações sociais entre turistas e locais; a estrutura e o funcionamento do sistema turístico e as consequências do turismo no território. Partindo dessa grande caracterização o autor cita algumas abordagens que considera mais relevantes na produção sociológica dedicada ao fenômeno: aquela que aborda o turismo como a comercialização da hospedagem, que teria foco na percepção do visitante/cliente; a abordagem do turismo de massa como uma consequência da democratização, também focada no viajante; a do turismo como atividade moderna de lazer, algo tratado por sociólogos como MacCannell (1976) e Krippendorf (1987) e, finalmente, a abordagem do turismo como um fenômeno aculturativo, em que os proponentes focalizam os efeitos que os turistas têm sobre seus anfitriões e se esforçam para integrar o estudo do turismo na estrutura mais ampla da teoria da aculturação (COHEN, 1984; NUNEZ, 1963).

A análise do fenômeno tem sido prolífica ao focar o turista, suas motivações e seu papel social como agente interveniente no destino, incluindo aí o componente de retorno do turista ao local de origem após a viagem e seus impactos na localidade emissora a qual regressa. Autores como Knebel (1960) e Barretto (2003), concentram-se no estudo do comportamento social das pessoas durante suas férias, abandonando temporariamente seus papéis sociais exercidos no lugar de origem, sejam eles profissionais, comerciais ou familiares, para assumir a identidade de viajante. O turismo começa, ao menos conceitualmente, a partir da motivação desse indivíduo, isto é, através das razões que o levam a deixar seu lugar de residência e se deslocar para outros lugares, de modo que o alvorecer do campo acadêmico e dos estudos que buscavam o desenvolvimento da indústria de viagens se dedicou a compreender, principalmente, o turista e seu caráter (COHEN, 1984; KRIPPENDORF, 2001; TRIBE, 2010). Importante reconhecer que esse deslocamento pode inclusive não ser caracterizado como turismo a depender justamente dessas motivações envolvidas, como a necessidade de se estabelecer em outra cidade a trabalho, daí nota-se a relevância de tal elemento na própria identidade do turista, de modo que muitos autores que estudam o fenômeno dedicam esforços focalizando o ponto de vista emissor na compreensão dos impactos da atividade sobre indivíduos e sociedades. Entretanto, o crescente interesse no estudo da cultura das sociedades receptoras e as mudanças ocasionadas pela atividade turística, nas diversas imagens e significados

transmitidos através dos destinos e nas relações sociais que se estabelecem entre os turistas e anfitriões têm, de certa forma, contribuído para uma maior aplicação da sociologia do turismo na investigação dos seus efeitos sob o aspecto receptivo (BARKE, 1999; COHEN, 1984; GALLARZA, SAURA & GARCIA, 2002; JAFARI, 2005; LEIPER, 1979; MANTECÓN, 2011; SCHRIEWER, 2008; URRY & LARSEN, 2021).

Extrapolando uma análise sociológica que parta do ator-turista, a complexidade do turismo envolve inúmeras questões econômicas, sociais, culturais e ambientais que afetam território e comunidades locais, e os cientistas sociais passaram a dedicar sua pesquisa sob o viés receptivo, ou seja, a tratar dos efeitos do fenômeno tendo como foco os autóctones e as localidades que recebem o fluxo de pessoas proveniente da atividade, sem ignorar a dialógica destes com o turista (EVANS-PRITCHARD 1989; KIM 1999; SWEET 1989). Esses efeitos podem ser consequência da atividade como importante motor econômico para as comunidades locais, mas também fruto de impactos negativos, como a superexploração de recursos naturais e culturais e a gentrificação de áreas turísticas. Autores como Gamper (1981), Pi-Sunyer (1977) e Van Den Berghe & Keyes (1984) enfocam o turismo sob as relações étnicas inerentes ao fenômeno, se dedicando a compreender a relação turista-autóctone no campo mais amplo da etnicidade, com vertente importante que discorre sobre, por exemplo, o impacto da produção de artesanato no mercado turístico e nas identidades étnicas.

Outra linha notável que coloca protagonismo nas populações locais enxerga o fenômeno como uma forma de neocolonialismo que aprofundaria dependências entre países (ou localidades) "metropolitanos" emissores de turistas, e países (ou localidades) "periféricos" receptores de turismo, e que reproduziria formas de dominação imperialista, perpetuando o subdesenvolvimento estrutural, também apontando a interferência do turista como uma forma caricaturada de ocidentalização (COHEN, 1984; NASH, 1977). Tais abordagens têm em comum a consideração do autóctone e seu território como principais afetados pelo fenômeno e, portanto, principal alvo de investigação. Pesquisas que abordam o turismo receptivo como objeto de estudo, como nos casos de Knox (1978), Pearce (1982) e Sutton (1967), usualmente se atentam à importância do equilíbrio entre os benefícios econômicos e os impactos negativos e, como pressuposto, na necessidade de que sejam adotadas medidas para garantir a sustentabilidade do

turismo a longo prazo. Tal bibliografia entende que o turismo pode ter um papel importante na promoção da compreensão cultural e no fortalecimento dos laços entre as pessoas de diferentes partes do mundo, desde que bem planejado por políticas públicas e iniciativas que considerem as vozes locais. É fundamental, portanto, assumir o turismo como um fenômeno complexo e multifacetado que requer uma abordagem cuidadosa e responsável (COHEN, 1984; MAOZ, 2010).

Sutton (1967) se propõe a analisar a dinâmica relacional entre turistas e autóctones considerando três dimensões principais: a interação humana, da qual derivam as demais, quais sejam, a percepção e a atitude. Tal interação é caracterizada como uma "série de encontros" transitórios, descontinuados e assimétricos, entre visitantes, que estão em movimento para se divertir e autóctones, que estão relativamente imóveis e vinculados ao papel social de agradar tais visitantes. O turismo, portanto, envolve uma forma de interação superficial e segmentada que é principalmente instrumental e desprovida de apego emocional ou mesmo carregada de uma natureza aversiva, com essas interações conduzindo frequentemente ao desenvolvimento de estereótipos negativos. Como, a rigor, o turista pertence a um contexto sociocultural diferente do nativo, o turismo possui características que o classificam como uma forma única de relacionamento étnico que redundaria em relações suscetíveis ao engano, à exploração e à desconfiança. Tanto os turistas como os locais podem facilmente escapar às consequências das suas ações devido à sua interação meramente temporária. A transitoriedade de tais encontros, aponta o autor, faz com que o relacionamento entre os agentes tenha um caráter imediatista, que não considera os laços no futuro (uma vez que provavelmente não existirão), gerando um sério problema de confiança, de modo que a exploração e a hostilidade tomam o lugar da oportunidade de criação de vínculos e respeito mútuos (VAN DEN BERGHE & KEYES, 1984; SUTTON, 1967).

O status social dos turistas é variável, mas não é errado considerar que estes muitas vezes provêm de sociedades ricas ou pertencem às classes mais abastadas de sociedades emergentes, o que leva à admiração, desejo e inveja das suas riquezas, seus meios de lazer e bens materiais, tais como câmeras, automóveis e equipamentos de camping sofisticados. Por outro lado, os turistas muitas vezes ignoram as condições locais, fazendo com que os nativos pareçam incompetentes, ridículos e facilmente exploráveis. Além disso, a interação entre turistas e habitantes locais é inerentemente assimétrica. Esta assimetria não é

apenas evidente em termos da disparidade de riqueza que favorece o turista e da disparidade de informação que favorece o local, mas também nos papéis que desempenham. O turista assume o papel de espectador, enquanto o local torna-se um *performer*. O autóctone não só busca preencher a lacuna cultural e linguística para atingir um objetivo comum, mas também se apresenta como um espetáculo para a diversão do turista (MACCANNEL, 1976; VAN DEN BERGHE & KEYES, 1984). Segundo Smith (1977) a assimetria dessas relações seria fundamentalmente problemática, já que o encontro parte de um conflito de interesses, gerando expectativas de lazer e gratificação imediata em um agente, e no outro, expectativas de trabalho e ganhos financeiros. A relação turista-autóctone seria, em variados graus, incorporada e regulada por dois sistemas socioculturais distintos: um sistema local, que é invadido pelo turismo, e o próprio sistema turístico emergente. A dinâmica evolutiva dominante dos relacionamentos redundaria na transição do primeiro para o último. Os estudos desse desenvolvimento normalmente nomeiam tal processo como comercialização, mercantilização ou turistificação (GREENWOOD, 1977; SMITH 1977). Explorando tal dinâmica, Sutton (1967) afirma que, uma vez que esse ambiente de hospitalidade local se desintegra com o aumento do número de turistas e, conseqüentemente, da pressão exercida pela atividade turística sobre o autóctone, um estágio de anomia é percebido e uma relação predatória entre nativos e turistas se estabelece. O autóctone se “adaptaria” a tal cenário e, conscientemente ou não, nortearia sua conduta pela extração do maior ganho imediato possível de cada encontro, sem se importar com as conseqüências de longo prazo sobre o fluxo turístico, inclusive, afirma o autor, abrindo caminhos para práticas que extrapolam a simples “antipatia” ou resistência com o “forasteiro”, mas que envolveriam discriminação e pequenos delitos. Ao perceber o prejuízo que tais relações geram para o *trade* turístico, empresários do ramo e formuladores de políticas públicas tomariam o protagonismo e definiriam os rumos da institucionalização e da profissionalização do sistema turístico. Nesse momento é percebida a incorporação da encenação citada por MacCannell (1976), que explica o processo onde a profissionalização e o condicionamento à institucionalidade da atividade leva o agente local a assumir a persona de “palco de frente”¹ explorada na teoria da performance ou fachada goffmaniana², alijando, ainda mais, o visitante da

¹ Tradução nossa da expressão “front stage”.

² Para mais detalhes ver GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

experiência de autenticidade buscada – o “palco de fundo”³ se torna crescentemente reservado aos locais. Sobre este processo evolutivo Doxey (1976) propõe um modelo generalista, descrito da Figura 1, que trata das mudanças nos autóctones provocadas pelos turistas, assumindo quatro estágios: euforia, apatia, incômodo e antagonismo.

Figura 1 - Modelo de Doxey



Fonte: Elaboração própria baseada em Doxey (1976).

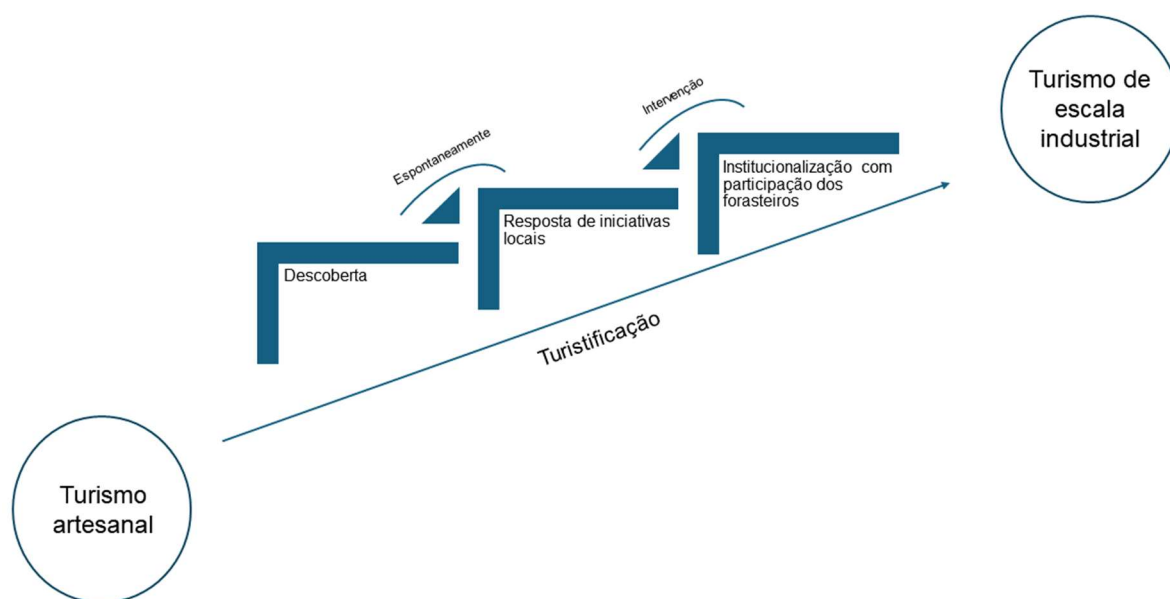
MacCannell (1976) explora o estágio final deste processo de maneira menos trágica, notando que destinos “maduros”, citando o exemplo da Suíça, onde a atividade é altamente profissionalizada e institucionalizada, tendem a desviar tanto do extremo da hostilidade advinda do local ou do predatismo do turista de massa, quanto da relação humana genuína e sem tutelas entre autóctones e viajantes. Para tanto, seria necessário o devido planejamento e implementação de políticas públicas e mecanismos de governança que considerem tais conflitos e tratem a problemática de maneira participativa, protagonizando os anseios dos cidadãos locais (BANDUCCI JÚNIOR & BARRETO, 2001; DOXEY, 1976; MACCANNEL, 1976; NORONHA, 1977).

Buscando compreender como se dá o desenvolvimento da "mercantilização" do turismo, Noronha (1977) apresenta um modelo geral de desenvolvimento dos sistemas turísticos, ilustrado pela Figura 2, com crescimento induzido por agentes externos, em contraponto aos locais que crescem organicamente e com participação autóctone ativa. Tal modelo, corroborando o de Doxey (1976), consiste em três etapas: primeiro a descoberta; em seguida a resposta e iniciativa locais e, finalmente, com a entrada de agentes "forasteiros" no mercado, ocorre a institucionalização. O modelo parte do pressuposto de que o turismo em um

³ Tradução nossa da expressão “back stage”.

destino recém-descoberto, a princípio, se desenvolve espontaneamente baseado em iniciativas locais. Mais tarde, no entanto, como os recursos locais (humanos e de capital) se mostram insuficientes para sustentar o crescimento, os formuladores de políticas públicas e os empreendedores de maior porte intervêm até que o controle passe das mãos dos locais durante a fase de institucionalização, transformando o turismo artesanal em turismo de escala industrial na medida em que serviços como os meios de hospedagem se adaptam à racionalização de procedimentos, se padronizam e tomam proporções comerciais de maior vulto. A implicação geral do modelo é que, com o desenvolvimento da indústria, os locais perdem gradativamente a autogestão sobre os serviços, fazendo com que sua parcela na capitalização dos benefícios advindos da atividade turística diminua.

Figura 2 - Sistema de turistificação de Noronha



Fonte: Elaboração própria baseada em Noronha (1977).

Além disso, o sistema é caracterizado por um movimento centrífugo e que tende a crescer para novas áreas, seja de maneira espontânea e orgânica, em resposta a algum impulso interno, seja por meio de um movimento induzido e patrocinado pelos formuladores de políticas públicas ou grandes empreendedores (CHRISTALLER, 1955; COHEN, 1984; NORONHA, 1977). Tal participação de empreendedores externos é um dos elementos responsáveis pela dominação metropolitana da indústria do turismo (MATTHEWS, 1978).

Em geral, durante o processo de mercantilização do turismo, os costumes e as artes tradicionais sofrem mudanças significativas ou se adaptam em consideração

ao público externo vindouro, que não compartilha das mesmas heranças culturais, idioma ou valores internos. Festejos, danças, rituais e elementos como trajes folclóricos são “repaginados”, alterando manifestações, antes espontâneas, para o agrado do turista. Entretanto, Cohen (1983) afirma que, para além da simples assunção do fenômeno como transformador das artes e costumes locais, há que se ressaltar os casos em que o turismo auxilia, por exemplo, na sobrevivência de artes folclóricas antes moribundas ou mesmo estimula o desenvolvimento de novos estilos artísticos valorizados internamente e externamente. Sob tal perspectiva, o turismo pode ser encarado como mais uma etapa, ainda que acelerada, no processo contínuo e inevitável de mudança cultural. Os encontros locais-turistas poderiam dar origem ao que MacCannell (1976) chama de “etnicidade reconstruída” ou “etnicidade secundária”.

Outra consequência importante notada por autores como MacCannell (1976), Noronha (1977) e Waldren (1996) é o impacto do turismo na estratificação social local e na divisão social do trabalho. Ele pode aumentar as disparidades sociais com a distribuição desigual dos benefícios advindos do seu comércio e afetar os papéis sociais tradicionais de uma comunidade, quando se considera, por exemplo, o papel dos gêneros. Com a criação de novos tipos de vagas de emprego o turismo absorve força de trabalho anteriormente não envolvida na indústria, especialmente mulheres, geralmente alocadas nos serviços de hospedagem, na produção de artesanato destinada ao consumo do turista ou, em casos mais extremos, nos serviços de prostituição. Tal absorção tem efeitos não apenas na divisão social do trabalho em si, mas na dinâmica doméstica dessas comunidades, dado que afeta o status social de tais mulheres perante a comunidade e seus maridos, inclusive no que tange o cuidado parental, podendo gerar conflitos dentro desses núcleos familiares.

Com relação à dinâmica política das comunidades autóctones, é importante considerar o turismo como fenômeno relevante também ao afetar os interesses e a agenda local, tanto sob o ponto de vista da política institucional (priorizando demandas atinentes à conformidade mercadológica da atividade, minorizando as escolhas dos autóctones na formação de agenda e etc), quanto no exercício político cotidiano dos atores locais, provocando não só a criação ou reforma de repartições públicas destinadas ao planejamento de políticas de turismo, mas a pluralização das estruturas de poder local, formando novos centros de liderança

influenciados pela geografia do turismo e alçando novos líderes em contraponto às lideranças tradicionais (WALDREN, 1996). Desse modo, é comum o surgimento de conflitos antes inexistentes nas comunidades receptoras; não apenas a presença do turista alteraria o cotidiano nessas localidades como a própria expectativa do viajante já condicionaria, a priori, a vida das comunidades onde a atividade turística se estabelece (ODERMATT, 1996). Discutiremos essas expectativas e seus efeitos sobre as comunidades receptoras com maiores detalhes adiante.

1.1 A autenticidade encenada e sua influência sobre o autóctone

Para melhor compreender os efeitos das expectativas criadas pelos turistas e como estas condicionariam autóctones, localidades receptoras e a elaboração de políticas públicas de turismo no território, trataremos do que MacCannel (1976) chama de “autenticidade encenada”. Conhecido por suas contribuições para a sociologia do turismo no que diz respeito aos impactos nas pessoas e na cultura dos destinos turísticos e pelo debate acerca do modo pelo qual as imagens criadas pelos turistas podem transformar a realidade local, MacCannell (1976) argumenta que as experiências turísticas são geradas para serem vendidas com a aparência de autenticidade, quando na verdade são cuidadosamente encenadas para atender às expectativas dos viajantes, afetando diretamente os papéis sociais e a rotina das comunidades locais.

Em sua teoria MacCannell se utiliza do interacionismo simbólico de Goffman (1985), se concentrando na relação entre o mundo do trabalho em contraposição ao do lazer. Goffman (1985) afirma que a vida cotidiana pode ser comparada a um teatro: no “palco de frente”, o “eu” se encarregará de controlar suas ações de modo a impressionar os outros indivíduos, buscando sempre seus objetivos pessoais secretamente. Como em um palco, a teoria admite que as pessoas não mostram atitudes autênticas em sociedade - nos bastidores os indivíduos preservariam suas emoções sobre si mesmos e sua relação com o “outro” havendo, portanto, inerente contradição entre o que as pessoas dizem e o que elas fazem, a exemplo do que agentes locais fariam em contato com o turista segundo a autenticidade encenada de Maccannel (1973; 1976).

Partindo da premissa de que os aborígenes se identificariam com um determinado

totem, MacCannell (1973; 1976) afirma que, analogamente, o indivíduo moderno encontra no consumismo um padrão simbólico de identificação cultural – a atratividade que caracteriza os destinos turísticos deve ser comparada com o totemismo tribal. O autor faz um paralelo entre o turismo moderno e as peregrinações de outrora: suas semelhanças partiriam do fato de que ambos buscam experiências autênticas (MACCANNELL 1973, p. 593). Ele argumenta que já não há a necessidade de se discutir que o desejo do turista tem origem na diferença (natural e normativa), pois se trata de fato pacificado pela literatura. Assim, a busca moderna por autenticidade seria análoga à "ansiedade sobre o sagrado nas sociedades antigas" e, portanto, espelharia a busca pela "verdade" presente na religião (MACCANNELL 1973, p. 590). No entanto, devido à instabilidade da autenticidade na vida moderna e à alienação do homem moderno, a realidade e o que é autêntico são percebidos sempre em lugares e momentos alheios aos de aqui e agora, em outros períodos históricos ou em outras culturas, mais "puras e simples" (MACCANNELL, 1976).

A procura por autenticidade faria, portanto, com que o indivíduo a emulasse através das viagens: "[...] fazer turismo é um ritual realizado em resposta às diferenciações da sociedade."⁴ (MACCANNELL 1976; p.13), e a diferenciação outrora representada totêmicamente nas sociedades primitivas é, na modernidade, simbolizada pelos distintos atrativos turísticos visitados. Essa busca por autenticidade seria, também, refletida no autóctone que, ao considerar tal expectativa vinda do turista, subverte o autêntico. Seguindo sua análise à luz dos conceitos de performance e fachada de Goffman (1985), MacCannell (1976) esclarece que o turista de massa moderno acaba tendo acesso apenas ao "palco de frente" da vida comunitária no lugar visitado: "preso" e sem saída no "espaço turístico", onde o autóctone se relaciona também baseado na consideração do Olhar do Turista e sua vontade, é negado ao visitante o acesso aos espaços de "fundo" ou a ele são relegados os "fundos falsos"⁵, ou seja, os espaços simulados, pois o autêntico, uma vez diferenciados autóctone e turista, é reservado apenas aos primeiros. Os pós-turistas, como denominados por Cohen (1995), na prática não se importam se os atos e produtos que os nativos lhes mostram são verdadeiramente "reais" ou "autênticos" e se entregam voluntariamente às práticas de criação de mitos do sistema turístico – parecer autêntico é o suficiente para

⁴ Tradução nossa do trecho "[...] sightseeing is a ritual performed to the differentiations of society.".

⁵ Tradução nossa da expressão "false backs".

saciar as expectativas do Olhar do Turista. No pós-modernismo, a autenticidade é substituída por simulacros e o inventado e encenado pode, inclusive, ser preferível (COHEN ,2001; WANG ,1999). Esses turistas se contentam com pseudoeventos, como caracterizado por Boorstin (1964), não porque rejeitam a autenticidade “real”, mas porque estão submetidos à superficialidade como solução possível na sua jornada. Está posto o paradoxo de um mundo essencialmente comercial: a aventura em busca de autenticidade feita pelo turista seria, no final das contas, infrutífera e carregada de autoengano. É importante notar, entretanto, que estudiosos como Cohen (1988) criticam a própria noção de autenticidade assumida por MacCannell (1976), considerando a suposta busca por esta algo não aplicável à pós-modernidade, onde o mero desejo por prazer, satisfação e diversão já seriam culturalmente suficientes para o exercício do turismo.

MacCannell (1976) segue sua análise da sociedade contemporânea identificando que, ao fim da era industrial, quando o trabalho e as relações trabalhistas já não mais definiam o status social do indivíduo como antes, o seu papel foi substituído pelo lazer. Difere os turistas, a princípio, pela expectativa que criam com relação ao destino elegido: tal escolha se basearia nas condições socioeconômicas, de constituição familiar ou de disponibilidade laboral, o que já os estruturaria em grupos distintos de saída. O turista assumiria, portanto, nova flexibilidade identitária na pós-modernidade, formada através dos lugares aos quais visita. Sendo um viajante, o turista ganha uma visão - ou olhar, ou “gaze”, segundo o conceito de Urry (2021), o qual trataremos adiante - “de fora” sobre os aspectos políticos, econômicos e socioculturais dos lugares e comunidades visitados, o que lhe permite compreender sua alteridade e se identificar através do outro. O turismo, então, transforma a experiência na vida contemporânea na medida em que a busca moderna por autenticidade aurática foi substituída por uma autenticidade encenada na pós-modernidade. Planejando e condicionando lugares receptores da atividade, elegendo manifestações e atividades convenientes à indústria em detrimento de outras, o turismo e a cadeia produtiva vinculada ao fenômeno assumem uma ideia própria de história, criando uma economia de experiências humanas que sintetizam fantasia e realidade em um amplo simbolismo no mundo pós-moderno.

O fato de que a chegada de turistas, sobretudo em massa, altera as comunidades autóctones, é consenso debatido desde os primórdios da pesquisa do fenômeno,

porém, afirma MacCannell (2016), essas mudanças não foram centrais nos debates da sociologia do turismo como deveriam, sendo tratadas de forma discreta e descritiva. Ele explica que as ciências sociais, tradicionalmente, têm se dedicado à teorização e desenvolvimento metodológico considerando as causas e resultados das diferenças dentro das comunidades humanas; tensões e oposições determinadas por fatores que envolvem etnias, classes, gêneros, ricos e pobres, esquerda e direita políticas, centro e periferia, rural e urbano e assim por diante. A pesquisa do fenômeno turístico envolveria, entretanto, divisão diferente - aquela entre a localidade (do autóctone) e o resto da humanidade representada pelo "desejo do turista". Isso seria mais evidente nos estudos de marketing turístico, onde a identidade e a diferença do destino são consideradas os principais impulsionadores da participação no mercado, mas sua presença é notada em variadas formas de pesquisa no campo do turismo.

MacCannell (2016) sugere que pesquisadores não devem mais partir da ideia de que as localidades receptoras existem num estado de singularidade original irrefletida, com os cientistas incorrendo no erro de procurar, incasavelmente e sem sucesso, locais supostamente "intocados" pela chegada de forasteiros, busca que lembraria aquela dos antropólogos do século XIX. Para o autor essa diferença, no entanto, também é desenvolvida sob o condicionamento do Olhar do Turista, que molda o lugar de acordo com suas expectativas pregressas do que seria o destino a ser visitado e, posteriormente, pela imposição daquilo que projeta no outro, nesse caso, o autóctone. Tornando História em museus e a natureza em parques, o turismo transforma o que é local em alvo de curiosidade, o expondo ao Olhar do Turista. MacCannell (2011) também questiona os conceitos clássicos de lugar e comunidade que permeiam o estudo do turismo. Segundo o autor, mesmo que seja um trabalho ousado e custoso, a pesquisa do turismo precisa se perguntar se a subjetividade continua tão atrelada, como já foi, ao local de origem, à classe ou à etnia. A localidade, classe, etnicidade e gênero se transformaram em efeitos simbólicos difusos a serem observados e, de maneira superficial, "experimentados", sobretudo como exemplos estéticos de alteridade e diferenciação humana. Seguindo esta lógica, Oakes (2005) afirma que o lugar não deve mais ser entendido como uma entidade delimitada, mas sim como um espaço de constante diálogo entre autóctones, turistas e outros indivíduos ou grupos interessados no turismo por ele hospedado. Propõe, desse modo, que o pesquisador reflita sobre tais fatos sem realizar juízos de valor de ordem moral ou

estética com relação a esses novos espaços e novos significados mas, por dever de ofício, assumo que os antigos conceitos não são mais suficientes para analisar comunidades e relações humanas.

Ao fazer uma análise dos guias de viagem da Paris “*fin de siècle*”, MacCannell (1976) demonstra surpresa ao notar a ênfase desse material não em artigos de luxo como se espera, mas em aspectos econômicos e laborais e suas interconexões, como a curiosidade do observador na rotina de trabalhadores em fábricas de tabaco, em tapeçarias, na casa da moeda do governo e até nos esgotos e no necrotério. A razão disso seria a impressão no Olhar do Turista de viver uma experiência em primeira pessoa do lado mais duro e, supostamente, autêntico da comunidade local. Todo modo, para o autor, é incerto se o Olhar do Turista buscaria o entendimento interno dessas instituições ou se simplesmente fetichizaria o olhar sobre elas. Ele segue sua hipótese afirmando que o século seguinte trouxe desejos ainda mais fortes de desmitificar as experiências da sociedade moderna e, com isso, um refinamento ainda maior do que chama de “autenticidade encenada”. Nesse sentido, MacCannell (1976) se comunica mais uma vez com a teoria goffmaniana da separação entre frente e fundo, realidade e encenação e o conceito de fachada. Para o Olhar do Turista que pretensamente busca se furtar de superficialidades, há viagens como aquelas do chamado turismo cultural ou do aqui mais à frente explorado Turismo de Base Comunitária. Num paralelo com a teoria de Urry (2021), o olhar que supostamente busca uma imersão no “autêntico”, mesmo aquele que tenta se inserir nas heterotopias explorando os cantos escuros (“*dark corners*”) da cidade, não passa de uma versão da observação do movimento de palco (*front stage to back stage*) que os demais olhares também contemplam mais despreziosamente.

A autenticidade buscada pelo Olhar do Turista condicionaria, portanto, a encenação do autóctone no “palco de frente” e, conseqüentemente, a constituição do que seria um Olhar Local. O primeiro olhar busca e espera autenticidade e é recompensado pelo segundo, que encena e capitaliza também buscando seus benefícios (reconhecimento social, recompensa financeira por um serviço turístico e etc). Assim, as técnicas sofisticadas que os autóctones desenvolvem com o tempo conferem-lhes poder, mas este é um poder limitado e parcial, uma vez que se sentem pressionados a encenar e exibir uma autenticidade duvidosa num palco que não decidiram autonomamente montar e raramente se sentem satisfeitos em

atuar. Para resistir ao poder do Olhar do Turista e direcioná-lo à satisfação dos seus interesses, os locais podem inventar técnicas e estratégias, principalmente pautadas na encenação, mas permanecem no lado defensivo, já que são aqueles que têm de fazer ajustes, vender-se, esconder-se e proteger-se (MAOZ, 2006). Ainda há, usualmente no mercado turístico, a figura do intermediário ("*toouree*") da interação social e da relação comercial entre os dois mundos, diminuindo a capacidade autônoma da comunidade local e possivelmente criando mais um elo de exploração por meio da tutela da encenação. Ao analisar o turismo como uma relação étnica, Van Den Berghe & Keyes (1984) apontam que o intermediador seria uma espécie de corretor da etnicidade e da encenação, na medida em que media e capitaliza a interrelação entre turista e local, incentivando a autenticidade encenada que seu cliente-turista procura.

Apesar de seu conformismo e tolerância à superficialidade, há no turista retratado por MacCannell algo comovente, quiçá nostálgico: o impulso pelo turismo, no final das contas, envolveria uma fuga da mercadoria. As atrações podem ser comercializadas, mas não podem ser fabricadas inteiramente e haveria, sob esse aspecto, certa autenticidade real a ser buscada pelo Olhar do Turista. Esse olhar procura no que é local e no autóctone algo que não pertence à nacionalidade, à classe social e nem ao cotidiano do turista, algo que soa mais genuíno que o encenado. O turista de MacCannell, não apenas se deixa absorver pelo mito, ele agressivamente participa da sua criação quando projeta seus desejos no que é nativo. O Olhar do Turista participa da configuração dos destinos e, por conseguinte, também condiciona o olhar do outro, o Olhar Local. É esse olhar, assumido pelos autóctones no contexto de uma comunidade submetida ao fluxo turístico, a rigor de maneira alheia à sua vontade, que chamaremos de Olhar Local.

1.2 O Olhar Local

Com a intenção de se discutir o que seria um Olhar Local partiremos tratando do Olhar do Turista" ("*The Tourist Gaze*"), conceito cunhado pelo sociólogo britânico John Urry e publicado inicialmente em obra homônima em 1990 e posteriormente revisitada em 2009 ("*The Tourist Gaze 2.0*") e em 2011 ("*The Tourist Gaze 3.0*"), esta última em conjunto com Jons Larsen, e considerando sua importância na composição e interpretação do que seria um olhar próprio dos nativos no contexto do fenômeno turístico. De acordo com Harrison (2007) o trabalho de Urry (1990) é

complementar ao de MacCannell (1976) na tentativa de buscar compreender as dinâmicas de turistificação nas sociedades contemporâneas e suas implicações nas perspectivas de locais e turistas com relação ao turismo.

Baseado em Foucault (1976) e sua teoria sobre o nascimento da clínica, Urry argumenta que os "olhares" são organizados e sistematizados de modo que o "Olhar do Turista" é social e tecnologicamente educado segundo várias "formas de ver" aprendidas ao longo da vida. Ao contrário do olhar da clínica médica de Foucault, que declara que a validação de uma única instituição médica geradora de conhecimento explica a consolidação da clínica, agentes diversos validam diferentes ângulos do Olhar do Turista: poetas e pintores românticos, escritores, fotógrafos, guias de turismo em revistas ou na internet, urbanistas, conselhos locais, agentes e operadores do turismo, especialistas, acadêmicos, mochileiros que publicam suas impressões sobre viagens, programas de televisão, dentro outros: "[...] imagens comerciais emolduram olhares de turistas" (URRY&LARSEN, 2021; LARSEN, 2014, p. 305). Sendo o turista não apenas um agente físico, mas também uma construção macro-sociológica, Urry (2011) ressalta a multiplicidade do elemento motivacional e sua diversidade de manifestações. Considera-las pode auxiliar na compreensão dos impactos socioculturais, econômicos e espaciais no destino, dado que têm relação direta com o comportamento do turista e, conseqüentemente, com as comunidades locais.

Urry (2011) ressalta que o olhar ao qual se refere não é necessariamente ocular e não se preocupa apenas com o espetáculo visto, como prematuramente pode-se deduzir, mas depende de percepções mentais e de uma construção sociocultural particular. Isso inclui as maneiras como os hóspedes e os anfitriões veem, conceituam, compreendem, imaginam e constroem uns aos outros. A construção estética das atrações e paisagens turísticas é exagerada, enquanto as partes menos desejáveis desses espaços são obscurecidas ao Olhar do Turista: é o apagamento do lugar real. As representações hegemônicas influenciam as intervenções espaciais locais, o que é crucial para a compreensão dos espaços turísticos e suas formações, conforme destacado por Lefebvree (1994) e, conseqüentemente, na compreensão dos efeitos do Olhar do Turista nas comunidades receptoras (MELO, 2009). O Olhar do Turista busca os "nativos exóticos", mas a sua própria presença já altera o mesmo autóctone fetichizado e, no limite, o transforma em algo mais próximo do turista do que seu olhar deseja.

Ao mesmo tempo em que o procura, o Olhar do Turista altera e torna desinteressante o seu objeto de desejo, que se adapta numa versão falsificada da sua manifestação original.

Mas se o Olhar do Turista tem sua composição condicionada por diversos fatores alheios às preferências conscientes do visitante, quais os efeitos dessas mesmas forças externas no Olhar Local e na forma com que as comunidades locais percebem o lugar receptivo no seu cotidiano? Em que medida o Olhar do Turista pós-moderno, inundado por imagens definidoras do que é desejável e belo, selecionadas em agências de marketing, grandes operadoras emissivas, blogs de viagens e “*influencers*” pouco ou nada preocupados com os efeitos sobre os destinos, gera impactos importantes na auto-percepção e na agenda política de comunidades receptoras?

Os estudos das relações sociais no turismo tem se concentrado na imagem que os turistas têm dos locais e como seu comportamento afeta os anfitriões, com menor volume de estudos focando na imagem que os locais têm dos turistas (BRUNER, 1989; DANN, 1996; MACCANNELL, 1976, SAURA & GARCIA, 2002). O que parece consensual é que as relações entre locais e turistas, sobretudo nos países em desenvolvimento, são assimétricas no que diz respeito ao poder exercido nessas interações. (HARALAMBOPOULOS & PIZAM, 1996; SUTTON, 1967). Ao contrário dos habitantes locais, que se sentem constantemente observados pelo Olhar do Turista, a maioria dos visitantes raramente sentem que estão sob o Olhar Local e, portanto, agem no que consideram um ambiente totalmente livre e permissivo em suas férias (MAOZ, 2006). A literatura que trata de um possível Olhar Local geralmente se limita a colocar em oposição semiótica os termos "local", "nativo", "anfitrião" ou "autóctone" ao "turista", "visitante" ou "forasteiro", negligenciando, assim, uma abordagem mais profunda na compreensão desse agente local receptivo, inclusive no que tange ao uso adequado desses termos (EVANS-PRITCHARD, 1989; JULES-ROSSETE & BRUNER, 1994; KIM, 1999; SWEET, 1989; VIEIRA FILHO, 2002). Maoz (2006) considera o Olhar Local como parte de uma relação dialógica mais complexa, onde este coexiste com o Olhar do Turista, se afetando mutuamente e, por isso, introduz também o conceito de Olhar Mútuo: não se trata apenas de como vemos o outro, mas de como o outro nos vê. Estudos como os de Mowforth & Munt (1998), Nash (1977) e Wilson (1997) ao abordarem o desenvolvimento e turistificação de

comunidades, sugerem que os locais passam por transformações e adaptações considerando o olhar lançado pelos turistas. Esses autores elucidam o fato de que os anfitriões tendem a esconder-se do olhar direcionado sobre eles, reagindo de forma passiva, sem olhar de volta, ao mesmo tempo em que buscam se ajustar às exigências e necessidades dos turistas. Por outro lado, autores como Heuman (2005) defendem a tese de que em relações como as postas no contexto do fenômeno turístico, não há uma definição clara de dominados e dominadores, já que ambos os olhares exercem algum tipo de poder.

Os estudos que se concentram no conceito de identidade em uma comunidade em turistificação exploram principalmente os processos contrastantes de identificação entre turistas e locais. Kreag (2001) argumenta que, embora as atividades e eventos turísticos possam aumentar o apelo de um lugar, também podem resultar em aumento da tensão e divisão dentro da comunidade, gerando conflitos entre os apoiadores e não apoiadores do mercado turístico, além da clara possibilidade de conflitos entre locais e turistas. Da mesma forma, Waldren (1996) destaca como a presença de outro grupo que representava uma ameaça para os nativos de Deià promoveu a unidade entre os habitantes locais, transcendendo as diferenças individuais. Esses trabalhos enfatizam a importância da dinâmica entre “quem está dentro” com “quem está fora” na formação dos processos de identidade dos autóctones em uma economia em turistificação. A pesquisa de Waldren (1996) explora como os moradores da vila de Deià, na ilha de Maiorca, foram capazes de se identificar como uma comunidade a partir da dualidade simbólica e identitária, em contraste com o aumento significativo da presença de visitantes durante a segunda metade do século XX. Em razão da chegada de muitos turistas, os moradores locais identificaram aquilo que os tornava “diferentes” e, ao longo do tempo, desenvolveram estima pelos seus hábitos e fortaleceram suas manifestações culturais. A autora afirma que a percepção dos que seriam os “de dentro” em contraponto aos “de fora”, se baseia numa distância social percebida entre aqueles que “compreendem uns aos outros” através de uma linguagem própria, associações tradicionais e conhecimento compartilhado por meio de experiências comuns, em comparação com aqueles que não possuem as mesmas qualidades.

Waldren (1996) explica que a aldeia ou comunidade não se define simplesmente como uma localização física e tampouco está confinada a uma área específica. É

um domínio social que abrange tanto os vivos quanto os mortos, o passado e o presente, o externo e o interno, o pessoal e o comunitário, os aspectos espirituais e mundanos e o que está em interação contínua e em movimento de uma geração para a outra. O senso de identidade pessoal é então construído na medida em que os indivíduos transitam por espaços e participam de manifestações considerados culturalmente especiais ou sagrados, sejam eles públicos ou privados. Homens e mulheres herdaram padrões culturais e de comportamento denominados na literatura como “tradição”, nos quais baseiam suas realizações, valores e expectativas. Suas ações são julgadas de acordo com um sistema de valores preexistente moralmente justificado pela sua comunidade de origem. Entretanto, de acordo com a autora, quando as tradições em comunidades receptoras são “bricolagens”, feitas para se adaptarem às expectativas do Olhar do Turista, é inevitável que haja diferenças nas interpretações por parte de cada geração. O conceito de vila ou comunidade, portanto, extrapola a determinante geográfica, assumindo uma complexa composição que envolve a verticalidade do tempo, pessoas, associações e atividades, com seus limites se expandindo e contraindo em diferentes contextos.

A despeito de os “de dentro” se justificarem perante os “de fora” de maneira solidariamente comunitária e através do reconhecimento mútuo, é importante considerar que há sempre alguma diversidade de opiniões, conseqüentes das diferentes realidades sociais e políticas dentro de uma mesma comunidade. Em razão disso, algumas vozes ganham maior destaque, influenciando os meios de comunicação e a agenda política devido ao acesso a elas concedido através de líderes comunitários ou autoridades locais, por exemplo. Assim, observa-se que os discursos mais influentes no turismo são frequentemente articulados por residentes com ligações ocasionais ou afetados diretamente pelo setor. Ao mesmo tempo, os indivíduos que ocupam cargos empresariais, de gestão ou estão envolvidos na atividade turística, em geral, tendem a ter uma visão mais favorável ao turismo (ANDERHECK ET AL., 2005; AP, 1992; BRUNT & COURTNEY, 1999; MARRERO RODRÍGUEZ, 2006).

Deve-se notar que, do ponto de vista do autóctone, os turistas raramente foram os primeiros agentes externos a interagirem de maneira conflitiva com os locais. Mesmo nas regiões mais remotas do planeta visitantes a turismo geralmente são precedidos por conquistadores, administradores, comerciantes, missionários ou antropólogos. Essas relações prévias as quais a coletividade local pode rememorar

usualmente condicionam as percepções e atitudes iniciais dos moradores em relação aos turistas que, de maneira antecipada, podem ser classificados como amigos ou inimigos (SMITH, 1977). As interações dos autóctones com o Olhar do Turista são praticamente inevitáveis, bem como suas consequências. Esse fenômeno é perceptível mesmo em lugares onde não há uma indústria do turismo institucionalizada mas, sobretudo, onde há fluxo de turistas precedido por relações historicamente problemáticas com forasteiros. No caso do campo de estudo deste trabalho, por exemplo, há uma longa história de relações de exploração entre agentes externos e locais que envolve a precariedade das interações laborais e comerciais do garimpo de diamante, constituindo agravante para a consideração da importância de políticas públicas que mediem e remediem esses conflitos. O reconhecimento de turistas como presença constante no meio social das comunidades receptoras, geralmente, permite que os locais os usem como bodes expiatórios e pode implicar no aumento da proximidade e cooperação entre os autóctones. (MAOZ, 2006; PITT-RIVERS *apud* WALDREN, 1996).

Quando Urry (2021) examina as relações sociais do Olhar do Turista, aponta que o viajante jamais direciona o seu "olhar" apenas para lugares ou coisas mas a lugares na presença do outro, dos autóctones ou dos demais turistas, dado que a maioria dos lugares visitados estão lotados ou superlotados. O direcionamento do olhar dependeria tanto da qualidade das relações sociais vinculadas à viagem - seja no que diz respeito às companhias no deslocamento, ou àqueles laços construídos com o autóctone - quanto do lugar em si (URRY & LARSEN, 2021). Na primeira edição de "O Olhar do Turista" Urry (1990) já dedica atenção ao fato de que os turistas exercem muito poder sobre os lugares e os autóctones, tornando os nativos numa espécie de "exótico atrás das grades e sob as lentes", constantemente observado e fotografado. De fato, pesquisadores da sociologia do turismo mostram que um olhar turístico pervasivo pode criar sentimentos no autóctone de estar sendo constantemente monitorado e objetificado (CHHABRA, 2010; MAOZ, 2006; URRY, 1990). A mais recente versão 3.0 de "O Olhar do Turista" também discute como o Olhar Local não é, necessariamente, passivo e inofensivo. O autóctone também exerce sua influência objetificando o turista através do Olhar Local, podendo trazer consigo o poder e resistência dos agentes locais quando interagem cara-a-cara com os visitantes. De acordo com Maoz (2006) sempre há um "Olhar Mútuo" com muitos olhares cruzados e responsivos entre turistas e outros turistas, turistas e agentes receptivos ou intermediários

diversos, e dos autóctones com estes e aqueles: “[...] o Olhar Local baseia-se numa imagem mais complexa e bilateral, onde existem tanto o Olhar do Turista quanto o Olhar Local, afetando-se e alimentando-se mutuamente, resultando no que é denominado ‘o Olhar Mútuo’” (MAOZ, 2006, p.222). Todos estariam cruzando “olhares” nos espaços onde ocorre o turismo: autóctones retornam seu olhar para os turistas, fazendo com que os visitantes também se tornem alvo do olhar exoticizante, mesmo que, de acordo com Maoz (2006), geralmente os turistas estejam muito cegos para perceber esses olhares. Gillespie (2006) também trata do “Olhar Mútuo” quando destaca o desconforto e a vergonha do fotógrafo ao perceber que o olhar foi voltado a ele - o Olhar Local responde, colocando o forasteiro na posição de portador de um “Olhar de Voyeur”. Assim, numa dinâmica dialógica, os visitantes também estão sujeitos às imagens criadas e internalizadas pelos atores sociais locais, que atribuem maior ou menor status aos turistas de acordo com os valores e a relação do visitante com o grupo local, percebidos tanto previamente quanto posteriormente ao desembarque no território. Dessa forma, a viagem implica o consumo dos símbolos associados ao lugar, gerando um capital social que será também utilizado a posteriori na vida cotidiana, tanto por turistas quanto por autóctones. Conscientemente ou não, os turistas conformariam-se aos estereótipos dos habitantes locais: em certa medida os visitantes, assim como os autóctones fazem com o Olhar do Turista, tendem a internalizar o Olhar Local na constituição da própria identidade (GILLESPIE, 2006; MAOZ, 2006; URRY, 2021).

Quando tratamos da mutabilidade dessas impressões, o Olhar do Turista e suas conclusões sobre a comunidade local podem se modificar após a estadia, já que há um confronto direto entre as imagens vendidas anteriormente à viagem e a experiência vivida no destino. No entanto, o Olhar Local e as percepções dos autóctones sobre os turistas tendem a maior imutabilidade, uma vez que já foram condicionados por interações passadas com outros visitantes (BRUNER, 1991; GANGULI, 1975; PEARCE, 1982). De acordo com Allport (1954), para alterar substancialmente as percepções ou olhares de grupos distintos, deve haver um contato o mais genuíno possível entre esses grupos que aproxime e torne mais equitativa tais relações. Todavia, o que usualmente é notado nas relações entre anfitriões e hóspedes em razão das desigualdades dos olhares e papéis sociais, sobretudo em destinos onde a institucionalização não foi capitaneada pelo Olhar Local, é o distanciamento e o fortalecimento das suspeitas entre as partes. Isso torna tal relação impessoal, frágil e ritualística, numa espécie de simulacro. Além

disso, a partir do século XIX, a manipulação do Olhar do Turista tornou-se essencial para a transformação da atividade turística em um fenômeno global de massa, controlado pela apropriação capitalista da invenção, distinção e imitação, e essa manipulação exerce poder sobre o território que acolhe tal demanda massificada, exigindo de onde e quem recebe, que se adeque àquilo que a propaganda elege como bom ou digno de receber o olhar de fora.

Num processo de turistificação, considerando o nível de resistência local ao fenômeno, Maoz (2006) nota que, ao menos inicialmente, a resposta mais comum das comunidades ao Olhar do Turista é a cooperação, uma vez que percebem os benefícios financeiros que a atividade pode gerar. A partir daí, a próxima reação é a de resistência aberta de alguns membros das comunidades receptoras, sobretudo daqueles que se sentem empoderados em questionar os efeitos da turistificação da sua comunidade. Por fim, certo grau de sofisticação e sutileza são percebidos, com uma apuração da encenação da autenticidade e uma espécie de “resistência velada”, que depende de imagens que fazem parte dos olhares local e do turista – o Olhar Local se utilizaria do Olhar do Turista para seus próprios fins. Respondendo aos estímulos dos turistas, baseados em estereótipos socioculturais e preconceitos construídos antes mesmo da interação presencial, as populações locais refletiriam o olhar carregado de expectativas dos visitantes, a fim de obter ganhos financeiros ou de outra sorte. Sob essa consideração, o Olhar do Turista pode ser encarado como um processo destrutivo e que reduz importantes expressões culturais locais a mercadorias, fazendo com que tais tradições caiam em desuso junto às populações autóctones graças à influência que exerce no Olhar Local. O Olhar do Turista teria papel negativo na medida em que o destino é consumido por um processo econômico que valoriza e "seleciona", de maneira arbitrária e sem a participação dos autóctones, certas expressões culturais em detrimento de outras não comercializáveis que acabam se perdendo na lógica mercantilista ali posta (MACCANNELL, 1984; 1992; URRY, 1990; WESTERHAUSEN, 2002). As políticas públicas no território receptivo, desenvolvidas com base nessa institucionalização do que é selecionável e assumido como belo e desejável pelo turista podem, ao invés de organizar e distribuir os ganhos advindos da atividade, fortalecendo a população local e a preparando para receber mais e melhor, reforçar o caráter excludente daquilo que não é percebido como interessante pelo Olhar do Turista - mas que poderia ter valor intrínseco na cultura da comunidade e no Olhar Local antes de ser maculado

pela projeção do visitante.

Originalmente, Urry (1990) introduz o Olhar do Turista como o conjunto de expectativas que os turistas direcionam às populações locais na procura por uma experiência "autêntica". O turista procura uma autenticidade que o ajude a ultrapassar a alienação de que é produto mas, contraditoriamente, pode aprofundá-lo ainda mais na realidade encenada, diferente da autenticidade que procura. Como já tratado previamente neste trabalho, MacCannell (1976) entende as visitas turísticas como rituais que buscam resgatar os vários pedaços da modernidade em experiências únicas. Nesse sentido, o papel da tradição na cultura contemporânea está subordinado aos caprichos nostálgicos dos turistas a serem atendidos. A experiência de permanência e regresso de uma viagem seriam, desse modo, responsáveis tão somente por confirmar os estereótipos que existiam antes da ida, construídos pela indústria da turistificação. A criação de novos destinos turísticos implica na difusão de novos modelos e na emulação de novas diferenciações buscadas pelo viajante-consumidor.

MacCannell (1973; 1976) é importante neste debate principalmente porque, além de aprofundar a compreensão do que seria uma autenticidade encenada, sua literatura demonstra interesse em desenvolver a ideia de como melhorar a atratividade de destinos sem desconsiderar os interesses locais. Tal busca encontra na sacralidade e na autenticidade contribuições válidas que podem ajudar no desenho de políticas públicas que valorizam a cultura local, codificando o patrimônio num produto turístico ao mesmo tempo em que se mitiga os processos predatórios da turistificação e da institucionalização decorrentes do fenômeno. O autor desenvolve sua teoria buscando aprofundar a compreensão dos efeitos negativos do turismo e do processo de turistificação de comunidades, mas também analisa o potencial impacto do turismo como ferramenta de desenvolvimento para destinos com recursos econômicos limitados. Para ele, a indústria do turismo pode desempenhar um papel importante na revitalização dos valores culturais e naturais dos destinos. Todavia, autores como Noronha (1977) e Rodenburg (1980) demonstram que, inevitavelmente, quando a infraestrutura e outros ativos que caracterizam a adaptação necessária ao desenvolvimento de um destino se tornam demasiado caras em termos de investimento de capital, os autóctones envolvidos na cadeia produtiva não são capazes de liderar um processo de mercantilização ou turistificação por si próprios, condicionando as benesses

advindas do fluxo de capital no território às peculiaridades do Olhar do Turista em detrimento do Olhar Local. Aí entraria o relevante papel de políticas públicas que considerem as impressões contidas no Olhar Local - elas podem auxiliar na garantia do protagonismo comunitário no que diz respeito à decisão do que manter em sua identidade, trazendo tais escolhas ao “palco de frente” para o usufruto do Olhar do Turista, em contraponto àquilo que não faz mais sentido para a comunidade, mesmo que tenha valor para a expectativa baseada no esteriótipo assumido pelo visitante (KORSTANJE, 2013; MACCANNELL, 1976; MOAZ, 2006; NORONHA, 1977).

O turismo também é alvo de políticas públicas porque cria novas oportunidades de emprego nos destinos receptores, influenciando os padrões de migração em duas direções principais: ajudando a comunidade a reter membros que de outra forma migrariam, especialmente jovens desempregados ou subempregados em áreas economicamente menos privilegiadas, ao mesmo tempo em que atrai forasteiros em busca de trabalho ou oportunidade de ganhos econômicos que, muitas vezes, são advindos de outras atividades econômicas, como a agricultura ou o comércio. Tal dinâmica estimularia a urbanização por meio de políticas urbanas em áreas turísticas mais maduras no processo de turistificação, além de se constituir, por natureza, em uma efetiva política local de trabalho (NORONHA, 1977).

Korstanje (2013) destaca que a relação turista-autóctone, uma vez inserida na lógica do mercado turístico, é produto e também reprodutora da fragilização socioeconômica das periferias, ao mesmo tempo em que concentra benefícios nos centros urbanos. Paisagens e territórios inteiros são agora produzidos, virtualizados, comoditizados e consumidos por demandas fragmentadas, especialmente vindas das metrópoles, relegando às periferias, como os territórios de comunidades tradicionais, apenas a importância em receber e proteger os turistas. Segundo o autor, esses turistas, no limite, são incapazes de exercer empatia com relação ao sofrimento dos agentes da cadeia produtiva local do turismo. Tal falta de sensibilidade seria produto da alienação que transforma a curiosidade humana em cinismo, ressaltada ainda mais na aventura do viajante em busca de autenticidade.

Embora o turismo possa eventualmente beneficiar os autóctones vinculados à indústria, também pode causar dificuldades para o restante da população, que arca

com os ônus da atividade sem necessariamente acessar os bônus. Entretanto, quando o turismo de menor escala e baseado na propriedade local é introduzido de forma gradual em um contexto menos desenvolvido, os ganhos brutos podem ser menores, mas uma porcentagem maior será retida localmente, resultando em menos efeitos negativamente disruptivos aos locais (RODENBURG, 1980). Esse cenário poderia ser incentivado através de políticas públicas que compensem a má distribuição de benefícios advindos do dinheiro que a atividade atrai, dando voz aos interesses locais e direcionando os recursos para áreas em que a comunidade receptora julgue mais importantes no atendimento de suas necessidades – em síntese, políticas públicas que considerem, no processo de turistificação, o Olhar Local na sua formulação e execução (KORSTANJE, 2013; NORONHA, 1977).

Woodside & Martin (2015) explicam que as comunidades receptoras podem, com o apoio de políticas públicas que priorizem o Olhar Local, assumir uma gestão do turismo que estanque a degradação das manifestações elegidas como importantes pelos nativos, direcionando e "controlando" o fluxo turístico via valorização de atores locais, elementos culturais e condições gerais considerando expressões o mais autênticas possíveis, mesmo se assumindo que, ressalvam os autores, há o perfil do turista que não se interessa em experimentar um "olhar" mais profundo e que busca uma experiência superficial quase (ou de fato) conscientemente - esse perfil se tornaria problemático na medida em que, como uma droga que retribui imediatamente mas causa prejuízos no longo prazo, vicia a encenação do autóctone. Woodside & Martin (2015) ressaltam a existência, em diversos lugares do mundo, de experiências concretas fruto de políticas públicas que procuram protagonizar a percepção de quem já ocupa o lugar, valorizando as manifestações percebidas pelo Olhar Local como desejáveis e passíveis de apresentação no "palco de frente", e direcionando o Olhar do Turista para tais expressões e atrativos, ou exigindo que o turista se qualifique de alguma forma para essas visitas. Como exemplo, os autores citam certos tipos de restrições consensuadas e direcionadas a essas manifestações em que se objetiva preservar alguma autenticidade real, através de delimitações com relação ao seu tempo, atores, lugares e acessos, ou considerando outros elementos tidos como relevantes - restrições a não-islâmicos peregrinos em Meca ou as exigências direcionadas a noivos ou convidados para a celebração de certos rituais de casamento em localidades do Japão. Ao tratar do assunto, Azeredo Grunewald (2002a, 2002b) é ainda mais determinista quando afirma que o processo de turistificação não gera

conflitos sociais nem fragmentação para os residentes a menos que a sua autonomia seja ameaçada, validando o aspecto fundamental de que as políticas públicas de turismo destinadas às comunidades receptoras devem considerar as prioridades de agenda percebidas pelo Olhar Local em detrimento da avaliação estética, social ou econômica presente no Olhar do Turista.

Entender, portanto, a importância da consideração do Olhar Local em detrimento do Olhar do Turista no ciclo de políticas públicas – sua construção de agenda; formulação, processo decisório, implementação, monitoramento e avaliação – é fundamental quando se deseja, como no caso do trabalho em questão, identificar os potenciais, limites e desafios gerados pela turistificação de um destino e o papel do Estado no auxílio às comunidades tradicionais para a absorção o mais qualificada possível do fluxo turístico.

2. DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Diamantina é um município brasileiro localizado na mesorregião do Jequitinhonha no estado de Minas Gerais, mais precisamente no Alto Jequitinhonha, com área territorial aproximada de 3.892 km² dividida em 10 distritos e aproximadamente 110 povoados além da sede. Tem uma população de 47.798 segundo o censo IBGE de 2022 e é um dos polos culturais e comerciais mais importantes do norte mineiro. A cidade está localizada no topo da Serra dos Cristais, tombada como Patrimônio Natural Estadual pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), na parte meridional da famosa Serra do Espinhaço. Esta cordilheira é reconhecida como Reserva da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) desde 2005 e se estende de Minas Gerais à Bahia, praticamente dividindo as bacias do rio São Francisco e do rio Jequitinhonha e percorrendo extensa área de terras áridas e semiáridas. A região possui reconhecida riqueza mineral, o que levou à sua ocupação decorrente da extração de ouro e diamante. Apesar de sua importância histórica e geográfica, o Vale do Jequitinhonha enfrenta grandes desafios socioeconômicos, indicados pelo seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), historicamente um dos menores do país. Também nota-se rica produção artesanal, onde materiais nativos como madeira, taboa, flores sempre-vivas, tecidos e cerâmica são trabalhados pelos artesãos locais, gerando renda e promovendo a cultura e identidade inclusive de povos comunidades tradicionais

que ocupam o território há séculos e mantêm ofícios adaptados ao território. Apesar de sua história econômica mineradora e extratora, hoje o produto interno bruto da região é alavancado principalmente pelo setor de serviços, incluindo aí o turismo (SILVEIRA & MEDAGLIA, 2012).

Devido à sua grande riqueza mineral a região começou a ser ocupada por garimpeiros a partir do século XVII, com o deslocamento dos desbravadores em busca de ouro para o norte dos tradicionais centros auríferos mineiros, mas que acabaram descobrindo outro potencial extrativista da região, ligado ao diamante, cristal que inspirou o atual nome do antigo Arraial do Tijuco. Durante esse período a Coroa Portuguesa explorou predatoriamente as riquezas ali encontradas, o que culminou em uma corrida pelo sonho do enriquecimento rápido, característica que marca a identidade das comunidades garimpeiras até hoje. No auge da atividade diamantífera se estima a presença de mais de 5000 negros escravizados, redundando, com o declínio da exploração de diamantes, na formação de diversos quilombos na região (BULHÕES, 2016; MACHADO FILHO, 1985; SANTOS, 1868). Tal ocupação deu origem às comunidades quilombolas como são conhecidas hoje, com o território abrigando também outras comunidades tradicionais no pé da Serra do Espinhaço que se utilizam do pousio para a reposição natural da fertilidade dos solos, o cultivo de roças, quintais e a criação de animais de pequeno porte. Há também a presença de atividades tradicionais envolvendo o agroextrativismo das flores secas nativas do Cerrado como as sempre-vivas, além do garimpo artesanal dos faiscadores (FÁVERO & MONTEIRO, 2014).

De acordo com Martins (2008) o processo histórico de exploração do diamante foi carregado de temor por represálias e perseguições decorrentes da extração, tanto por parte de mineradores e diamantários, quanto do Estado desde a Colônia. Martins (2008) estima que no começo do século XXI, época do último grande ciclo diamantífero, cerca de 30 mil pessoas trabalhavam nas catas de diamante durante o período de estiagem, que dura em torno de 5 meses. A média de renda mensal desses garimpeiros era estimada em 2,5 salários mínimos. Esse histórico de exploração e desilusão causadas pela busca do diamante é um dos legados percebidos na cultura local: o garimpeiro é um profissional cujo ofício envolve, em sua lida diária, a desconfiança e a proteção das riquezas encontradas, postura que dificulta atividades em rede como as vinculadas ao Turismo de Base Comunitária (ALVES, 2011; OLIVEIRA, 2014).

O território apresenta geodiversidade importante e é circundado por unidades de conservação: o Parque Nacional das Sempre-Vivas, o Parque Estadual do Biribiri, o Parque Estadual de São Gonçalo do Rio Preto, o Parque Estadual Pico do Itambé e a Área de Proteção Ambiental Águas Vertentes. A extensão total dessas unidades de proteção integral chega a 197.396 hectares, que, somados às zonas de amortecimento, atingem 865.100 hectares de área protegida, o que representa 1,47% do território do estado de Minas Gerais (FÁVERO & MONTEIRO, 2014). As unidades de conservação, por se confundirem com as áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais ali assentadas, são motivo de constantes conflitos fundiários, dado que impõe limites de ação antrópica que usualmente se chocam com os interesses desses povos (BULHÕES, 2016). De acordo com Monteiro & Fávaro (2011), a implantação das unidades de conservação naquele território se deu de maneira arbitrária e autoritária, sem as devidas consultas às comunidades que já o ocupavam e, segundo Haesbaert (2007), esses povos vivem sob a ameaça constante da perda de seus territórios. Fávero & Monteiro (2014) destacam o processo de criação do Parque Nacional das Sempre-Vivas como exemplo da arbitrariedade na constituição dessas unidades de conservação no território de Diamantina. Com aproximadamente 124.000 hectares, que se confundem com as áreas em que comunidades tradicionais apanhadoras de flores sempre-vivas realizam coleta há gerações, o Parque das Sempre-Vivas teve sua criação decretada em 13 de dezembro de 2002, ou seja, após a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Sua implementação ocorreu sem as devidas oitivas das comunidades ocupantes da área e sem estudo prévio de impacto social, impedindo as atividades tradicionais que esses povos realizam há séculos no território.

Do ponto de vista da atratividade turística, o Centro Histórico de Diamantina foi declarado Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade em 1999 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a cidade apresenta uma oferta fortemente ligada ao turismo histórico-cultural, com seu acervo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) desde 1938. De acordo com Marques (2009), o tombamento pela UNESCO gerou um aumento do fluxo turístico notado pela própria população. Na cidade há festejos que fazem parte do seu calendário turístico-cultural, sendo os mais famosos a Vesperata - evento musical realizada no período de março a

outubro, o festival gastronômico Diamantina Gourmet - realizado em novembro, e o Carnaval. Ao mesmo tempo, há em seu entorno comunidades tradicionais com ricas características culturais, folclore e tradições que atraem visitantes, além de belezas naturais derivadas da sua instalação na Serra do Espinhaço, cenário propício para a realização do Ecoturismo a despeito de não haver, no Centro Histórico e demais locais com maior concentração de turistas, quaisquer referências explícitas às atividades do entorno (ALVES, 2011). Outros atrativos naturais muito procurados são a Gruta do Salitre, a Serra dos Cristais e o Caminho dos Escravos. O município faz partedo Circuito Turístico dos Diamantes, composto por 12 municípios, incluindo Gouveia, São Gonçalo do Rio Preto e Serro, o último famoso por seu internacionalmente reconhecido queijo do Serro e seus roteiros de Ecoturismo. Diamantina faz parte também do Projeto Estrada Real, circuito composto por 163 municípios mineiros, além de 8 paulistas e 8 fluminenses e que teve ampla divulgação nacional, atraindo turistas oriundos de todo o país. (SILVEIRA & MEDAGLIA, 2012).

A crescente relevância de Diamantina como destino turístico nacional fica evidenciada com a realização do 9º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial, que ocorreu entre os dias 11 e 13 de agosto de 2022. Promovido pela Organização Brasileira das Cidades Patrimônio Mundial (OCBPM), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Prefeitura de Diamantina, com o apoio da Associação Mineira de Municípios (AMM) e do IPHAN, e em cooperação com a UNESCO, e patrocínio do SEBRAE Nacional, o encontro reuniu, entre cadastrados presencialmente e de maneira virtual, aproximadamente 850 participantes que discutiram os desafios e oportunidades de gestores municipais no contexto do Plano Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial.

2.1 Comunidades tradicionais em Diamantina

A Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais toma forma a partir do projeto de Lei n.º 883 de 2011, com posterior sanção do Poder Executivo através da Lei 21.147 de 14 de janeiro de 2014. Essa lei visa a promoção e desenvolvimento das comunidades tradicionais por meio dos elos de reconhecimento e proteção dos seus direitos, dentre os quais o resgate cultural e de pertencimento local desses

povos. Posteriormente é criada a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT), com base no Decreto Estadual nº 46.671, de 16 de dezembro de 2014 e atualizada pelo Decreto nº 48.691 de 15 de setembro de 2023. A CEPCT reconhece 17 segmentos de povos e comunidades tradicionais em Minas Gerais, sendo estes os Povos Indígenas, Quilombolas, Povos Ciganos, Vazanteiros, Veredeiros, Pescadores Artesanais, Faiscadores Tradicionais, Apanhadores de Flores Sempre-Vivas, Caatingueiros, Geraizeiros, Extrativistas, Vacarianos, Povos Tradicionais de Matriz Africana, Congadeiros, Artesãos de Barro, Tecelãs e Carroceiros. Cada um desses grupos étnicos e comunidades possui práticas, culturas e modos de vida únicos e o reconhecimento oficial desses segmentos visa garantir a implementação de políticas públicas específicas que promovam o desenvolvimento sustentável em suas respectivas comunidades.

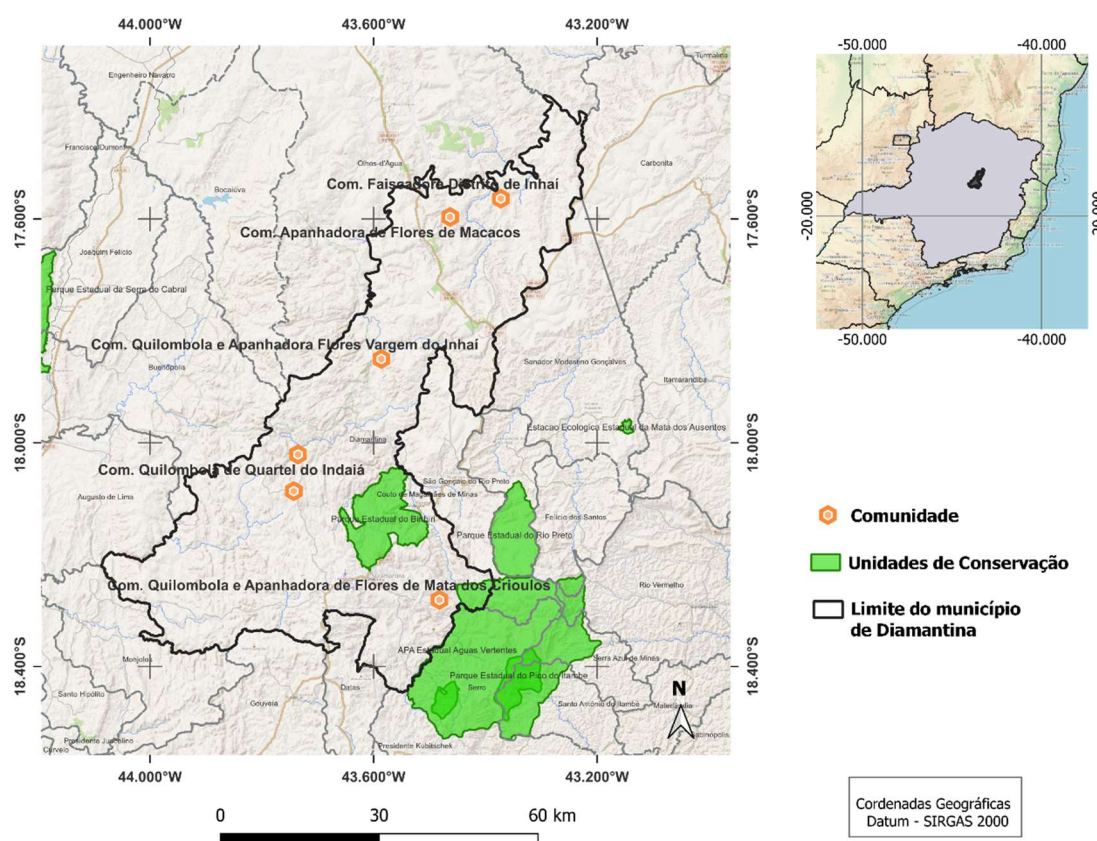
A região da Serra do Espinhaço, cordilheira que compreende o território de Diamantina, é conhecida pela sua diversidade ambiental e sociocultural, tendo sido ocupada ao longo dos séculos por distintos grupos que se utilizam da interação com aquele ecossistema para manter sua sobrevivência. Apesar de utilizarmos, para fins práticos, o reconhecimento do Estado brasileiro, a nível federal pela Fundação Cultural Palmares – FCP e a nível estadual pela CEPCT, com fins em identificar as comunidades tradicionais circunscritas no território do município, é importante assumir que povos e comunidades tradicionais têm direito à autoidentificação. A Constituição Federal de 1988, especialmente em seus artigos 215 e 216, reforça o direito à identidade e diversidade cultural. Esses artigos destacam a importância dos "sinais diacríticos" — diferenças valorizadas pelos próprios grupos sociais — na autoidentificação das comunidades. Também a Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 143 de 2003, reconhece a autoidentificação como um critério fundamental para a definição dos Povos Tradicionais, assegurando vários direitos a esses grupos.

Seguindo os critérios supracitados foram identificadas 6 comunidades tradicionais: Macacos (Apanhadores de Sempre-Vivas) Quartel do Indaiá (Quilombolas e Apanhadores de Sempre-Vivas), Mata dos Crioulos (Quilombolas e Apanhadores de Sempre-Vivas), Inhaí (Faiscadores) e Vargem do Inhaí (Faiscadores, Quilombolas e Apanhadores de Sempre-Vivas). A comunidade de São João da Chapada se autoidentifica quilombola e aguarda seu reconhecimento oficial. Ela

foi incluída neste trabalho por apresentar vocação turística baseada justamente nesta identidade, tendo sido alvo do Programa Turismo Solidário - PTS, política estadual de turismo executada pela extinta Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas – SEDVAN, a partir de 2008.

Faz-se importante, portanto, caracterizar tais comunidades para que, posteriormente, sejam identificadas políticas públicas de turismo direcionadas a elas.

Figura 3 - Localização das comunidades tradicionais de Diamantina



Fonte: Elaboração própria.

2.1.1 Mata dos Crioulos

Comunidade fruto da resistência dos negros refugiados nas fazendas da região, principalmente na Fazenda do Curral, Mata dos Crioulos herda seu nome desse contexto, já que os negros, à época, eram chamados “crioulos”. Mesmo com ocupação quilombola no território há mais de 200 anos e com reconhecida presença indígena ainda anterior, a comunidade só passou a se identificar como

quilombola a partir de 2010, após estudos realizados por universidades e pesquisadores, que realizaram alí trabalho ligado ao autoreconhecimento de direitos vinculados à declaração da identidade quilombola, seguindo com sua certificação pela FCP.

A comunidade está a cerca 46 quilômetros da sede de Diamantina e é constituída de aproximadamente 100 famílias espalhadas por uma vasta área que compreende também os municípios de Serro, Rio Preto, Couto Magalhães e Serra Azul de Minas. Tal vastidão territorial tem se refletido em conflitos com mais de uma unidade de conservação, especialmente nos Parques Estaduais do Pico do Itambé e do Rio Preto e na Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes, que impõem restrições à coleta de sempre-vivas e à queima de lixo, gerando tensões e inclusive denúncias de violações de direitos por parte do Instituto Estadual de Florestas – IEF.

A ausência de energia elétrica e a dependência do abastecimento de água do rio são obstáculos diários enfrentados pelos moradores, com habitações predominantemente construídas com adobe e pau a pique. A comunidade se dedica a atividades como a plantação de banana, mandioca, abacate, laranja e cana, bem como o extrativismo vegetal e mineral e recebe apoio da Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, principalmente por meio da distribuição de sementes.

Mata dos Crioulos conta com 3 escolas municipais que fornecem formação educacional até o ensino fundamental e, ainda assim, registra cerca de 30 crianças sem acesso à educação infantil. O acesso ao ensino médio e superior é limitado pela falta de transporte público adequado, impondo esforços aos poucos estudantes universitários ainda ali residentes que necessitam encontrar meios de atender às aulas na sede de Diamantina (BULHÕES, 2016; MINAS GERAIS, no prelo; SILVA, 2016).

Figura 4 - Placas indicativas em Mata dos Crioulos



Fonte: Bulhões, 2016.

2.1.2 Macacos

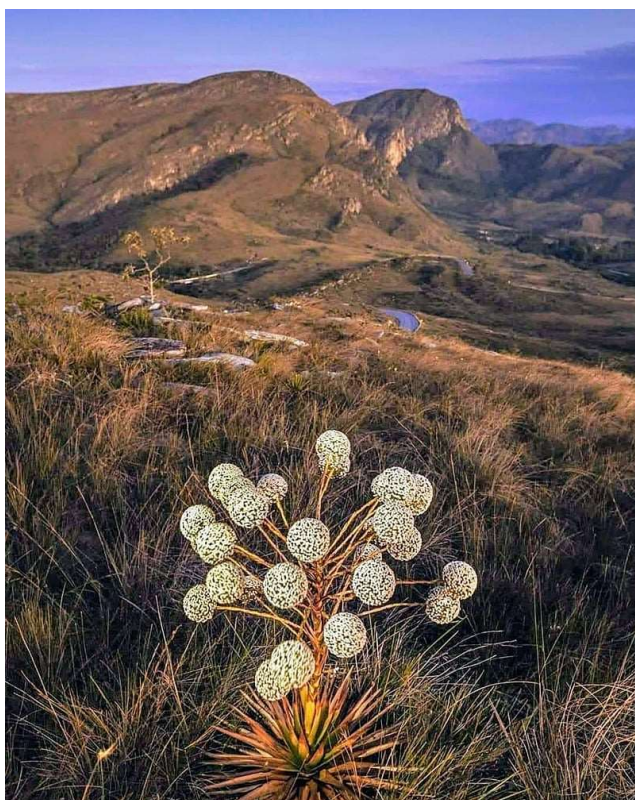
A comunidade de Macacos tem suas raízes na fazenda de Ana Rosa e Manoel Joaquim, datando de 1730, quando foi estabelecida para abastecer de alimentos a mineração em Diamantina. Distante 57 quilômetros da sede, foi originalmente lugar de refúgio de escravos da fazenda local para mata próxima e hoje conta com a residência de aproximadamente 20 famílias em casas majoritariamente de adobe e pau a pique.

Atualmente, Macacos é uma comunidade certificada como apanhadora de flores sempre-vivas e que se autoidentifica também como quilombola. Além do extrativismo, as principais atividades econômicas incluem a agricultura de abacate, laranja e banana, a criação de gado e o artesanato.

A exemplo de outras comunidades, Macacos enfrenta conflitos territoriais com o Parque Nacional das Sempre Vivas, com o agravante da identificação, por parte de locais, da presença de forasteiros que exercem o extrativismo de maneira

clandestina e sem relação com a coleta tradicional. Tal presença tem impactado os apanhadores tradicionais com a ameaça da extinção das flores e com a necessidade de longas caminhadas de 3 horas na ida, e igual período na volta, para evitar encontros com os fiscais, que asseveraram suas ações em decorrência da ação dos apanhadores forasteiros. Associado à ausência de escolas na comunidade, que possui aproximadamente 30 crianças sem qualquer acesso à educação infantil, têm-se notado grande êxodo de residentes (BULHÕES, 2016, MINAS GERAIS, no prelo; SILVA, 2016).

Figura 5 – Campo de Flores Sempre-Vivas em Macacos



Fonte: Geralda Soares / Arquivo Pessoal. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/23/apanhadoras-de-flores-sempre-vivas-encaram-desafios-para-manter-renda-e-tradicao-de-encantos>>. Acesso em set. de 2023.

2.1.3 Vargem do Inhaí

Vargem do Inhaí é uma comunidade bicentenária formada por negros refugiados em território progressivamente ocupado por indígenas. A antiga "Vargem do Coruja" recebeu este nome em decorrência do relato de que os negros ali assentados, possivelmente com origem no povo Banto, temiam o canto do animal, muito comum na região. Passou a ser conhecida posteriormente como "Vargem do Inhaí" devido à localização próxima ao rio de mesmo nome. Está localizada a aproximadamente

15 quilômetros da sede do distrito de Inhaí, onde se tem acesso por meio de estradas muito precárias, e 70 quilômetros da sede de Diamantina. O povoado atravessa dois cursos d'água, o Córrego das Corujas e o Córrego Preto, não havendo ponte alguma que facilite a mobilidade dos moradores.

A comunidade se autodenomina como apanhadora de flores sempre-vivas, faiscadora e quilombola, tendo esta última tradicionalidade sido reconhecida pela FCP em 2011. A exemplo de outras comunidades, sua atividade extrativista com relação à coleta das flores gera conflitos com o Parque Nacional das Sempre Vivas, já que o Plano de Manejo da unidade de conservação proíbe a atividade no território circunscrito pelo Parque, e a comunidade reclama da ausência de debate na criação do mesmo. Ao mesmo tempo, os locais são ativistas da coleta consciente das flores, uma vez que temem a sua extinção. Outras atividades econômicas importantes são a produção de hortaliças, laranja e abóbora, além de um pequeno percentual de famílias criadoras de gado. Recebem assistência técnica da Emater com relação ao plantio, mas julgam o serviço ineficiente. Há apoio da Emater também com grupos de bordado.

A comunidade possui fornecimento regular de energia elétrica e conta com o abastecimento parcial de água encanada. A maioria das moradias das cerca de 100 pessoas pertencentes a mais ou menos 27 famílias é feita de alvenaria, mas há algumas poucas de adobe e pau a pique. No que se refere à infraestrutura educacional, a comunidade possui uma escola municipal que fornece educação fundamental. No entanto há dificuldades no acesso à educação infantil e média, principalmente devido às condições da estrada que dificultam o transporte escolar; a escola mais próxima disponível a estudantes do ensino médio se localiza em Inhaí, cerca de 15 quilômetros de distância de Vargem do Inhaí. Os poucos membros da comunidade que cursam ensino superior também enfrentam dificuldades de locomoção e financeiras para permanecerem em Diamantina (FIGUEIREDO & LEAL, 2013; MINAS GERAIS, no prelo; SILVA, 2016).

Figura 6 - Escola na Comunidade de Vargem do Inhaí

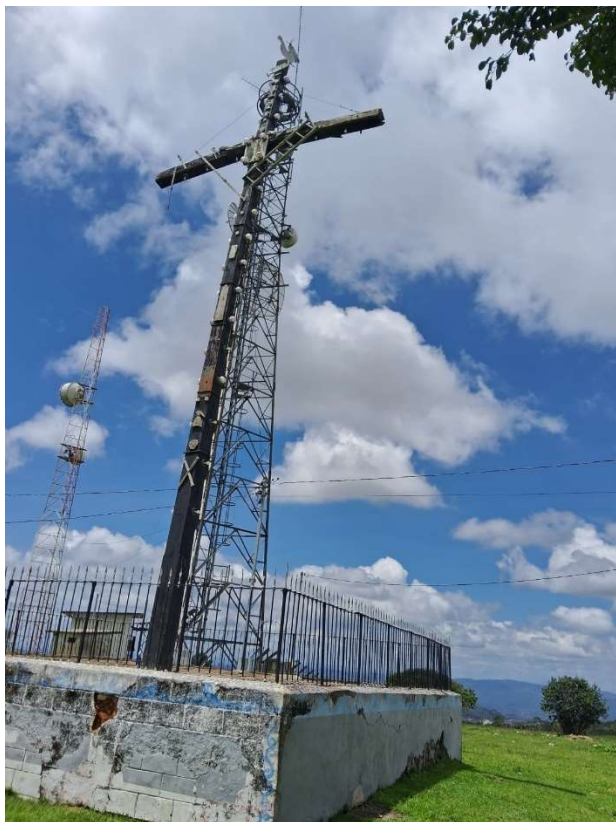


Fonte: Acervo da comunidade. Disponível em <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/apos-reivindicacao-quilombo-vargem-do-inhai-mg-conquista-escola-infantil-na-comunidade/23838>>. Acesso em set. de 2023.

2.1.4 São João da Chapada

São João da Chapada é o nome da comunidade tradicional que se autoidentifica como quilombola localizada no distrito homônimo. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2010, sua população era de 1.581 habitantes, com 778 homens e 803 mulheres, e um total de 730 domicílios particulares. O distrito é atravessado pelo Parque Nacional das Sempre Vivas e foi criado pela lei provincial nº 1658 em 14 de setembro de 1870, inicialmente chamado de Chapada. Posteriormente, a lei estadual nº 540 de 3 de setembro de 1912 alterou seu nome para São João da Chapada.

Figura 7 - Cruzeiro da Comunidade Tradicional de São João da Chapada



Fonte: Acervo do autor

A autoidentificação quilombola, a despeito de sua não oficialidade pela CEPCT ou pela Fundação Palmares, é comprovada em pesquisa bibliográfica: a pesquisa de Mota (2014) apresenta relatos de insurreições de escravizados fugidos reprimidas pela então Polícia de Minas Gerais na região desde, pelo menos, o ano de 1864. Tal tradicionalidade foi um dos atrativos que motivaram a execução do Programa Turismo Solidário na comunidade que, segundo Araújo (2019), contava com quatro opções de hospedagens familiares, quatro opções de caminhadas e uma oficina de produção de bonecas de palha em 2019 (ARAÚJO, 2019; SILVA, 2016).

2.1.5 Quartel do Indaiá

Conhecida como "terra do refugiado" e, posteriormente, como Palha do Indaiá e Quartel do Indaiá, a comunidade tem uma história que remonta a mais de 200 anos, quando foi formada por negros refugiados, contando hoje com a presença de aproximadamente 25 famílias. Sua certificação como quilombola foi realizada em 2011 pela FCP através da Portaria n° 211.

Embora a comunidade tenha acesso à energia elétrica convencional, algumas residências enfrentam problemas e fazem uso de placas solares. O abastecimento de água é feito apenas através do rio, e não há tratamento de esgoto. A maioria das moradias é de alvenaria, mas também há casas do tipo adobe e pau a pique .

No que diz respeito às atividades produtivas, a comunidade se dedica à produção principalmente de abacate, banana e cará, sendo também reconhecida pelas suas quitandas e doces. Possui uma escola municipal onde as crianças têm acesso à educação infantil e fundamental, com os alunos do ensino médio sendo dependentes do transporte público escolar para se deslocarem para a sede de Diamantina, a cerca de 55 quilômetros de distância (MINAS GERAIS, no prelo; SILVA, 2016).

Figura 8 - Comunidade Tradicional de Quartel do Indaiá / Cemitério dos Escravos de Quartel do Indaiá



Fonte: Acervo do Autor

2.1.6 Inhaí

A comunidade de Inhaí, situada a cerca de 65 quilômetros da sede de Diamantina, tem suas raízes fincadas na história da atividade de garimpo de diamantes, ouro e outras pedras preciosas, que começaram a ser extraídas às margens do rio Inhaí na segunda metade do século XVII. Testemunha de tempos de riqueza e prosperidade, o arraial se tornou um distrito de Diamantina em 1853, refletindo sua importância histórica e econômica na região.

Hoje, a comunidade de Inhaí se autodenomina como apanhadora de flores sempre-vivas, quilombola e faiscadora, carregando consigo mais de 300 anos de história e cultura. Com cerca de 150 famílias distribuídas em seu território, a comunidade possui energia elétrica em grande parte de seu território, embora algumas famílias ainda enfrentem dificuldades nesse aspecto, sobretudo nas ocupações mais recentes. O abastecimento de água é feito pela empresa Copanor, porém, os moradores relatam preços abusivos e qualidade aquém do desejado. A rede coletora de esgoto é presente na maioria das residências, havendo necessidade de manutenção em alguns pontos.

As atividades produtivas mais relevantes são a criação de gado, a lavoura, a produção de frutas e verduras, a produção de quitandas e doces, o artesanato e o extrativismo vegetal e mineral, notadamente o garimpo artesanal de ouro e diamante e a coleta de sempre-vivas - esta última atividade fonte de conflitos em decorrência da instituição do Parque Nacional das Sempre Vivas e seu plano de manejo. Apesar da presença de técnicos de órgãos como a Emater, a comunidade reclama da falta de apoio público para o desenvolvimento das suas atividades econômicas.

Figura 9 - Entrada da Comunidade Tradicional de Inhaí



Fonte: Acervo do autor

No setor educacional, Inhaí conta com escolas municipais e estaduais que oferecem desde a educação infantil até o ensino médio, embora não sejam formalmente reconhecidas como escolas quilombolas, uma das demandas locais. O acesso ao ensino superior é limitado pela falta de transporte público para os estudantes que precisam se deslocar até a sede de Diamantina. A comunidade dispõe de uma unidade básica de saúde, mas ainda enfrenta desafios como a falta de médicos em tempo integral e a necessidade de melhorias na estrutura e equipamentos da unidade.

Culturalmente, Inhaí é marcada pela diversidade religiosa, manifestações étnicas e festividades como a Folia de Reis, Festa de Santana, Cavalgada e a Festa da Pastorinha, que mantêm vivas as tradições e identidade do povo quilombola, faisgador e apanhador de flores. (MINAS GERAIS, no prelo; SILVA, 2016).

3. TURISMO E SEUS IMPACTOS PERCEBIDOS NAS COMUNIDADES RECEPTORAS

Faz-se importante, ao estudar os impactos do turismo no território, a interpretação das relações sociopolíticas ali presentes, inclusive as relações internas das comunidades, as pressões externas advindas da turistificação e seu diálogo com o Estado e as políticas públicas. Sua compreensão deve considerar a investigação das relações de poder, hierarquias, funções, papéis, níveis e classes no contexto da institucionalização da atividade no destino. Como tratado anteriormente, o turismo como fenômeno social ganhou relevo com a sua incorporação às disciplinas acadêmicas, se tornando alvo de pesquisa e observação, quando notou-se uma grande capacidade do mesmo em desenvolver regiões e transformar espaços, afetando diretamente comunidades e grupos sociais variados. Jafari (2005) explica que, após a década de 1950, o estudo do turismo se concentrou em buscar abordagens diferentes das até então existentes. Inicialmente, esses estudos eram influenciados por uma visão positiva sobre os efeitos do turismo, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, predominando a perspectiva econômica (SWAIN ET AL., 1998). No final dos anos 70 e durante a década de 80, destaca-se literatura com enfoque antropológico e sociológico, muitas vezes influenciada pela economia política marxista, que se atentou aos impactos negativos do turismo. Ainda assim, Krippendorf (2001)

salienta que a maior parte da literatura existente propõe abordagens e reflexões que quase sempre se centram nos interesses dos turistas ou dos agentes comerciais associados à turisficação em detrimento das comunidades locais, de modo que é necessário que o pesquisador assuma tal diferença para que não ecoe, ainda mais, uma análise que considere o Olhar do Turista em detrimento do Olhar Local.

Como Wall (2000) esclarece, a localidade emissiva e o próprio turista são afetados pela atividade, mas é evidente que as comunidades receptoras e seus territórios são os principais impactados - as consequências do processo de turistificação se impõe e são sentidas no cotidiano desses grupos. As comunidades receptoras com histórias mais longas de ocupação de territórios, a rigor, possuem uma forte consciência identitária, que é reconhecida e valorizada através das relações sociais e culturais desenvolvidas naquele ambiente. As construções conceituais do que é a comunidade existem com a função de manter seus membros apartados do resto do mundo, de forma a reforçar a autopercepção do que é ser como eles em contraponto ao que é ser de fora, geralmente considerando também uma delimitação territorial (COHEN, 1986; RAMALHO FILHO & SARMENTO, 2004). Importante notar, entretanto, que a delimitação de um território está relacionada com relações de poder, que incluem não apenas o Estado, mas também aspectos jurídico-políticos, econômicos e culturais de determinada comunidade ali estabelecida (WALDREN, 1996). No caso das comunidades tradicionais, o território tem importância para além de ser apenas um local de moradia; ele é crucial para a sobrevivência, trabalho, produção e convivência social, bem como para suas representações mentais e imaginações mitológicas. O território, tornado lugar, é um alicerce essencial das relações sociais e culturais estabelecidas por esses grupos, o que faz dos impactos no destino tema ainda mais sensível SANTOS (1999). De acordo com Augé (1994), um lugar é caracterizado por sua identidade, relações e história, constituindo uma construção tanto concreta quanto simbólica do espaço. Na ausência de um vínculo afetivo e simbólico, o espaço pode ser considerado um não-lugar. O que para o Olhar Local é percebido como um lugar significativo, pode ser percebido como um não-lugar pelo Olhar do Turista. A homogeneidade dos não-lugares é frequentemente atribuída ao turismo, que tende a transformar espaços únicos em destinos genéricos e indiferenciados: o Olhar do Turista projeta no território suas expectativas e espera que essas sejam supridas para além da consideração das relações de afeto e vínculo do Olhar

Local.

Rodrigues (2001) observa que estudos empíricos indicam que as atividades turísticas impactam criticamente as populações locais de várias maneiras, introduzindo novas funcionalidades territoriais e afetando a organização social local, o que resulta na emergência de novos valores ambientais e socioculturais, bem como na criação arbitrária e autoritária de novas territorialidades nessas comunidades. Quando decisões sobre o futuro territorial de uma comunidade estão para ser tomados, conflitos envolvendo interesses individuais se tornam assuntos políticos (ASCANIO, 1992; SANTOS, 2003; WALDREN, 1996; WOODSIDE & MARTIN, 2015). É importante reconhecer que os entendimentos locais são influenciados pelo compartilhamento de um repertório cultural específico. Nesse contexto, o turismo torna-se uma apropriação da memória coletiva e, quando considera o Olhar Local no seu processo de institucionalização, pode reforçar os laços identitários através da própria história da comunidade, permitindo-lhes expressar o seu passado e presente nesta nova dinâmica de imposição, inscrita na sua memória e paisagem. Conforme o mercado turístico local se institucionaliza, diversas outras funções e instituições surgem na comunidade anfitriã para atender às necessidades do Olhar do Turista e a reconfiguração consequente da turistificação pode, também, gerar antagonismo e ressentimento onde havia simbiose (BASSO, 1988; COHEN, 1972; HALBWACHS, 2006).

Por impacto aqui se entende quaisquer mudanças significativas decorrentes da atividade turística. Segundo Oliveira (2006) a percepção das pessoas sobre um dado assunto é sempre carregada de uma visão própria do indivíduo, formada a partir de variáveis como meio social, história de vida, nível de escolaridade, religião, atividade econômica, entre diversos fatores. Consequentemente, cada indivíduo percebe o mundo qualitativa, efetiva e valorativamente à sua maneira, e é a partir dessa percepção que é caracterizado seu modo de relação com a sociedade. Nos interessa como os impactos são percebidos pelo Olhar Local e o quanto ele é considerado na configuração do território em turistificação através de políticas públicas. Esse Olhar Local, no entanto, não é monolítico, sendo formado por vários agentes que possuem status sociais distintos, mesmo que suas percepções e seus interesses, em contraponto com o Olhar do Turista, sejam em muito coincidentes - por isso, assumimos certas impressões comunitárias através da expressão de indivíduos que exerçam liderança e representem perspectivas e demandas

coletivas.

Assim como deve-se analisar o fenômeno de forma a considerar os diferentes pontos de vista dos diversos agentes envolvidos, deve-se também ter cautela com a dualidade analítica do impacto positivo ou negativo. A influência do turismo em todas as esferas exige, certamente, uma reflexão mais sofisticada do que o paralelismo bom-ruim possivelmente adotado para diagnosticar suas consequências. Ascanio (2010) traz à luz a existência de duas posturas contraditórias entre os estudos do turismo e seus impactos em comunidades receptoras. Há os campos de estudo que consideram o turismo uma fonte de riqueza e, conseqüentemente, de aumento de bem-estar para as comunidades locais, focando a pesquisa na sua dimensão econômica. Alguns efeitos econômicos positivos elencados por Lohmann (2008, p. 207) incluem a “[...] redistribuição de riqueza; estímulo à geração de renda e emprego para a população envolvida com o turismo”. Neste caso, o bem-estar é do tipo macro e microeconômico, e o turismo é enxergado como uma atividade produtiva. Por outro lado, de acordo com Barbosa (2018), um dos efeitos mais diretos é que o turismo pode gerar uma “falsa ilusão de riqueza”, ou seja, o aumento do fluxo de turistas tende a criar uma demanda artificial por bens e serviços, levando à inflação de preços e a uma pressão sobre os recursos naturais e a infraestrutura local. Além disso, não raramente a atividade turística é sazonal e instável, dependendo de fatores como as condições econômicas globais, as mudanças climáticas e os eventos políticos. Outro problema é que o crescimento do turismo nem sempre beneficia a população local, especialmente os mais desfavorecidos. Muitas vezes, o turismo é controlado por grandes empresas internacionais, que se beneficiam mais do que os moradores, e o aumento da atividade pode levar a uma especulação imobiliária, tornando os preços dos imóveis inacessíveis para locais.

As dinâmicas de poder entre turistas e comunidades geralmente são descritas como hierárquicas e desiguais. Geralmente, o Olhar Local tem pouco controle sobre o desenvolvimento turístico e a turistificação e se espera dos autóctones que se adaptem às demandas do Olhar do Turista, mesmo que não haja passividade absoluta nessa relação dialógica. Apesar de o Olhar do Turista deter a maior parte do poder, o Olhar Local pode ganhar agência e influência sobre os turistas, fazendo com que estejam aptos a exercer escolhas e controle sobre suas interações (HEUMAN, 2005; TEO & YEOH, 2001). O Olhar do Turista mais interessado em

um encontro genuíno, aquele que busca os cantos escuros, em comparação com o Olhar do Turista de massa, que assume estereótipos sem qualquer crítica, geralmente se traduz em gastos mais qualificados, maior imersão e tempo de hospedagem e menor interferência de "toureers" - algo que indica ganhos mais diretos às comunidades locais. Enquanto os profissionais e gestores associam o turismo ao consumo e à mobilidade, para as classes trabalhadoras locais a conexão é estabelecida com o emprego e a estabilidade comunitária. Em razão disso, as mudanças identitárias percebidas pelo turistas tendem a ser efêmeras e passageiras, enquanto as consequências identitárias para o autóctones podem ser mais perenes e profundas. Além disso é fundamental incluir na análise dos impactos sobre as comunidades locais o fato de, a rigor, não haver a possibilidade, por parte do autóctone, de decisão com relação à exposição ao escrutínio do Olhar do Turista (HAMPTON, 1998, p.652; SPEED & HARRISON, 2004).

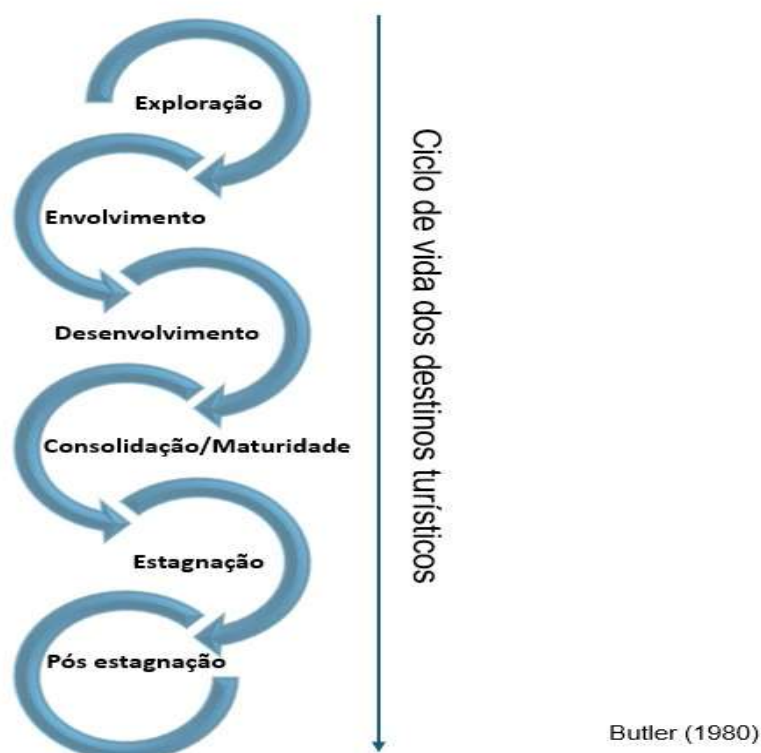
Gascón (2009) aponta que o turismo é uma atividade que cresce em todo o mundo, e que muitos países têm investido na diversificação de sua oferta turística. No entanto, é importante notar que as regiões da Europa e da América do Norte são as que mais se beneficiam das entradas de divisas do turismo mundial, possivelmente aumentando as desigualdades em âmbito internacional. A globalização da economia leva à intensificação dessa tendência, aumentando as diferenças entre países ricos e pobres, bem como dentro dos próprios países. Isso ocorre porque as grandes empresas do setor, que estão concentradas nos países emissores, acabam impondo suas condições aos países receptores, gerando cenário em que estes países têm que ceder aos interesses das empresas para garantir o fluxo turístico. Essa lógica transnacional também se perpetua localmente, com centros emissores regionais exercendo pressão sobre localidades receptoras, usualmente afastadas dos grandes centros políticos e comerciais - é o que analogamente seria o Olhar do Turista a nível internacional. Desse modo, é importante cuidado ao analisar os impactos do turismo, especialmente ao se usar a expressão "desenvolvimento" econômico, já que as desigualdades entre países e regiões podem ser ampliadas em vez de reduzidas. Tosun (2000) chama a atenção para o fato de que, a rigor, em países menos desenvolvidos, a participação comunitária em projetos turísticos é limitada por fatores políticos, sendo mais viável em pequenos projetos de ecoturismo. Nesses casos, o sucesso dependeria da coesão interna das comunidades, acesso a recursos e apoio de grupos externos influentes.

Há também questões ambientais importantes, e o crescimento mal planejado do turismo pode gerar impactos negativos sobre o meio ambiente, levando à degradação de ecossistemas frágeis, à poluição e à escassez de recursos naturais. Importante citar, também, a perspectiva fenomenológica dos estudos turísticos, que põe luz nos impactos negativos percebidos pelas comunidades autóctones, principalmente nas áreas menos desenvolvidas: criação de conflitos internos, aculturação acelerada dos jovens, o enfraquecimento da coesão social e a “[...] exploração da mão de obra da população local com pagamento de baixos salários e a especulação imobiliária” (MALDONADO, 2009), de modo que há uma linha tênue entre o que pode ser compreendido como benéfico ou prejudicial a uma comunidade em processo de turistificação. De fato, os impactos econômicos não podem ser considerados isoladamente dos impactos sociais e ambientais - o turismo é uma atividade de serviços na qual a produção e o consumo ocorrem simultaneamente, o que requer interações pessoais e torna a participação local uma mais-valia crucial. De toda forma, o fenômeno turístico envolve muitas variáveis que não nos permitem classificar seus efeitos de forma sistemática e definitiva cabendo, todavia, à gestão local a missão de minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos conforme a percepção e decisão dos afetados.

De acordo com Aramberri (2001) quanto mais a comunidade receptora toma consciência e familiaridade com a turistificação do lugar, ganhando experiência e treinando seu Olhar Local para notar o processo, mais ela se torna apta e municiada para uma resistência ativa e para a defesa de suas preferências. A indústria turística é considerada mais sustentável socioambientalmente se comparada, por exemplo, com as indústrias da construção ou da mineração pois, além de ser menos poluente e extrativista, também pulveriza os ganhos: são beneficiados desde o dono da hospedagem ou dos serviços de alimentação ao taxista ou guia local. Elementos como este fazem com que autóctones justifiquem a massificação do destino (HUETE, 2005). Todavia, mesmo conscientes dos potenciais benefícios, como Boissevain (1996) observa, as comunidades anfitriãs tomam medidas específicas e ativas para proteger seus valores e costumes ameaçados por visitantes externos, incluindo ações discretas, escondendo-se dos turistas, celebrações comunitárias, cercando-os, protestos organizados e até agressões maos explícitas para proteger seus interesses: as chamadas resistências abertas ou veladas.

Autores como Agarwal (2002) e Marrero Rodríguez (2006) sugerem uma análise da percepção dos impactos pelas comunidades locais através da teoria do Ciclo de Vida dos destinos turísticos de Butler (1980). Nesse caso, cada um dos seis estágios (exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação/maturidade, estagnação e pós-estagnação), condicionaria as impressões das populações locais com relação à turistificação. As reações variam desde aceitação inicial, até rejeição nas fases de maturidade e estagnação, condicionadas pela infraestrutura e número de turistas. Butler (1980) também destaca três principais fases possíveis no desenvolvimento do turismo pós-estagnação: rejuvenescimento, estabilização temporária e declínio. O declínio pode ser adiado ou evitado com ações corretivas, como a reorientação dos atrativos turísticos, a melhoria das condições ambientais ou o reposicionamento do destino no mercado e é nessa fase onde se faz mais crítica a consideração do Olhar Local para que se defina o futuro dessas comunidades.

Figura 10 - Ciclo de Vida dos destinos turísticos



Fonte: Elaboração própria baseada em Butler (1980).

Na pesquisa de Mantecón (2011) a comunidade local entrevistada declara notar grandes mudanças nas atitudes e costumes urbanos, bem como no ambiente construído. No entanto, ao contrário de alguns acadêmicos que veem isso como uma vulgarização cultural, os autóctones consideraram essas mudanças como parte normal e esperada da modernização social intensa, ou, no mínimo, como custos aceitáveis do processo de turistificação. Os impactos culturais e ambientais foram reinterpretados como efeitos colaterais indissociáveis de um processo que também é visto como inevitável, gerando riqueza econômica da qual toda a sociedade se beneficiou. Assim, tanto a perda de identidade cultural devido à crescente massificação, quanto os impactos ambientais, são vistos como mudanças inevitáveis dentro do contexto de transformação social. Há também, de acordo com Marrero Rodríguez (2006), o juízo mais cinzento por parte das comunidades receptoras de um possível "turismo de qualidade". Este consideraria valores locais estéticos e do que a comunidade percebe como um turismo de alto nível aquisitivo e que, supostamente, traria maiores benefícios econômicos, contrastando com os turistas vistos como indesejáveis por aparentemente apresentarem baixo poder aquisitivo e, portanto, baixa qualidade.

Assim, por vezes, as próprias comunidades autóctones assumem que a interseção entre cultura e turismo, considerando a economia da cultura e o desenvolvimento local, pode promover a geração de renda, o reconhecimento da identidade local e o incentivo à permanência das pessoas no território. O turismo, portanto, deve ser aproveitado como uma ferramenta para políticas culturais de desenvolvimento local, se utilizando de elementos culturais como símbolos, tradições, diversidade, história, identidades, estilos de vida e patrimônio (BAUMGARTNER, 1992; BRANDES, 1988; CONNOLLY-KIRCH, 1982; LAFLAMME, 1979; MANTECÓN, 2011; ROGERS & AITCHISON, 1998). Do contrário, na ausência desse ordenamento da atividade segundo o Olhar Local, quando há um desequilíbrio muito grande na relação entre os turistas e as comunidades locais, as percepções dos anfitriões tendem a se tornar negativas. Isso pode ocorrer quando os moradores sentem que estão arcando com todos os ônus do processo de turistificação, como superlotação, degradação ambiental, aumento do custo de vida e perda de identidade cultural, sem receber benefícios significativos em troca. Os residentes consideram o turismo positivo em termos de troca social e agem de maneira cooperativa com a institucionalização quando os benefícios superam os custos. Esses benefícios podem incluir oportunidades de emprego, receita

adicional para a comunidade, melhorias na infraestrutura e serviços locais ou quando sentem que o Olhar Local exerce poder sobre a seletividade das manifestações a serem expostas ao Olhar do Turista (AP, 1992; GURSOY & RUTHERFORD, 2004). Todavia, quando há uma disputa entre os olhares, é provável que a comunidade desenvolva algum tipo de resistência - olhares mútuos em disputa resultam em exploração, suspeita e até mesmo ódio, reforçando estereótipos e obstruindo relacionamentos baseados na confiança. Esse distanciamento contínuo cria uma situação de desconfiança em contraposição à cooperação (ASKJELLERUD 2003; LAXON 1991).

Essa resistência pode variar em grau e nível de ação comunitária consciente. A resistência velada, de acordo com Westerhausen (2002), diz respeito a uma forma sutil e menos óbvia de reação das comunidades locais à presença do turista, quando a autenticidade encenada e a venda de imagens desafiam as normas sociais e as expectativas do Olhar do Turista. Projetar e vender essas imagens pode ser uma forma de disseminar ideias dissidentes de maneira discreta, alcançando um público mais amplo sem chamar diretamente a atenção para a resistência nelas implícita. Assim, mesmo a configuração e venda de produtos turísticos como peças artesanais ou manifestações folclóricas pode ser uma estratégia de resistência velada, desafiando normas e valores estabelecidos de forma que não seja imediatamente percebida como tal. Outras estratégias mais diretas de resistência, as quais o autor classifica como resistência aberta, incluem o protesto organizado e, no limite, a agressão. O outro extremo é a cooperação, quando o Olhar Local se adapta e se aproxima conscientemente das expectativas do Olhar do Turista, inclusive nos casos em que estão dispostos a tolerar delitos sociais em troca de benefícios econômicos (WESTERHAUSEN 2002, p. 213). Nesses casos as comunidades locais perceberiam que as vantagens do turismo superariam os custos e, conseqüentemente, apoiam a indústria turística e se condicionam quase que irrestritamente ao Olhar do Turista oferecendo solidariedade e cooperação, em troca de oportunidades para a geração de empregos e renda. Isso pode ter um impacto que vai além da simples vitória dos poderosos sobre os menos privilegiados, influenciando pessoas, comunidades e políticas distributivas. Para tanto é importante empoderar os agentes para que assumam o papel de protagonistas na determinação dos destinos e direções do local (DOWBOR, 2016).

A OMT (1998) argumenta que a intervenção pública na economia é justificada com base, principalmente, em razões econômicas. Essa intervenção seria necessária devido às falhas de mercado, responsáveis por vários desafios enfrentados pela indústria do turismo. Para resolver estas questões, foram desenvolvidas estratégias que enfatizam o envolvimento das comunidades locais nos processos de tomada de decisão públicos e nas parcerias com o setor privado (COOPER, 2008). Certamente, um debate público e democrático é essencial para permitir a convergência das diversas sensibilidades e interesses da população local, promovendo uma abordagem inclusiva e transparente na gestão do turismo e na tomada de decisões relacionadas a ele. Introduzir os agentes locais de maneira cooperativa no processo de turistificação de uma comunidade demanda planejamento e, principalmente, a participação dos moradores, já que afeta diretamente ou indiretamente as práticas sociais locais (CORIOLANO, 2012). Maoz (2006) sugere que não apenas os planejadores de políticas públicas no âmbito receptivo ajam, mas também os formuladores de políticas públicas do local de origem do turista possam intervir. As localidades emissoras podem educar os seus potenciais turistas através dos meios de comunicação social e de palestras, como já é feito em lugares que se destacam pela grande emissão de turistas como Israel, que enfrentava queixas persistentes de comunidades receptoras com relação à alienação de seus cidadãos em trânsito. Focando no aspecto receptivo, planejadores de políticas públicas de territórios em turistificação podem também educar os seus habitantes sobre o Olhar do Turista e suas consequências, conscientizando os autóctones a respeito e os empoderando para que definam os rumos da institucionalização da atividade em suas comunidades.

3.1 O Turismo de Base Comunitária

O novo perfil da demanda turística global, fruto de tendência relativamente recente de valorização da cultura local e do meio ambiente e que propõe abandonar os antigos hábitos do Olhar do Turista médio, geralmente ligados à massificação dos destinos e à baixa preocupação com as questões socioambientais dos destinos, tem se aproximado dos empreendimentos familiares, cooperativos, comunitários e que focalizam seu desenvolvimento endógeno sobretudo a partir dos anos 1980. De acordo com Pires & Alcantarino (2008, p. 3) a comunidade receptiva, por fazer parte do produto turístico e compor o cenário a ser consumido, tem legitimidade e direito de participar das decisões relativas à turistificação local, incluindo aí as

agendas das políticas públicas, já que os benefícios do desenvolvimento da atividade podem ser absorvidos por seus membros da mesma forma que as mazelas do turismo afetarão, necessariamente, as suas vidas.

Gascón (2009) esclarece que a emergência de alternativas que surgiram em resposta aos problemas causados pelo turismo convencional, vinculado às agendas de empresas e investidores estrangeiros, recebeu diferentes nomenclaturas ao se referir a movimentos muito semelhantes. Segundo Antunes & Conti (2020) e Araújo, Mariani & Zanetoni (2019) o “turismo solidário” começa a ser discutido na década de 1980 com a aproximação entre as organizações sociais e a indústria do turismo. No turismo solidário, a ênfase é dada à prática de atividades que promovam a responsabilidade social, como a participação em projetos sociais e o consumo de produtos locais. Tem como objetivo principal o desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras, valorizando suas culturas e identidades. Essa forma de turismo se baseia em práticas de solidariedade e cooperação, em que os turistas interagem diretamente com as comunidades locais, participando de atividades que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do destino. Essas atividades podem incluir a acomodação e prestação de serviços em receptivos familiares, a construção de escolas e hospitais, a promoção de programas de conservação ambiental e o apoio a pequenos negócios locais. Também busca uma distribuição mais justa da renda gerada pelo turismo, com uma participação mais ativa das comunidades locais na gestão e na tomada de decisões no seu território por meio de dinâmicas econômicas autônomas.

Na América Latina, o turismo solidário emerge de um movimento conceitual maior, nomeado Turismo de Base Comunitária (TBC), com princípios que coincidem com aqueles discutidos em 2004 em Marselha: participação social direta no planejamento da atividade no território, autogestão, troca respeitosa e justa entre autóctone e viajante, desenvolvimento local com implementação do turismo tutelado pelas comunidades, controle sobre os impactos sociais e ambientais, entre outras iniciativas que protagonizam as comunidades locais (ANTUNES & CONTI, 2020; ASSIS, 2021; BARBOSA, 2018). Globalmente, o uso da expressão Turismo de Base Comunitária (TBC) no desenvolvimento do turismo ambientalmente e socioeconomicamente sustentável é reconhecida há pelo menos duas décadas. Murphy (1985) já menciona o Turismo de Base Comunitária

("Community-based tourism") em seu estudo sobre o impacto do turismo nos países em desenvolvimento. Desde então, o conceito de TBC evoluiu gradualmente e atraiu a atenção de muitos pesquisadores como categoria baseada no envolvimento e desenvolvimento das comunidades no processo de planejamento e promoção de produtos turísticos únicos. A ideia nasce da interseção entre as discussões sobre turismo e economia solidária. Nesse contexto, as comunidades, exercendo autogestão sobre seus territórios, organizam-se de maneira associativa para criar arranjos produtivos vinculados à atividade turística.

Maldonado (2009) destaca que todas essas formas de turismo (turismo solidário, turismo sustentável e Turismo de Base Comunitária) se associam a lugares com apelo paisagístico e culturais marcantes, de modo que comunidades menores, pequenos núcleos familiares, associações e cooperativas são protagonizadas na indução da oferta do turismo local, coincidindo com tendências globais no mercado turístico. De acordo com o autor, grandes organizações internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Mundial de Turismo (OMT) têm, recentemente, tomado medidas para induzir comunidades latino-americanas a receberem fluxos turísticos dos países desenvolvidos com ênfase no protagonismo local, ao mesmo tempo que essas mesmas comunidades demandam progressos econômicos e absorção da mão de obra dos residentes. Com esse movimento internacional, redes nacionais e internacionais da indústria do turismo se articulam para o fortalecimento da atividade. É o caso por exemplo da "Rede de Turismo Comunitário da América Latina" (REDTURS), criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2001 como resposta às aspirações de diversas organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais e conta com a participação de 12 países no continente.

Zechner et al (2008) afirmam que o Turismo de Base Comunitária emergiu como debate acadêmico no Brasil apenas em 1997 no I Encontro Nacional de Turismo de Base Local, ocorrido em São Paulo mas, o debate amplo e efetivo em torno da necessidade de se propor soluções que envolvessem a inclusão de movimentos sociais e comunidades tradicionais no planejamento, gestão e monitoramento da atividade turística em seus territórios remete ao Seminário Internacional de Turismo Sustentável, que teve sua primeira edição em 2003 em Fortaleza. As pioneiras "Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário" (TURISOL) e "Rede

Cearense de Turismo Solidário e Comunitário” (Rede TUCUM) surgem mais ou menos no mesmo período e têm importante papel na assimilação não apenas do mercado turístico local para a importância dos movimentos de base comunitária pelo mundo, mas também para chamar a atenção do poder público. Antes dos órgãos federais responsáveis pelo turismo, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário capitanearam políticas a grupos de base comunitária no entorno ou no interior de unidades de conservação e a grupos vinculados ao Programa de Agricultura Familiar (PRONAF) (BURSZTYN, BARTHOLO & DELAMARO, 2009). Somente em 2008 o Ministério do Turismo reconheceu e vinculou recursos a iniciativas nomeadamente de Turismo de Base Comunitária no Brasil, selecionando 50 projetos para o recebimento de apoio governamental. O reconhecimento institucional por parte do Estado Brasileiro se evidencia no Plano Nacional de Turismo 2013-2016 quando, pela primeira vez, o TBC é mencionado explicitamente como estratégia de desenvolvimento.

O TBC se apresenta como uma alternativa que mitiga os impactos negativos do turismo de massa e constitui uma via de desenvolvimento comunitário. Também propõe contribuir de maneira determinante para a preservação dos recursos naturais, dos valores tradicionais e culturais, e para a promoção da participação por meio da inclusão crescente local na gestão e operação do turismo local, buscando a redução da pobreza nas comunidades e diversificação de seus meios de subsistência (IRVING, 2009). Como ferramenta de desenvolvimento econômico das comunidades, mesmo não se limitando apenas a este elemento, o TBC assume características ligadas à valorização sociocultural dos destinos, à sustentabilidade da biodiversidade, ao respeito dos saberes tradicionais e à cooperação e autogestão, colocando os atores comunitários como protagonistas do ordenamento turístico no território. Considerado socialmente responsável, tem-se na união, cooperação e conscientização comunitárias, requisitos fundamentais para sua implementação e desenvolvimento sendo, portanto, um canal de valorização do Olhar Local (IRVING, 2009). A participação comunitária é elemento fundamental para desenvolvimento do TBC e, junto a ela, a capacitação dos agentes locais para a gestão da atividade. Deve-se criar um espaço seguro de diálogo para que a participação seja exercida de maneira efetiva e os resultados sejam produzidos de acordo com as reais necessidades das comunidades. A participação não se limita apenas à presença física em um fórum sobre um determinado tópico, e esses processos nem sempre são voluntários,

especialmente em contextos sociais e ambientais onde há maior vulnerabilidade, onde a compreensão da participação enquanto direito tem que ser apreendida ou gerenciada por pessoas que não têm acesso ao cotidiano dos afetados, como não é incomum acontecer em determinadas instâncias da democracia participativa.

As comunidades desempenham um papel essencial nas atividades de turismo de base local, pois detêm, de acordo com a metáfora do "enigma do dom" proposta por Godelier (2001), os conhecimentos, as técnicas, a memória histórica e as identidades que moldam as tradições. Esses elementos devem ser transmitidos, recebidos, retribuídos e compartilhados entre os membros da comunidade e considerados no manejo e planejamento do turismo no território por eles ocupado (PIMENTA, 2020). O potencial do TBC em um determinado destino depende, geralmente, de algum atrativo que tenha vínculos comunitários, conhecidos na literatura como "*community-based tourism assets*" ou "ativos de base comunitária" – em tradução livre, variando entre atividades que envolvam a interação com a natureza, artesanato local ou manifestações culturais (COOPER, 2004). A associação comunitária é a forma geralmente usada para a organização do TBC nos destinos, visando o planejamento da oferta dos serviços, o reordenamento territorial participativo e a gestão dos acessos aos atrativos. Sendo assim, o TBC não só proporciona ao turista a possibilidade de contato com os moradores de um lugar e seu modo de vida mas também incentiva que tal atividade seja feita de modo consciente e respeitoso, criando um ambiente de interesse inclusive para a ação de estudantes, pesquisadores ou simpatizantes. Nesse sentido, o TBC se torna um relevante mecanismo de planejamento turístico que preconiza a valorização do Olhar Local em detrimento do protagonismo do Olhar do Turista.

A literatura nota também que, uma vez instituído o Turismo de Base Comunitária, na ausência de regras claras de compartilhamentos equitativos de benefícios, pode levar à rejeição, desacordos e conflitos nas comunidades, culminando, finalmente, no seu colapso (ALEXANDER ET AL., 2018; GAITHO, 2014; ODEDE ET AL., 2015). Autores como Zechner et al (2008) discutem sua aplicabilidade, questionando o turismo sustentável como panaceia e ressaltando que há cuidados a serem tomados que extrapolam a mera assunção do termo para atrair turistas que se enquadram na demanda do visitante que analisa criticamente as implicações de suas viagens nos lugares que o recebem:

[...] o desenvolvimento desta atividade exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, corresponsabilidade e participação (p.1)

Apesar de reconhecer o surgimento do TBC como tendência alternativa no desenvolvimento do turismo contemporâneo, a literatura mostra também força oposta, num processo de "balneabilização" de destinos e como planos, programas ou projetos, que assumem esse segundo movimento, minimizam a participação comunitária e excluem os autóctones dos processos decisórios, reforçando elementos prejudiciais ao desenvolvimento sustentável nas comunidades receptoras. Autores como Latouche (2009) chegam ao extremo ao denunciar a expressão "desenvolvimento sustentável" como uma falácia retórica, já que não é possível ancorar um projeto de desenvolvimento econômico sem considerar prejuízos sociais. Há também apontamentos de como o turismo pretensamente sustentável mas sem apoio de políticas públicas, ausência de planejamento participativo e preparo dos agentes locais em termos de capacitação para os negócios, acaba por deixar legados mais negativos que positivos nas comunidades. Além disso, a falta de sensibilização com relação ao TBC junto aos autóctones pode contribuir na criação de falsas expectativas sobre os benefícios do turismo e em uma preparação insuficiente para as mudanças associadas à atividade. A falta de conhecimento sobre o significado e os valores do TBC é um fator relevante que pode afectar a participação das comunidades e a competência dos prestadores de serviços (TAMIR, 2020).

Desde sua popularização recente é notável a presença dessa nova forma de enxergar o turismo em comunidades no Brasil, e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico é tão concreta que fez com que a questão fosse incorporada às políticas públicas de turismo (SAMPAIO AT AL, 2008; SANCHO, 2007). Entretanto, mesmo sob tal lógica mais inclusiva e menos exploratória, a atenção do Estado brasileiro à questão e a conseqüente dedicação de recursos às políticas públicas dedicadas ao TBC ainda é incipiente, mesmo em destinos com marcada impacto nas comunidades no processo de desenvolvimento do turismo, como no caso de Diamantina. No Brasil, os projetos de Turismo de Base Comunitária emergem, sobretudo, em áreas com grande diversidade ecológica, onde comunidades de baixo nível socioeconômico dependem principalmente de atividades produtivas tradicionais. Esses grupos, ao reconhecerem o potencial turístico de seus territórios, optaram por se envolver ativamente no planejamento,

implementação e gestão do turismo, visando assegurar que a maioria dos benefícios gerados permaneça na própria localidade. O TBC em território brasileiro pode ser interpretado como um movimento político e social voltado para a história de lutas e resistências das comunidades em busca da posse da terra, da permanência em seus locais de origem, do direito à habitação e à proteção de suas terras contra a grilagem. Esse movimento se contrapõe a um contexto histórico de desenvolvimento turístico marcado pela drenagem de recursos financeiros, pela descaracterização de ambientes naturais, pela mudança de costumes e valores tradicionais, pela especulação imobiliária e pela subsequente exclusão territorial dos residentes (MENDONÇA & MORAES, 2012).

Sendo assim, as implicações da atividade turística comunitária apresentam uma realidade desafiadora aos formuladores de políticas públicas, dado que a necessidade de um planejamento turístico eficaz se contrapõe à espontaneidade da movimentação dos fluxos nos destinos, consequência da especulação em larga escala gerada nos mercados globalizados, confrontando interesses de pequenos grupos e comunidades e seus modos de vida com a lógica do grande capital. Para Nayyar (2014) ao se debater desenvolvimento, a erradicação da pobreza, a geração de empregos e o crescimento inclusivo são indispensáveis. De acordo com o autor, desenvolvimento se trata de criar capacidade produtiva na economia e garantir o bem-estar das pessoas não só nos centros, mas também nas periferias. Os Estados nacionais como o brasileiro devem, desse modo, se esforçar para combinar crescimento econômico, desenvolvimento humano e progresso social. Isso requer interações criativas entre Estados e mercados e uma consciência mais profunda dos impactos ambientais do crescimento acelerado para construir sociedades inclusivas. É salutar, portanto, que em um contexto onde emergem formas alternativas de pensar e viver o fenômeno turístico, o princípio da sustentabilidade no contato entre viajante, comunidades e meio ambiente seja incorporado também pela agenda do poder público quando este se propõe a planejar e reordenar a turistificação, sobretudo em localidades com presença de comunidades e Povos Tradicionais. Também é importante assimilar a lógica de protagonismo das comunidades autóctones quando o Estado se propõe a incentivar o TBC, uma vez que são elas, por definição, as maiores afetadas e as principais responsáveis pela manutenção do exercício dessa modalidade de turismo no destino. Tais cuidados devem ser levados em conta especialmente nos casos das comunidades tradicionais e seus territórios.

3.2 Comunidades tradicionais no Brasil

Em todo o mundo existem cerca de 370 milhões de pessoas pertencentes a comunidades tradicionais, presentes na maioria dos ecossistemas da Terra e em todos os continentes com exceção da Antártida (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2015; SINAY, 2008). Os chamados Povos Tradicionais são definidos por Diegues & Arruda (2001) pela relação de interdependência com a natureza, pautada nos ciclos e nos recursos naturais renováveis, que moldam seu modo de vida. Elas possuem um profundo conhecimento desses ciclos naturais, o que orienta suas práticas de uso e manejo sustentável dos recursos. Tal saber é transmitido de forma oral, de geração em geração, mantendo viva a tradição e a sustentabilidade de seu modo de vida. Geralmente vivem em pequenas comunidades baseadas em algum tipo de parentesco, usualmente as decisões desses grupos são tomadas através da participação direta ou por consenso, e não há uma organização institucional centralizada. A ordem é mantida internamente por meio de tradições, costumes e sistemas de sanções e recompensas. Leis, regulamentos e políticas impostas externamente no contexto da sociedade moderna muitas vezes desafiam os sistemas de governança determinados culturalmente e ofendem os componentes dessas comunidades. Segundo Diegues & Arruda (2001) a maioria delas possui poucos fatores de produção e baixo poder produtivo sob a ótica da produtividade capitalista contemporânea, geralmente contando com ativos desejados pelos grupos hegemônicos, relacionados ao ecossistema local sacralizado pelos moradores, e saberes de ordem tradicional pouco valorizados por esses agentes externos, formando uma economia autossuficiente e fechada, geralmente vinculada à caça, coleta de plantas e pesca. Tal vínculo territorial normalmente é profanado ou desafiado quando se inserem (ou são inseridos) na sociedade de consumo capitalista (BEAUFORT, 2017; DIEGUES, 1994; JONES ET AL, 1992; KEMF, 1993; MENDES, 2015; MINAS GERAIS, 2015).

Esses povos se organizam em grupo de pessoas com um estilo de vida solidário e cooperativo, geralmente longe dos grandes centros metropolitanos e indissociavelmente ligados ao ecossistema do território em que vivem. A sobrevivência, os mitos e a sabedoria desses povos emergem do contexto de contato próximo entre seus membros e o meio ambiente. Eles usualmente se organizam em pequenas comunidades, e Santos (1999, p. 315) destaca suas

relações sociais que criam: " [...] identidades coletivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e as temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras." Tais relações sociais são construídas no lócus cultural e territorial, permeadas por solidariedade, pertencimento e reconhecimento enquanto grupo com fortes vínculos comunitários. Nas comunidades tradicionais o lócus seria sua própria cultura e sua relação com o território, os quais se pretende, por meio de iniciativas da sociedade civil ou via Estado, através de políticas públicas, valorizar (MINARI & RABINOVIC, 2014; SANTOS, 1999).

Em abril de 2004 o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que discorre sobre direitos dos povos indígenas. A despeito de seu desenvolvimento voltado para povos originários, o instrumento foi adotado para considerar outras categorias de comunidades tradicionais como as quilombolas, e foi regulamentada através do Decreto nº 6040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades tradicionais — PNPCT. Esta normativa, em seu artigo 3º, define povos e comunidades tradicionais como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

No mesmo documento seus Territórios Tradicionais são definidos como:

os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...] no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas.

O Decreto 6064/2007, em seu art. 3º, parágrafo III, destaca o desenvolvimento sustentável como parte do modo de vida das comunidades tradicionais, definindo-o como: "[...] uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras" (BRASIL, 2007). O Decreto marca também a criação da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades tradicionais, que coordenou a implementação da PNPCT, sendo substituída, através do Decreto 8750/2016, pelo Conselho Nacional dos Povos e

Comunidades Tradicionais. Outra norma importante é a Lei 13.123 de 2015, que discorre sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado.

É importante, nesse arcabouço, o reconhecimento da pluralidade desses povos e comunidades, não negligenciando características de distinção entre eles, além de assumir as necessidades específicas no relacionamento com o meio ambiente e o território inerentes a cada um deles, sobretudo considerando que, no campo de estudo tratado neste trabalho, há multiplicidade de identidades tradicionais. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), as comunidades tradicionais constituem aproximadamente 5 milhões de brasileiros e ocupam $\frac{1}{4}$ do território nacional. Entre os documentos e sistemas oficiais que reconhecem Povos Tradicionais no âmbito do Estado brasileiro, diversas comunidades são classificadas, inclusive: extrativistas, caiçaras, comunidades de fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, faxinalenses, geraizeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, pomeranos, povos ciganos, povos indígenas, quebradeiras de coco de babaçu, retireiros, seringueiros, andirobeiras, apanhadores de sempre-vivas, caatingueiros, castanheiras, catadores de mangaba, cipozeiros, extrativistas, ilhéus, morroquianos, piaçaveiros, ribeirinhos, vazanteiros e veredeiros sertanejos, açorianos, praieiros, jangadeiros, marisqueiros, varjeiros e campeiros, ciganos, quilombolas e demais comunidades tradicionais de matriz africana. (BRASIL 2007; MINAS GERAIS, 2015). Entretanto, ainda hoje, a compreensão sobre quais comunidades devem ser protegidas e quais políticas devem ser direcionadas a elas é reduzida pela generalização do conceito de comunidade tradicional (DIEGUES & ARRUDA; 2001; MINAS GERAIS, 2015).

De acordo com Steinberger et al (2013, p.74) “[...] o uso do território é condição para a existência de todos os atores, independentemente do seu poder”. Todavia os atores hegemônicos usam tecnologias que produzem seletivamente bens e serviços localmente para criar alto valor econômico, o que explica a especialização produtiva e a divisão territorial do trabalho, levando ao incremento da circulação e do fluxo de comunicação entre os lugares. Os agentes hegemônicos seriam uma minoria que busca impor sua agenda aos demais e o Estado deve enfrentar a oposição de intenções de utilização do mesmo espaço geográfico. Isso inclui o usual institucionalismo permeado pelo Olhar do Turista em detrimento do Olhar Local, sobretudo em comunidades tradicionais. Assim, a formulação de políticas

públicas deve levar em conta todos os atores impactados, inclusive aqueles com menor poder de agenda, como são, geralmente, as comunidades locais em um destino mercantilizado, incluindo, na execução e avaliação de políticas, as vozes locais que ocupam o território cotidianamente. Porém, a regra, nota os autores, é que a agenda dos agentes não hegemônicos segue desprivilegiada, pois, uma vez institucionalizada, refletem e reforçam o poder dos atores hegemônicos. Estes buscam explorar o potencial das diferentes posições que ocupam para explorar suas vantagens e exercer seus privilégios. Como consequência disso, políticas públicas que partam do pressuposto da necessidade de uso solidário e compartilhado do espaço se apresentam como ferramenta útil para a democratização das mobilidades, entre elas aquelas afetas ao turismo (STEINBERGER ET AL, 2013).

Um exemplo de superposição de interesses presente formalmente na normativa jurídico-legal brasileira diz respeito ao antagonismo entre comunidades tradicionais e a gestão ambiental de seus territórios. O Sistema Nacional de unidades de conservação da Natureza (SNUC) instituído pela lei 9.985/2000, estabelece diretrizes e processos oficiais para que o governo federal, estadual, municipal e também o setor privado possam criar, administrar e preservar áreas protegidas no Brasil e tem sido interpretado como uma conquista significativa no campo da preservação ambiental. Entretanto, na medida em que grande parte dos Povos e Comunidades Tradicionais brasileiros constituem relação histórica com a ocupação e extrativismo e atuação antrópica em ecossistemas onde há intenção de rígida preservação por parte do Estado brasileiro, o SNUC impõe tensão entre saberes tradicionais e científicos. O SNUC estabelece que a criação de quaisquer unidades de conservação deve ser precedida por consulta pública, oferecendo informações necessárias e claras à população local e outras partes interessadas, além de estudos técnicos. No entanto, há diversos relatos de ingerência na implantação das UCs, seja pelo reconhecimento tardio por parte do Estado brasileiro das identidades de Povos Tradicionais, implantação de UCs que precedem a normativa definida no SNUC ou por processos mal conduzidos e compreendidos, como de escuta insuficiente do posicionamento das comunidades. Há, também, alegações de definição equivocada quanto à tipificação das UCs em territórios previamente ocupados por comunidades tradicionais: o SNUC difere as UCs em dois grupos principais - as unidades de uso sustentável e as unidades de proteção integral - as últimas com plano de manejo mais restritivo quanto às ações

antrópicas, gerando maior desconforto nas comunidades assentadas nesses territórios.

A falta de estudos que investiguem minuciosamente o estilo de vida e as interações complexas entre as comunidades e o meio ambiente no estabelecimento de unidades de conservação, aliada à ausência de um planejamento adequado para o desenvolvimento local que atenda às necessidades específicas de cada região, cria um cenário propenso a conflitos entre os responsáveis pela conservação das áreas e os habitantes locais. Pires (2021) apresenta o exemplo da ação estatal imposta à Comunidade Remanescente de Quilombo de São Pedro, no Estado de São Paulo, proibindo a instalação de suas roças e restringindo o uso dos recursos naturais de seus territórios, tipo de intervenção notada em outras comunidades tradicionais, inclusive em Diamantina, onde há grande extensão de território que combina ocupação de Povos Tradicionais e unidades de conservação. O autor cita o aumento do ativismo ambiental e da atuação de diferentes entidades ambientalistas com uma visão preservacionista, se utilizando de Capobianco (2004) e Todesco (2007), que reforçam uma concepção que Diegues (2001) descreveu como o “neomito da preservação da natureza”.

Esse cenário configura o confronto de dois saberes distintos. De um lado, o saber acumulado das populações tradicionais, que envolve conhecimentos detalhados sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua em atividades como o corte de madeira e pesca, e sistemas de manejo dos recursos naturais. Essas práticas incluem proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, visando à conservação das espécies. De outro lado, está o conhecimento científico moderno, oriundo do positivismo acadêmico, que muitas vezes desconhece ou despreza o conhecimento tradicional. Em vez da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna com seus modelos ecossistêmicos e noções de capacidade de suporte baseadas em informações científicas, muitas vezes insuficientes. Essa tendência de monopolizar o conhecimento válido sobre a natureza relega ao esquecimento um vasto leque de conhecimentos locais. A administração moderna dos recursos naturais frequentemente não reconhece o valor dos saberes tradicionais, gerando conflitos e desvalorizando as práticas sustentáveis historicamente desenvolvidas pelas comunidades locais. Os conflitos entre o que é estabelecido pela norma e o que é praticado podem ser reduzidos quando há maior participação da comunidade,

incluindo os saberes tradicionais nos planos de manejo dos parques. A escuta ativa das comunidades tradicionais que ocupam territórios alvo de políticas ambientais reduz esses conflitos na medida em que, a partir daí, pode-se considerar características culturais presentes nos territórios, as quais tanto unificam as comunidades quanto as diferenciam umas das outras através de semelhanças identitárias, trocas, valores, padrões culturais e relações interpessoais. A diversidade de identidades deve ser incorporada dentro das normas das políticas ambientais e culturais, que se aplicam nas interseções entre desenvolvimento local, cultura, economia e turismo (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Importante notar que a própria definição de agenda e a formulação de políticas públicas tem como norte os valores dos grupos hegemônicos, o que Nunes (1997) trata no seu conceito de insulamento burocrático, ou seja, um grupo seletivo de especialistas que baseia a tomada de decisão em pretensão de conhecimento técnico, negando a política ao mesmo tempo em que a exerce. Isso é problemático na medida em que os grupos com menor poder de agenda têm condições diminuídas para fornecer aos tomadores de decisão o conhecimento de suas realidades, desejos e necessidades, limitando a racionalidade dos especialistas. Lechaptois (2014) considera tanto os Estados como as Universidades espaços onde age com muita força tal hegemonia, sugerindo que essas burocracias fundamentem suas ações resgatando o conhecimento considerado "subalterno" ou submerso das periferias para que se comunique com os grupos hegemônicos. Desse modo, o autor parte do pressuposto que deve-se questionar as decisões tomadas pelos centros, devido ao seu caráter colonizador, e exigir o diálogo dos ambientes acadêmicos, políticos institucionais e participativos em geral, em busca de pluralismo epistemológico que absorva as demandas dos grupos afetados e não ouvidos.

Partindo das inter-relações entre poder, território e desenvolvimento, é clara a negligência histórica do Estado brasileiro frente às demandas dos povos e comunidades tradicionais. As políticas de desenvolvimento em solo brasileiro têm ignorado a relação socioambiental desses povos e sua interação com o território, marginalizando e impedindo o exercício pleno dos direitos dessas comunidades. A situação se asseverou claramente com a política declaradamente anti-proteção de minorias assumida pelo governo federal de 2019 a 2022, com corte do orçamento destinado às políticas afetadas ao tema, desmonte das estruturas de proteção social

e outras medidas de cunho neoliberal que privilegiaram grupos como os de latifundiários e mineradores em detrimento de comunidades tradicionais. Frente a esses desafios, articulações que visam a afirmação da autodeterminação e autogestão desses povos têm se destacado, inclusive no âmbito do turismo, sendo o Turismo de Base Comunitária uma das iniciativas mais relevantes neste campo (OVIEDO & DOBLAS, 2022).

3.4 Turismo de Base Comunitária e Turismo Solidário em Diamantina

Quando se trata de políticas públicas de turismo e planejamento local em Diamantina, faz-se necessário elencar programa relevante que experimentou valores do Turismo de Base Comunitária e do Turismo Solidário em território diamantinense. Em Minas Gerais, o “Programa Turismo Solidário - PTS”, inaugurado em 2008, surge como importante iniciativa do governo do estado, por meio da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas Gerais (SEDVAN) – órgão hoje extinto e então vinculado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE). O principal objetivo de tal política pública era promover o desenvolvimento do turismo em regiões de baixo desenvolvimento humano, como no caso da região de Diamantina, por meio da participação ativa das comunidades locais no planejamento, gestão e desenvolvimento do turismo. A implantação do programa contou com a parceria de diversos órgãos e instituições, como o Ministério do Turismo, a Fundação Banco do Brasil e o SEBRAE/MG. O PTS definiu como proposta não apenas o desenvolvimento econômico das regiões-alvo, mas também a promoção da inclusão social e a valorização da cultura local. Dessa forma, buscava fomentar a participação das comunidades locais no desenvolvimento do turismo, valorizando seus saberes e práticas culturais e garantindo a geração de emprego e renda para a população local. Também enfatizava a importância da gestão participativa e da articulação de agentes econômicos, sociais e institucionais para o desenvolvimento do turismo nas regiões atendidas. Isso incluía a capacitação de agentes locais para a gestão do turismo, a identificação e mapeamento de atrativos e potencialidades turísticas locais, e o estímulo ao empreendedorismo e à inovação (FORTUNATO, 2011).

Na prática, porém, a política acabou reduzindo o turismo à sua capacidade de gerar trabalho e renda para os moradores, sobretudo através da oferta de receptivos

familiares. Além disso, embora tivesse a solidariedade como princípio, o efeito do programa foi, na visão de muitos beneficiários, o oposto: incentivou a competitividade. As relações sociais tiveram um papel significativo na formação da rede de turismo solidário no município estudado, no entanto, a ausência de participação efetiva da população na concepção e formulação da política resultou em mobilização e articulação relativamente fracas das comunidades. Além disso, havia uma tensão constante entre a tutela, decorrente da dependência de agentes externos, e a necessária autonomia e emancipação das comunidades envolvidas na iniciativa. Embora o PTS tenha prometido progresso, as condições de vida dos moradores locais parecem permanecer praticamente inalteradas. De maneira geral, os residentes não têm usufruído, nem atualmente se beneficiam, desse desenvolvimento esperado. Nota-se que a resistência do Alto Jequitinhonha a essas políticas se deve, em grande parte, à sua formulação genérica, que não leva em conta as singularidades da história e do ambiente da região (OURIQUES, 2005, p. 96; RIBEIRO ET AL, 2004,).

Em 2013, o Programa Turismo Solidário chegou ao seu fim institucionalmente. Nessa época, o programa dependia quase exclusivamente do financiamento da mineradora Vale, uma das parceiras do programa. O Estado de Minas Gerais deixou de investir financeiramente, e o repasse para o IDENE era apenas a contrapartida do recurso do Ministério do Turismo. Mesmo com a mudança na equipe da Secretaria de Turismo em 2013, que concordou em participar da operação do programa, não havia mais recursos financeiros disponíveis, de modo que o PTS não teve continuidade.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

Solha (2006, p.92) sugere que políticas de turismo devem trabalhar tanto no estímulo quanto no controle direto do desenvolvimento da atividade turística, sobretudo no que diz respeito àquilo que é de interesse da sociedade e envolve externalidades positivas do fenômeno nas comunidades locais. Essas políticas lidam com o incremento da qualidade de vida da população autóctone ao mesmo tempo em que fomentam a economia das empresas que exercem a hospitalidade local. Seria, portanto, responsabilidade do poder público determinar prioridades, definir padrões de qualidade e administrar recursos e projetos a serem estimulados considerando a opinião e os ganhos dos vários agentes envolvidos.

Para tratar precisamente de políticas públicas de turismo recorreremos à definição de Goeldner, Ritchie & McIntosh (2002, p.294):

um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

Segundo os autores, a política pública de turismo deve ser conduzida de maneira a definir as regras para as operações turísticas, estabelecer códigos de conduta e ética para todas as partes envolvidas, facilitar a colaboração entre os diversos atores do setor turístico, promover debates sobre o papel e as contribuições do turismo para a economia, e permitir a integração do turismo com os outros setores econômicos. A base regulatória do turismo, juntamente com as diretrizes, objetivos, estratégias de desenvolvimento e promoção, compõe, portanto, o universo das políticas públicas de turismo, onde são tomadas decisões que definem diretamente os rumos da atividade em determinado destino.

Nos anos 1960 o turismo de massa foi recebido como um advento positivo para a indústria, a despeito de alguns teóricos já terem se proposto a debater possíveis efeitos negativos causados pelos fluxos massivos nos destinos. Como consequência desse otimismo inicial, no Brasil ocorre a criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por meio do Decreto-Lei nº 55/1966, através do qual o Estado Brasileiro estabeleceu o Sistema Nacional de Turismo, que também incluiu o Conselho Nacional de Turismo. Essa legislação foi fundamental para a organização e promoção do turismo no país, proporcionando uma estrutura oficial para o desenvolvimento e regulamentação do setor turístico brasileiro.

Na década de 1970 o turismo se apresenta como atividade capaz de compensar as mazelas sociais, entrando no bojo das chamadas "indústrias sem chaminé", entusiasmo que perdurou até a década de 1980, quando a literatura percebe que o turismo mal planejado e ecologicamente imprudente também poderia se transformar numa "chaminé" poluente. A década de 1990, com o desafio posto, viu o surgimento de novas categorias pretensamente sustentáveis, como é o caso do ecoturismo e do Turismo de Base Comunitária. (CORIOLANO, 1996;

KRIPPENDORF, 1989).

Até o final da década de 1980, o paradigma da gestão pública do turismo no Brasil é notadamente baseado na centralização. Tal centralismo foi, gradativamente, sendo substituído por um discurso cada vez mais disseminado de gestão descentralizada e mais participativa, tanto no âmbito acadêmico quanto no que se refere aos discursos, documentos oficiais e ações da administração pública, valorizando assim, na elaboração de políticas públicas, as demandas locais. A citada descentralização é notada com maior vigor a partir da década de 1990, não sem motivos, período coincidente com a redemocratização do Estado brasileiro. A Carta Magna de 1988 apresentou à sociedade brasileira maiores oportunidades para a participação cidadã e para inovações no campo da gestão pública, levando em conta a realidade e as potencialidades locais, o que pautou a tônica das políticas das décadas seguintes (ABRUCIO, 2007).

O setor turístico indicou, nesse período, uma evolução em seu status institucional dentro da Administração Pública Federal e nas Unidades Federativas, o que não significa que a atividade tenha sido vista com a prioridade necessária para torná-la um efetivo instrumento de valorização local, crescimento econômico e diminuição da desigualdade de renda nas comunidades. Tampouco nota-se, especialmente no âmbito de municípios de pequeno e médio porte, como Diamantina/MG, valorização da participação local e comunitária no planejamento do turismo ao longo dos anos (ALMEIDA & COSTA, 2007). A tentativa de enfoque territorial a nível municipal, considerando a grande complexidade e quantidade de elementos pelos quais é composta uma política nacional de turismo, é institucionalizada através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, em 1994, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Solha (2004), o referido programa já apresentava características claramente descentralizadoras na gestão do turismo. Sob a tutela do então Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, a intenção do Programa era a dinamização da atividade turística a nível local. Com base na descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e educação, o PNMT propôs um amplo fórum de discussão sobre os resultados regionais do turismo, assumindo que a política municipal ou local teria "[...] condições para descobrir suas vocações, conhecer seu potencial, dimensionar seus desafios e encontrar melhores caminhos para a promoção do turismo sustentável" - entendimento que hoje é contestado

por parte da literatura sob a análise de que muitos poderes municipais não estavam suficientemente maduros, sobretudo em termos de participação popular, para absorver a demanda necessária. Todo modo, principalmente por ter significado importante dedicação de agenda à atividade, o impacto do PNMT no desenvolvimento turístico foi tão significativo que o Brasil se tornou um exemplo de estudo de caso internacional. Até hoje, os Conselhos Municipais de Turismo (COMTur) continuam sendo estabelecidos e gerenciados em diversos municípios brasileiros, demonstrando a eficácia e a longevidade das estratégias implementadas (CHAVES & SECCHI, 2022).

A despeito das tentativas de implementação de grandes Planos, a participação do setor público brasileiro no fomento da atividade turística continuou tímida e incipiente. A situação apontou para melhorias no princípio da década de 2000 até meados da década de 2010, tendo em vista o crescimento do PIB brasileiro acima da média mundial. Os investimentos do governo, da iniciativa privada e de instituições multilaterais, por consequência, também apresentaram aumento durante o período. O Plano Nacional de Turismo, durante o período de 2003-2007, abrigado pelo recém-criado Ministério do Turismo (Mtur) do governo Luiz Inácio Lula da Silva e, a segunda versão do Plano Nacional de Turismo - agora compreendendo o período de 2007-2010 - no segundo governo Lula, propuseram um novo modelo de gestão ainda mais descentralizada, com a reformulação do Conselho Nacional do Turismo e dos Fóruns Estaduais. A Lei nº 11.771/2008, dispõe sobre a Política Nacional do Turismo e é operacionalizada com base nos princípios de descentralização e regionalização, conforme indicado no texto, com o objetivo de "incentivar estados e municípios a planejarem as atividades turísticas em seus territórios de acordo com os objetivos estabelecidos na Lei".

Confirmando a tese do enfoque na descentralização, vale citar também o Programa de Regionalização do Turismo, lançado em 2004. O objetivo do programa foi o de desenvolver a gestão regional como um mecanismo de intercâmbio interpessoal e promoção da cooperação entre os departamentos governamentais envolvidos na administração local. Isso significa uma integração entre organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos, atendendo às premissas do turismo sustentável junto ao meio ambiente (BRASIL, 2004). Com o lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão, a regionalização evoluiu de um programa de roteiros integrados para uma política de

desenvolvimento do turismo. Essa mudança transformou a regionalização em um macroprograma, reunindo diversos programas com ações específicas voltadas para o desenvolvimento do turismo em todo o território brasileiro. Isso permitiu uma abordagem mais abrangente e integrada, visando promover o crescimento sustentável e inclusivo do setor turístico no Brasil. A intenção de distribuição dos ganhos advindos do turismo com foco na economia local e na descentralização das políticas fica clara quando observamos a mensagem do Presidente:

O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados agentes sociais. Os recursos gerados pelo turista circulam a partir dos gastos praticados nos hotéis, nos restaurantes, nos bares, nas áreas de diversões e entretenimento. Todo comércio local é beneficiado. Jornaleiros, taxistas, camareiras, cozinheiras, artesãos, músicos, barqueiros, pescadores e outros profissionais, passam a ser agentes do processo de desenvolvimento. O envolvimento abrange toda a comunidade receptiva. Neste modelo, a grande maioria do setor é constituído de pequenas e médias empresas, fazendo com que o desenvolvimento da atividade possa naturalmente contribuir como fator de distribuição de renda. (p. 10)

Posteriormente, visando a preparação para sediar a Copa do Mundo de futebol em julho de 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em agosto de 2016, o Brasil realizou uma série de projetos voltados para a qualificação profissional e a modernização das infraestruturas necessárias. Esses esforços foram parte integrante das iniciativas do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013-2016, que declarava atender às exigências dos megaeventos e deixar um legado duradouro para o país.

Em 2018, o Plano Nacional de Turismo (PNT) foi relançado com metas estabelecidas até 2022. Como diretrizes principais este PNT apresenta o fortalecimento da regionalização, a melhoria da qualidade e competitividade, o incentivo à inovação e a promoção da sustentabilidade (BRASIL, 2018). As áreas de atuação do Plano Nacional de Turismo (PNT) deste período incluem: ordenamento, gestão e monitoramento; estruturação do turismo brasileiro; formalização e qualificação no setor; incentivo ao turismo responsável e marketing e apoio à comercialização (BRASIL, 2018). Parte integrante deste PNT, o Programa de Qualificação Nacional no Turismo (PQNT), liderado pelo Ministério do Turismo, visou promover cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional em várias áreas, beneficiando tanto os profissionais do setor quanto aqueles que

desejassem ingressar nele. O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) buscou integrar e coordenar ações do Ministério do Turismo com estados, regiões e municípios, com o objetivo de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país. O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR) teve como foco a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, incentivando o desenvolvimento local e regional através de parcerias com estados e municípios. Por fim, o Programa Cadastur é responsável pelo cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo, garantindo a formalização e regulamentação dos profissionais e empresas do setor.

A tônica das ações do Ministério do Turismo desde sua criação tem sido a de, além de fomentar a atividade turística, promovê-la através de “uma rede de entidades e instituições, em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor”. O MTur tem sinalizado, desde meados dos anos 2000, interesse no desenvolvimento turístico de municípios indutores da atividade, como é o caso de Diamantina. Prova disso é a inclusão da cidade em um Estudo da Fundação Getulio Vargas (2008) encomendado pelo MTur que define os 65 municípios indutores de turismo no Brasil. Em consonância com o Plano Nacional de Turismo do período 2007-2010, e tendo como base os Planos de Marketing Internacional (PLANO AQUARELA, 2005a) e Nacional (PLANO CORES, 2005b), o estudo apontou todas as capitais e até cinco cidades em cada Estado como capazes de induzir o desenvolvimento turístico de sua região: em Minas Gerais os quatro destinos indutores do turismo selecionados, além de Diamantina, foram Belo Horizonte, Ouro Preto e Tiradentes (BARBOSA, 2008; BRASIL, 2007).

Vale menção ao fato de que, a despeito da manutenção da tônica de publicação de grandes Planos, na prática nota-se que, a partir do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), de viés neoliberal e com políticas de incentivo mais restritivas, as ações do MTur têm focado quase exclusivamente na mera divulgação de destinos. Um exemplo é a promoção e difusão internacional dos Patrimônios Históricos do Brasil, fruto de acordo de cooperação técnica firmado entre a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), o Ministério do Turismo (MTur) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Após esse período de arrocho fiscal e foco quase exclusivo na propaganda e divulgação de destinos, a

expectativa com o alvorecer de um novo governo Lula da Silva (2023–2026) é de retomada dos investimentos públicos, sobretudo na infraestrutura dos destinos, aliados à já consolidada política de descentralização por parte do Governo Federal brasileiro.

4.1 Políticas Públicas de Turismo em Minas Gerais

A abordagem do governo federal de promover o turismo através das regiões implicou em ações coordenadas entre os níveis federal, estadual e municipal. Como já dito, este projeto, chamado "regionalização do turismo", busca organizar o setor e implementar um modelo de gestão descentralizada. Conforme orientações do MTur, as diretrizes regionais devem ser adaptadas e compreendidas para a aplicação local, pois o desenvolvimento começa no município. Portanto, essas diretrizes pretendem-se flexíveis, ajustando-se aos tempos e aos estágios de cada município, estado e região, respeitando compromissos existentes e incorporando novos. A opção de trabalhar o turismo com base no conceito de região foi adotada pelos governos federal (através do MTur) e estadual (através da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR/MG), bem como por instituições do setor como o Circuito dos Diamantes e o Instituto Estrada Real – IER.

Uma das marcas das políticas públicas de turismo no estado de Minas Gerais são os investimentos relativamente modestos. Os montantes registrados na Lei Orçamentária Anual destinados à Secretaria de Estado de Turismo nos exercícios de 2018 e 2019 corresponderam a R\$ 16,9 milhões e R\$ 13,9 milhões, respectivamente, em valores correntes de 2020⁶. Esses valores significam, respectivamente, 0,03% e 0,02% do total de gastos orçamentários previstos. No mesmo período, os montantes autorizados à área afim da cultura, por exemplo, foram muito mais expressivos comparativamente e superaram, em média, quase quatro vezes os valores destinados ao turismo. (LOA, 2018, 2019)

Apesar de os números, em termos financeiros, ainda demonstrarem relativo descaso, o turismo vem, de maneira crescente, chamando a atenção dos governos, principalmente por sua relevância como categoria econômica e fator de

⁶ Conversão realizada com base no Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M) de Dezembro/2018 e IGP-M de Dezembro/2019.

desenvolvimento econômico-social. Em Minas Gerais, a atividade é inserida como tema relevante na Constituição Estadual, datada em 1989. Mas, apenas dez anos mais tarde, com a criação da Secretaria de Turismo de Minas Gerais, deu-se início, de fato, à construção de uma política estadual de turismo. Nota-se que, a despeito do crescimento em todo o território nacional, percebido principalmente nas três últimas décadas, as políticas públicas de turismo ainda são muito pouco notadas a nível local, e a situação mineira não é diferente, com investimentos públicos relativamente baixos dado o potencial do território (FARAH, 2013; FARAH, 2016; MELO, 1999; RUA, 2007).

A criação da Secretaria Estadual de Turismo em 1999 (que desde então vem sofrendo alterações em sua composição e, conseqüentemente, em sua denominação, hoje SECULT – Secretaria Estadual de Cultura e Turismo) é um marco institucional que coincide com a tendência de regionalização e municipalização das políticas de turismo no Brasil. A nova Secretaria passou a ter a finalidade de planejar, coordenar e fomentar as políticas de turismo em Minas Gerais, objetivando a expansão da atividade, a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda e a divulgação do potencial turístico do estado (SETUR, 2016). Após a criação da Secretaria de Turismo como repartição do executivo estadual, incentivou-se a formação dos circuitos turísticos, importante política de regionalização que, a despeito dos incentivos do governo mineiro, ocorreria por iniciativa dos municípios. Segundo dados da então SETUR (2002), em fevereiro de 2001 iniciam-se as primeiras reuniões para sensibilizar representantes da sociedade civil e do Poder Público dos municípios sobre o assunto. Neste período, portanto, a política de regionalização consolida-se no estado, inclusive antes da iniciativa nacional. A decisão de regionalizar e descentralizar a atividade turística em Minas Gerais teria se dado, sobretudo, em razão da grande extensão territorial do estado e do seu elevado número de municípios (OLIVEIRA, 2014). A partir daí, as políticas públicas estaduais de turismo em Minas Gerais foram estruturadas em quatro eixos: Circuitos Turísticos e Governança; Produção e Segmentos Turísticos; Qualificação em Receptividade e ICMS Turístico.

Em 2003, é assinado o Decreto Estadual n.º 43.321, que dispõe sobre o reconhecimento dos circuitos turísticos e os classifica como “[...] o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas

que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional.”. Oliveira (2014) explica que a política de circuitos turísticos mineira foi inspirada no modelo francês de regionalização do turismo e elucida que tal processo (de transferência política) tem sido recorrente nas políticas públicas de turismo no Brasil. A partir daí foram criados 46 circuitos turísticos legalmente certificados compreendendo mais de 470 municípios regionalizados, incluindo aí Diamantina e o Circuito dos Diamantes (SETUR, 2016).

A Lei Estadual nº 18.030 de 2009, conhecida como "Lei Robin Hood", trata da distribuição da receita do ICMS aos municípios. Em função dessa lei, os municípios mineiros buscaram ampliar suas fontes de arrecadação fiscal por meio de áreas temáticas, entre elas o turismo. Para receber repasses no quesito turismo, os municípios precisam: (I) participar de um dos Circuitos Turísticos reconhecidos pela SETUR/MG, conforme o Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais; (II) ter uma política municipal de turismo elaborada e em implementação; (III) possuir um Conselho Municipal de Turismo (COMTur) ativo; e (IV) possuir um Fundo Municipal de Turismo (FUMTur) ativo. Tais incentivos redundaram na associação de municípios a Circuitos Turísticos e na criação de Conselhos Municipais em todas as regiões do estado, que é um dos maiores geradores de divisas provenientes do turismo no Brasil. Segundo dados do Ministério do Turismo (2020) Minas Gerais é a segunda Unidade Federativa mais relevante em termos de movimentação turística, atrás apenas de São Paulo, com um fluxo turístico estimado em 12,8% do total nacional. É nesse estado com grande importância para a atividade turística no Brasil e, ao mesmo tempo, ainda carente de financiamento público para a atividade, que se localiza o município de Diamantina, um dos mais importantes da região do Vale do Jequitinhonha.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que busca explorar a complexidade das percepções e experiências humanas em contextos sociais específicos, neste caso a impressão do Olhar Local com relação às políticas públicas. De acordo com Bauer & Gaskell (2008) na pesquisa social é comum buscarmos a forma como as pessoas discutem naturalmente seus pensamentos e sentimentos qualitativamente. Segundo Günther (2006) essa abordagem é

particularmente eficaz para investigar fenômenos sociais onde a subjetividade, a interpretação e o contexto desempenham papéis cruciais, uma vez que trata-se de ciência baseada em textos, onde a coleta de dados resulta em narrativas ricas que são interpretadas hermeneuticamente e com o objetivo de compreender o significado subjacente das experiências relatadas pelos participantes.

A flexibilidade é uma característica intrínseca da pesquisa qualitativa, permitindo que o pesquisador adapte suas técnicas e abordagens conforme o desenvolvimento da investigação, e a interpretação fenomenológica é um processo contínuo e dialógico entre as narrativas dos participantes e a reflexão teórica. Isso permite que o pesquisador revele as camadas de significado nas experiências vividas, indo além das aparências superficiais para entender as estruturas profundas das vivências. Gil (1993) argumenta que a pesquisa exploratória, uma das modalidades da pesquisa qualitativa, é recomendada quando não há dados sistematizados sobre o assunto e objeto de estudo. Essa flexibilidade possibilita a consideração dos mais variados aspectos relacionados ao fenômeno estudado, permitindo uma investigação mais abrangente e detalhada. Isso significa que o pesquisador pode utilizar uma variedade de métodos e técnicas para coletar e analisar dados, desde entrevistas semiestruturadas até a análise de documentos, ambas utilizadas nesta pesquisa. Tal diversidade metodológica é crucial para captar a complexidade de fenômenos sociais como o turismo e as múltiplas perspectivas das comunidades envolvidas nesta investigação. Segundo Gil (1999), a pesquisa exploratória tem como principal objetivo a coleta de informações sobre temas em cenários específicos que não foram amplamente estudados ou que são pouco conhecidos de modo a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e ajudando na formulação de hipóteses. Neste caso, o contexto específico das comunidades tradicionais de Diamantina oferece uma oportunidade única para explorar as percepções do Olhar Local sobre as políticas de turismo, revelando *insights* que podem ser relevantes tanto para a formulação de políticas locais quanto para a compreensão mais ampla das interações entre turismo e comunidades tradicionais.

Inicialmente o pesquisador realizou revisão bibliográfica baseada nas pesquisas já publicada sobre o tema, incluindo livros, artigos científicos e periódicos, a fim de situar o estudo no contexto existente e também estruturar as entrevistas a serem realizadas além de, posteriormente, embasar as reflexões decorrentes. Um exame

documental também se fez necessário para identificação de políticas públicas de turismo executadas em Diamantina. Os dados públicos utilizados foram obtidos através da Lei de Acesso à Informação (LAI). A partir dessas informações disponibilizadas, levantamos os valores orçamentários e sua destinação, planejamento e execução vinculados às políticas públicas de turismo, detalhados nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) do último ciclo dos Planos Plurianuais (PPAGs) a nível municipal (PPAG 2018-2021), estadual (PPAG 2020-2023) e federal (PPAG 2020-2023). A coincidência de orçamentos no mesmo ciclo dos PPAGs dos três níveis federativos se deu nos exercícios de 2020 e 2021, tendo sido este o recorte escolhido pelo pesquisador para se identificar as políticas públicas de turismo em Diamantina referenciadas. Com o levantamento dos orçamentos públicos supracitados buscou-se identificar as ações, projetos, políticas e programas vinculados ao turismo em Diamantina, possivelmente direcionados às comunidades tradicionais aqui consideradas, de modo que fossem listadas e, posteriormente, incluídas no guia de entrevistas (APÊNDICE A), facilitando a indicação dos entrevistados com relação a essas políticas.

Coleta de Dados

Foi utilizado guia (APÊNDICE A) para a aplicação de entrevistas semiestruturadas, permitindo que os participantes expressassem livremente suas percepções e experiências conforme o Olhar Local de suas comunidades, com o guia sendo usado como apoio. As perguntas foram abertas e flexíveis, e a interação entre entrevistador e entrevistado foi conduzida de forma a fomentar um ambiente de confiança e abertura, essencial para a obtenção de narrativas ricas e autênticas.

A coleta de dados na pesquisa qualitativa envolve métodos que permitem uma interação direta e profunda com os participantes. A decisão pelo uso de entrevistas semiestruturadas se justifica na necessidade de manter o diálogo aberto o suficiente para a adição de questões pertinentes, mas buscando manter a conversa centrada na temática central. Isso permite que o pesquisador explore profundamente as percepções e experiências dos entrevistados, capturando a riqueza e a complexidade das narrativas individuais. Segundo Lakatos & Marconi (1985), a entrevista é um procedimento usado na investigação social para coletar dados e ajudar no diagnóstico de problemas sociais sendo, de acordo com Bauer &

Gaskell (2008), método conveniente e já estabelecido na pesquisa social. A entrevista semiestruturada é um dos instrumentos mais utilizados neste caráter de investigação, proporcionando ao pesquisador a flexibilidade necessária para explorar temas emergentes durante a conversa, ao mesmo tempo em que mantém o foco nos objetivos da pesquisa.

Como explica Morse & Clarke (2019), em uma primeira etapa da pesquisa qualitativa, sobretudo de caráter exploratório, a amostra é baseada na necessidade do pesquisador de se aproximar do fenômeno e, com o avanço da investigação, o entendimento do pesquisador sobre o objeto de pesquisa e sobre os atores melhores informados sobre o fenômeno cresce e o habilita a identificar os melhores entrevistados. Desse modo, previamente à aplicação das entrevistas no campo de estudo, foi realizado contato inicial, em abril de 2023, com organização da sociedade civil que representa institucionalmente os Povos Tradicionais de Diamantina, esta não sendo nominalmente citada neste trabalho em razão do compromisso assumido com os participantes com relação a seu anonimato. Tal organização é reconhecida por possuir longo histórico de atuação junto às comunidades tradicionais locais, além de ser detentora de cadeira na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), conferindo legitimidade para mediar a seleção das lideranças a serem entrevistadas e assegurando que as vozes ouvidas na pesquisa sejam autênticas e representativas. A partir daí o pesquisador foi orientado com relação às exigências das comunidades na aplicação das entrevistas, sendo inclusive firmada Declaração de Anuência e encaminhados Protocolos de Consulta construídos por Povos Tradicionais de Diamantina. Após mediação da dita instituição, foi realizado agendamento com as lideranças e as entrevistas foram realizadas entre os dias 18 e 25 de março de 2024 no campo de estudo. A aplicação das entrevistas semiestruturadas foi norteada por roteiro (APÊNDICE A) desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica e documental prévia, sendo realizadas, individualmente, com cada uma das lideranças das comunidades tradicionais identificadas pela pesquisa e mediante apresentação e assinatura de Termo de Consentimento (APÊNDICE B), totalizando uma amostragem de seis entrevistados, com o objetivo de representação do Olhar Local de suas respectivas comunidades.

O roteiro inclui uma primeira parte relacionada ao levantamento dos atributos sociodemográficos do entrevistado, contendo um bloco de perguntas que inclui

variáveis como ocupação, local de moradia e trabalho e participação em associações. Uma segunda parte do roteiro dispõe de questões abertas que tratam da relação do entrevistado com a comunidade a qual representa, as experiências de visitação em comunidades tradicionais segundo o Olhar Local, quais estruturas e incentivos do poder público são percebidos no seu cotidiano como facilitadores da atividade turística, quais as carências no que diz respeito à participação do Estado brasileiro como fomentador do turismo nas comunidades, suas impressões sobre o turismo local e as políticas públicas identificadas durante a pesquisa documental e bibliográfica, sobretudo aquelas que potencialmente envolvam o Turismo de Base Comunitária. O pesquisador-entrevistador teve, portanto, uma seleção prévia de perguntas ou tópicos a serem respondidos ou preenchidos, utilizados tão somente como guia, já que aos respondentes foi incentivada a livre manifestação sobre o assunto. A entrevista semiestruturada pode apresentar certa flexibilidade e as perguntas nem sempre seguem uma linha predefinida, permitindo o surgimento de novos questionamentos (MATTOS & LINCOLN, 2005).

Tratamento e análise de dados

Na sequência da aplicação das entrevistas o pesquisador, munido dos dados coletados, dialogou com o referencial teórico e documental previamente levantado, conjuntamente com as informações e impressões adquiridas por meio do campo e das entrevistas. Para fins de identificação dos entrevistados utilizou-se as seguintes denominações, definidas pela sequência de aplicação das entrevistas: Entrevistado(a) 1 – para a liderança entrevistada de Mata dos Crioulos; Entrevistado(a) 2 – para a liderança entrevistada de Macacos; Entrevistado(a) 3 – para a liderança entrevistada de Vargem do Inháí; Entrevistado(a) 4 – para a liderança entrevistada de São João da Chapada; Entrevistado(a) 5 – para a liderança entrevistada de Quartel do Indaiá e Entrevistado(a) 6 – para a liderança entrevistada de Inháí.

Para tratar e analisar tais dados utilizou-se a técnica e as ferramentas da Análise de Conteúdo, que segundo Vergara: “é considerada uma técnica para tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.” (VERGARA, 2005). Fez-se necessária a gravação e transcrição das

entrevistas em questão (que, somadas, geraram aproximadamente 5 horas de áudio), de modo a facilitar o processo de entendimento das informações obtidas sem o risco de se alterar seu teor. Vergara (2005) enfoca a importância de se tomar tais precauções na Análise de Conteúdo para preservar a eficiência do método. Sobre a Análise de Conteúdo Bardin (2011) discorre: [...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não) (BARDIN, 2011). A Análise de Conteúdo é, portanto, ferramenta de análise de dados que permite produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetiva, criando uma aproximação entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa, de modo que seja útil como técnica híbrida mediadora de discussões sobre virtudes e métodos. O texto é visto como um meio de expressão do sujeito, e o pesquisador categoriza as unidades do texto (palavras ou frases) que se repetem. Essa abordagem consiste na decomposição do discurso e na identificação de unidades de análise ou grupos de representações, categorizando os fenômenos e permitindo uma compreensão mais aprofundada da interpretação da realidade do grupo estudado, neste caso, as comunidades tradicionais diamantinasenses. (CAREGNATO & MUTTI, 2006; SILVA ET AL., 2005).

As etapas iniciais da Análise de Conteúdo propostas por Bardin (2011) são a pré-análise e a exploração do material. Nessas etapas são definidas as unidades de registro, as unidades de contexto, os trechos significativos e as categorias. Com essa exploração do material, momento em que há sua organização, os dados brutos são transformados de maneira metódica e são definidas as categorias, criando sistemas de codificação para agrupar dados com características semelhantes. As unidades de registro são identificadas, permitindo uma descrição das características gerais do conteúdo posteriormente analisado na etapa final de tratamento dos resultados obtidos e a sua interpretação pelo pesquisador (MINAYO, 2001).

Desse modo, foi necessário realizar uma leitura do material para compreender sua estrutura e registrar impressões sobre as mensagens contidas nas respostas dos entrevistados, levando em consideração os objetivos e questões de estudo. Seguindo tal lógica, após a coleta dos dados em campo pelo pesquisador, as

entrevistas foram transcritas e tais dados foram tratados de modo a adequar os textos para a sua redução, unitarização e categorização inicial dos corpora textuais a serem considerados. Esse manuseio de dados se mostrou importante para que o pesquisador criasse maior intimidade com seu conteúdo e para que se formatasse os corpora de modo a facilitar tanto sua análise quanto sua exportação para o software utilizado para auxílio da mesma. O software escolhido foi o *Iramuteq - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, em sua versão 0.7 alpha 2. A principal função deste software é analisar a coocorrência de palavras nos segmentos de texto utilizando elementos estatísticos.

Os corpus textuais foram constituídos com a transcrição, tratamento e unitarização das respostas das entrevistas, dividindo-as em quatro categorias de análise:

- A primeira categoria de análise é constituída do bloco de respostas relativas ao envolvimento dos entrevistados com suas comunidades e com o turismo como atividade profissional (bloco de perguntas 1 a 5 do APÊNDICE A);

- A segunda categoria de análise é constituída do bloco de perguntas relativas ao Olhar Local das comunidades e como os entrevistados percebem os atrativos e ativos de base comunitária de suas respectivas comunidades e também das demais comunidades tradicionais de Diamantina (bloco de perguntas 6 a 8 do APÊNDICE A);

- A terceira categoria é constituída do bloco de perguntas relativas à percepção local com relação às Políticas Públicas de turismo direcionadas às comunidades tradicionais de Diamantina (bloco de perguntas 9 a 12 do APÊNDICE A);

- E, finalmente, a quarta categoria de análise é constituída pelas respostas ao bloco de perguntas relativas aos dificultadores da atividade turística percebidos pelo Olhar Local das comunidades tradicionais de Diamantina (perguntas 13 a 15 do APÊNDICE A).

A partir daí, foram utilizados dois tipos de análise com a funcionalidade do software Iramuteq: realizar testes de qui-quadrado para verificar o grau de associação entre as formas linguísticas do corpus e as classes lexicais, permitindo a produção de um dendrograma que representa graficamente os diferentes conjuntos lexicais e suas palavras mais características; e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC)

no método de Reinert. O dendograma é um diagrama em formato de “árvore” utilizado na representação hierárquica de dados. Cada “folha” do dendograma representa uma amostra ou dado, e os ramos mostram como esses dados se agrupam conforme crescem as semelhanças entre si: quanto mais próximos os ramos, maior a semelhança entre os elementos agrupados. Já a AFC no método de Reinert parte do pressuposto de que as relações entre as seções de um texto e as formas linguísticas utilizadas podem ser resumidas em poucos fatores - a AFC procura representar graficamente essas relações em um plano fatorial bidimensional, cujos resultados são úteis para identificar oposições que estruturam o conteúdo analisado (LEBLANC, 2015; PÉLISSIER, 2017; REINERT, 1987).

É importante notar que, nas análises que utilizam o método de Reinert, é essencial que o corpus analisado seja suficientemente extenso e que o material possua uma coerência temática ou homogeneidade em suas condições de produção (DALUD-VINCENT, 2011). Portanto, recomenda-se que os estudos incluam, em seus relatos de pesquisa, o percentual do material retido, pois um aproveitamento inferior a 75% pode sugerir problemas na homogeneidade do corpus (CAMARGO & JUSTO, 2017). Todas as análises realizadas nesta pesquisa superaram esse percentual, indicando fidedignidade e habilitando o uso dos resultados seguindo os critérios recomendados.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE DIAMANTINA

A pesquisa para identificação das políticas públicas vinculadas ao turismo e direcionadas ao município de Diamantina nos três entes federativos (União, Estado e Município) realizada neste trabalho se concentrou no período compreendido entre os anos fiscais de 2020 e 2021. Tal escolha se deve à consideração dos Planos Plurianuais (PPAGs) mais recentes da União e do Estado de Minas Gerais, que contemplam o período de 2020 a 2023 e do PPAG Municipal que, por sua vez, contempla o período de 2018 a 2021, sendo as Leis Orçamentárias de 2020 e 2021 coincidentes entre os Planos dos entes em questão, sem interrupções de ciclo nos PPAGs.

Buscou-se os dados de planejamentos e orçamentos publicizados pelo Governo

Federal do Brasil, pelo Governo Estadual de Minas Gerais e pela Prefeitura Municipal de Diamantina em seus respectivos portais da transparência. Tais informações têm sua publicação garantida pela Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Importante frisar, porém, que por se tratar de trabalho em que a impressão dos afetados sobre tais políticas é tema central, consideramos para além das políticas públicas identificadas nos orçamentos, também aquelas notadas e citadas pelos entrevistados, independente do período destas. Não foram incluídos nos itens de identificação serviços de manutenção de equipamentos turísticos que não interessam ao nosso levantamento de políticas públicas de turismo no município, tampouco os valores empenhados para funcionamento operacional da Secretaria Municipal de Turismo.

A nível municipal vale menção à Lei nº 3.611/2011, que estabelece a Política Municipal de Turismo de Diamantina/MG, visando o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Seus objetivos incluem alinhar-se com diretrizes estaduais e nacionais, promover a preservação cultural e ambiental, fomentar a educação patrimonial, garantir a proteção de recursos naturais e atrair investimentos privados em infraestrutura turística. A Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio e o Conselho Municipal de Turismo são responsáveis por sua implementação e gestão, promovendo cooperação entre os setores público e privado para o crescimento turístico.

Ao realizar a busca por políticas públicas de turismo na Lei Orçamentária Anual (LOA) do município de Diamantina, relativa ao exercício 2020, encontra-se as referências listadas na **Tabela 1**. Dado que a intenção de tal levantamento é o de identificar as políticas públicas para posterior inclusão no guia (APÊNDICE A) e não de valora-las objetivamente, deixando o seu juízo ao Olhar Local na ocasião da aplicação das entrevistas, os códigos e os valores empenhados e liquidados dos orçamentos observados, também disponíveis na mesma fonte de consulta, foram omitidos, cabendo apenas a nomeação e listagem das políticas, como se segue:

Tabela 1 - Ações Orçamentária relativas a políticas públicas de turismo na Lei Orçamentária Anual de 2020 no Município de Diamantina

Descrição da Ação Orçamentária:

Manutenção das atividades do Programa Bem receber em Diamantina

Manutenção das atividades do Programa DTNA Adventure

Manutenção das atividades no cine Teatro Santa Izabel

Promover e apoiar eventos festivos e culturais

Manutenção das atividades do Mercado Velho – Centro Cult. Davi Ribeiro

Manutenção atividades das bandas Musicais e orquestra sinfônica

Manutenção do Programa Cidade Viva

Manutenção do Projeto Monumenta

Fonte: Diamantina, 2020

Percebe-se que as ações orçamentárias em questão tratam, em sua maioria, de ações para manutenção de atividades genéricas relativas a serviços vinculados ao turismo. Identificamos, entretanto políticas como o “Programa Bem Receber em Diamantina” e “Manutenção das atividades do Programa Diamantina Adventure” que indicam ações ativas de desenvolvimento da atividade, as quais analisaremos o juízo do Olhar Local na aplicação das entrevistas.

Já na análise das ações orçamentárias relativas à Lei Orçamentária Anual de 2021, seguem, na **Tabela 2**, aquelas de maior interesse para o desenvolvimento desta pesquisa:

Tabela 2 - Ações Orçamentária relativas a políticas públicas de turismo na Lei Orçamentária Anual de 2021 no Município de Diamantina

Descrição da Ação Orçamentária:

Manutenção das atividades do Programa Bem Receber em Diamantina

Manutenção das atividades do Programa Diamantina Adventure

Manutenção do Programa Diamantina para o Mundo

Manutenção das atividades do Programa Novos Caminhos para o Turismo

Manutenção do Programa Todos Juntos pelo Turismo

Manutenção das atividades no Cine Teatro Santa Izabel

Promover e apoiar eventos festivos e culturais

Manutenção das atividades do Mercado Velho – Centro Cult. Davi Ribeiro

Fonte: Diamantina, 2021.

Por sua vez, a pesquisa por políticas públicas destinadas a Diamantina na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2020 do Estado de Minas Gerais apresenta os itens presentes na **Tabela 3**:

Tabela 3 - Ações Orçamentária relativas a políticas públicas de turismo direcionadas a Diamantina na Lei Orçamentária Anual de 2020 no Estado de Minas Gerais

Programa de governo:	Ação Orçamentária:
Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo	Apoio a Projetos Culturais e Turísticos executados por meio de parcerias
Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo	Disponibilização e manutenção do sinal de retransmissão de tv no interior do estado e região metropolitana de BH
Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo	Apoio a Projetos Culturais por meio de editais
Formação cultural	Produção de conteúdo e realização de capacitações técnicas em cultura
Formação cultural	Assessorias técnicas para gestão de arquivos, bibliotecas e Museus
Proteção e salvaguarda de acervos culturais	Proteção do Patrimônio Cultural
Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo	Apoio operacional ao Sistema de Financiamento à Cultura

Fonte: Minas Gerais, 2021.

O programa “Fomento, Democratização e Acesso à Cultura e ao Turismo” obteve, em 2020, execução efetiva das seguintes ações orçamentárias:

Ação Orçamentária de “Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias” e tem por finalidade “Fomentar as atividades culturais e turísticas de forma regionalizada, a partir da celebração de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos e municípios”; é descrita pelo governo estadual como:

Desenvolvimento de atividades de apoio aos projetos culturais e turísticos oriundos de parcerias decorrentes de convênios com municípios, bem como termos de fomento, termos de colaboração, acordo de cooperação ou outros instrumentos congêneres com entidades privadas sem fins lucrativos, de forma a abranger a realização de eventos e atividades voltadas aos segmentos artísticos, culturais e turísticos, manutenção de grupos e equipamentos culturais, manutenção de corpos artísticos, ampliando o acesso desses projetos à sociedade.”; tem como público-alvo entidades privadas sem fins lucrativos e municípios e tem como produto final “projeto beneficiado. (MINAS GERAIS, 2020)

Ação Orçamentária para a “Disponibilização e manutenção do sinal de retransmissão de TV no interior do estado e região metropolitana de BH” e tem por finalidade:

[...] manter em funcionamento, com boa qualidade, os sinais da TV Minas e da rádio Inconfidência nas estações repetidoras e retransmissoras no interior do estado de Minas Gerais, bem como realizar o monitoramento do funcionamento adequado das estações e sistemas digitais de televisão na região metropolitana de BH. (MINAS GERAIS, 2020)

Sendo, portanto, ação não afeta às políticas investigadas neste trabalho.

Ação Orçamentária de “Apoio a projetos culturais por meio de editais” que tem por finalidade:

Fomentar e patrocinar a produção, a difusão, a divulgação, a circulação e o intercâmbio da cultura e das artes mineiras nos diversos segmentos culturais. Promover a desconcentração e a descentralização dos recursos nas diferentes regiões mineiras. Reconhecer, valorizar e fortalecer as manifestações culturais mineiras, em sua diversidade, bem como promover e patrocinar iniciativas de preservação da memória e dos bens culturais do estado. Promover a democratização e ampliação do acesso à cultura em Minas Gerais, de modo a contribuir para a criação e multiplicação de redes mais amplas de circulação de bens culturais.

Além disso, é descrita pelo governo estadual como:

Viabilização de projetos culturais aprovados nos editais de execução do

Fundo Estadual de Cultura em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 22.944/18 e pelo Decreto nº 47.427/18 e demais resoluções e instruções normativas atinentes.

A despeito do Público-Alvo declarado pelo governo estadual não envolver atores do turismo de maneira direta, por tratar-se de “Beneficiários e empreendedores culturais diretamente, conforme Lei nº 22.944/18 e sociedade mineira”, a possível inserção das comunidades tradicionais em políticas culturais coloca a ação em questão como potencial política pública que nos interessa. Os produtos desta ação orçamentária, de acordo com o Portal da Transparência do governo estadual, são “Projetos aprovados no âmbito do fundo estadual de cultura”.

As ações de Produção de conteúdo e realização de capacitações técnicas em cultura” e “de Assessorias técnicas para gestão de arquivos, bibliotecas e museus”; do Programa “Formação Cultural”; “Proteção do patrimônio cultural” do Programa “Proteção do patrimônio cultural” e “Apoio operacional ao sistema de financiamento à cultura” do Programa “Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo” aparecem na busca no Portal da Transparência, porém sem recursos efetivamente destinados a Diamantina no exercício em questão.

Já no exercício 2021, executando-se a busca com os mesmos critérios, os itens reincidentes “Programas “Formação Cultural”, “Proteção e Salvaguarda de Acervos Culturais” e “Fomento, Democratização e Acesso à Cultura e ao Turismo” aparecem nos resultados mas, a exemplo do exercício 2020, há execução financeira efetiva apenas no último apresentado na **Tabela 4**:

Tabela 4 - Ações Orçamentária relativas às políticas públicas de turismo direcionadas a Diamantina na Lei Orçamentária Anual de 2021 no Estado de Minas Gerais

Programa de Governo:	Ação Orçamentária:
Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo	Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias
Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo	Apoio operacional ao sistema de financiamento à cultura

Fomento, democratização e acesso à cultura e ao turismo	Disponibilização e manutenção do sinal de retransmissão de tv no interior do estado e região metropolitana de BH
Formação cultural	Capacitações técnicas em cultura
Formação cultural	Assessorias técnicas para gestão de arquivos, bibliotecas e museus
Proteção e salvaguarda de acervos culturais	Proteção do patrimônio cultural
Proteção e salvaguarda de acervos culturais	Vistorias técnicas no patrimônio cultural

Fonte: Governo de Minas Gerais, 2021

Neste caso, a Ação Orçamentária “Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias”, teve o mesmo valor previsto de 2020 mas, de acordo com o Portal da Transparência, não houve qualquer execução orçamentária. Já a Ação Orçamentária “Disponibilização e manutenção do sinal de retransmissão de TV no interior do estado e região metropolitana de BH” teve execução maior que do exercício anterior. A outra Ação Orçamentária do Programa “Fomento, Democratização e Acesso à Cultura e ao Turismo”, “Apoio operacional ao sistema de financiamento à cultura”, surge nos resultados de busca sem efetiva execução. Este é também o caso das Ações Orçamentárias “Capacitações técnicas em cultura” e “Assessorias técnicas para gestão de arquivos, bibliotecas e museus” do Programa “Formação Cultural”; e das Ações “Proteção do patrimônio cultural” e “Vistorias técnicas no patrimônio cultural” do Programa “Proteção e Salvaguarda de Acervos Culturais”. (MINAS GERAIS, 2021)

Deste modo, compreende-se que as ações orçamentárias do Governo Estadual de Minas Gerais executadas em 2020 e 2021, vinculadas a políticas públicas de turismo e, portanto, relevantes para nossa pesquisa, são “Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias” e “Apoio a projetos culturais por meio de editais”.

Quando se busca por políticas de turismo direcionadas ao município de Diamantina nos orçamentos da União nos exercícios de 2020 e 2021, por ação orçamentária,

o resultado encontrado em busca tanto no Portal da Transparência e no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento da União - SIOP, quanto no SIGA Brasil, portal do Senado Federal, que nos parece relevante para nossa finalidade, consta na **Tabela 5**:

Tabela 5 - Ação orçamentária relativas a políticas públicas de turismo direcionadas a Diamantina na Lei Orçamentária Anual de 2020 da União

Programa de Governo:	Ação Orçamentária:
A Hora do Turismo	Apoio a projetos de infraestrutura turística

Fonte: Brasil, 2020.

De acordo com o Governo Federal a ação orçamentária de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística” está vinculada ao Programa “A Hora do Turismo” e descrita no SIOP como: “[...] Desenvolvimento do turismo nos Municípios brasileiros, com recursos do OGU e contrapartida do tomador, principalmente por meio de estudos, projetos e obras, para a adequação da infraestrutura turística de forma que permita a expansão das atividades e a melhoria da qualidade do produto para o turista.”.

Vinculada à ação orçamentária em questão, de acordo com o Portal Mais Brasil – Portal de transparência para convênios federais - encontra-se o convênio 914515/2021. Sua vinculação ao Programa “A Hora do Turismo”, declarada pelo município no Portal Mais Brasil é a de que “O município, procura investir nas variadas categorias do turismo, oferecendo incentivos e buscando melhorar a estrutura para bem servir os visitantes. Os roteiros turísticos fundamentados nas características regionais de história, cultura e aspectos geográficos mostram boa oportunidade de desenvolvimento e promoção do turismo em uma região. A formatação de novos roteiros coerentes e integrados que visem o desenvolvimento sustentável da atividade turística é um desafio e requer compromisso.”. Tal convênio conta com repasse federal e contrapartida municipal e sua vigência é de Setembro de 2021 a Setembro de 2024. Trata-se de convênio destinado a obras e serviços de implantação e reforma de sinalização turística para roteiros estratégicos com foco no ecoturismo e cicloturismo, inclusive roteiros que contemplam o território compreendido pelas comunidades alvos deste trabalho. De acordo com a Plataforma Mais Brasil o problema a ser resolvido, declarado pelo

município, seria: “Informar aos usuários, de forma clara, as características mais importantes da trilha como sua distância, duração, nível de exigência física, atrativos ao longo do percurso para prover segurança aos visitantes, bem como atrair maior quantidade de visitantes, diversificar o público de visitantes a cidade, estimular novos empreendimentos turísticos e diversificar a economia local.”. Os resultados esperados seriam “Estruturar adequadamente as rotas turísticas agregando valor à oferta turística, orientar os visitantes dos principais pontos turísticos da região de forma clara e objetiva, facilitar ao turista o entendimento quanto aos aspectos de maior importância e fortalecer nossa imagem no mercado de viagens ao oferecer mais informações, impactando de modo positivo o turista, reforçando assim a imagem hospitaleira do município.”.

Temos, portanto, a nível federal, uma ação orçamentária direcionada ao município objeto deste estudo: “Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística”, que por sua vez está vinculada ao Programa “A Hora do Turismo”. Vinculada a tal ação orçamentária está o convênio para “implantação e reforma de sinalização turística para roteiros estratégicos com foco no ecoturismo e cicloturismo”, tendo inclusive, em seu escopo, interseção declarada com comunidades aqui tratadas.

A identificação das políticas em questão tem por principal objetivo mapear as iniciativas de turismo em Diamantina envolvendo o erário e subsidiará a aplicação dos guias de entrevista, a fim de oportunizar os entrevistados a emitirem suas impressões a respeito destas e outras políticas eventualmente citadas durante tais entrevistas. Sendo assim, consideramos para elaboração do questionário presente no Apêndice A e consequente aplicação nas entrevistas de campo, as seguintes iniciativas de políticas públicas de turismo, nos três entes, direcionadas ao município de Diamantina:

Quadro 1 - Políticas Públicas de Turismo identificadas em Diamantina

Programa Diamantina Adventure
Atividades no Cine Teatro Santa Izabel
Mercado Velho - Centro Cultural Davi Ribeiro
Bandas musicais e Orquestra Sinfônica
Programa Cidade Viva
Projeto Monumenta
Programa Diamantina para o Mundo
Programa Novos Caminhos para o Turismo

Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias
Apoio a projetos culturais por meio de editais
Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística
Implantação e reforma de sinalização turística para roteiros estratégicos com foco no ecoturismo e cicloturismo
Eventos Festivos e Culturais

Fonte: Elaboração própria

7. O OLHAR LOCAL SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE DIAMANTINA

7.1 Primeira Categoria de Análise - O Olhar Local sobre o turismo nas comunidades tradicionais de Diamantina

Na primeira categoria de análise, que envolve o bloco de perguntas relativas ao envolvimento dos entrevistados com suas comunidades e com o turismo como atividade profissional (perguntas 1 a 5 do APÊNDICE A), analisando o dendrograma da Figura 11 resultante do corpus textual em questão, percebe-se o forte vínculo identitário relativo a cada uma das tradicionalidades. Este vínculo é fundamental para entender como o turismo é percebido e integrado pelo Olhar Local nas comunidades tradicionais de Diamantina.

A classe 5 representa 19,8% dos trechos analisados e é constituída por palavras que remetem à tradicionalidade faiscadora. Não por acaso, faz-se presente a palavra “Inhaí”, nome da única comunidade com a referida tradicionalidade. Também não é por acaso o afastamento da classe 5 das demais, que envolvem palavras relativas às outras tradicionalidades. Este afastamento sugere uma identidade fortemente enraizada e distinta, que pode ser menos influenciada pelo Olhar do Turista e mais focada em suas práticas tradicionais.

A classe 1, constituída por 16,1% dos trechos analisados, é composta por palavras que sugerem relação com o turismo como meio de vida e permanência nas comunidades. A presença do termo “São_João_da_Chapada” parece se relacionar ao fato desta ser a comunidade tradicional onde mais se percebe a presença de turistas, consequência, principalmente, do Programa Turismo Solidário.

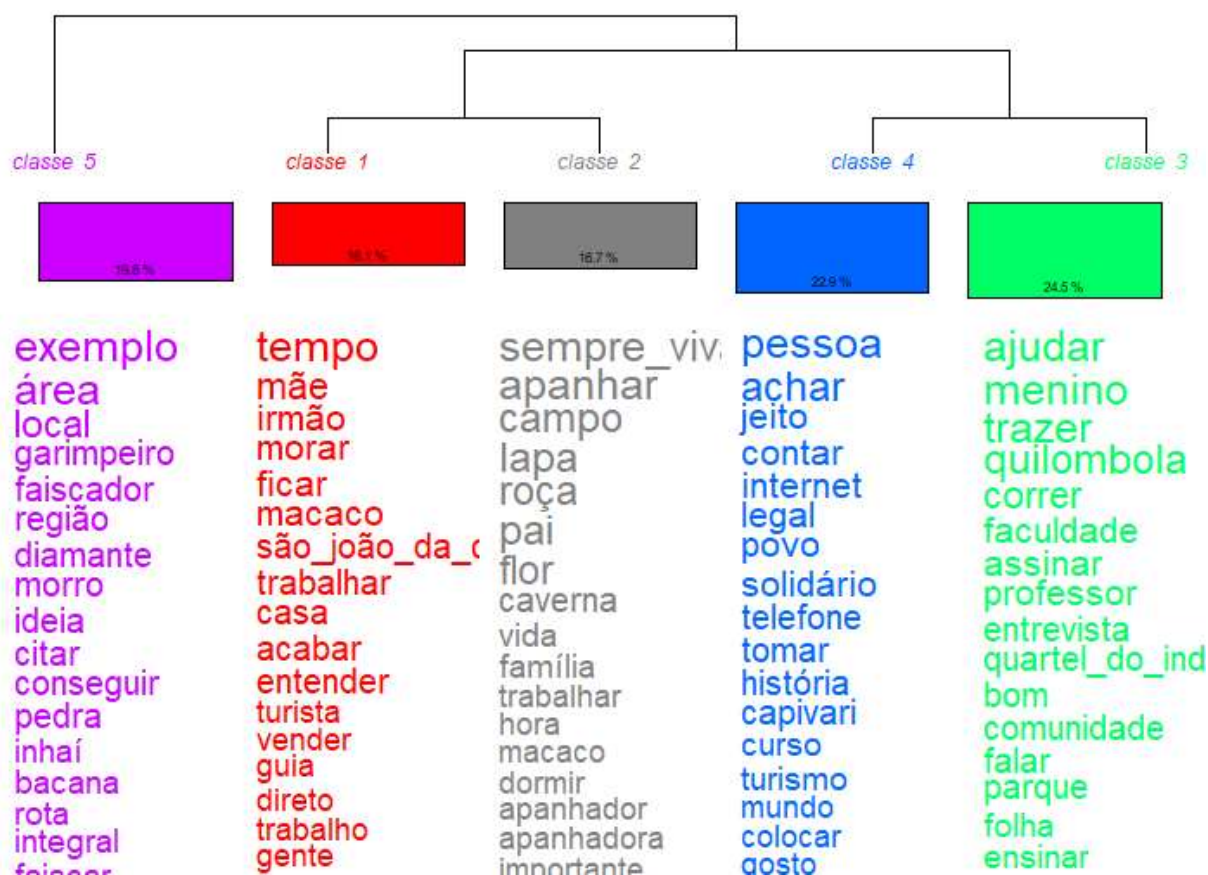
Sua proximidade com a classe 2, que representa 16,7% dos trechos analisados,

indica vínculo com a tradicionalidade apanhadora de sempre-vivas, sugerindo que essa atividade laboral extrativista pode encontrar alternativa ou complemento no turismo, exercendo-se o papel de “guia”, por exemplo. A presença da palavra “família” demonstra a relação da identidade tradicional com a hereditariedade: a “panha” da sempre-viva é um ofício geralmente ensinado a nível familiar. Além da importância identitária, de vínculo e pertencimento atinentes ao ensino desse ofício, tal hereditariedade fortalece a autenticidade de experiências turísticas potencialmente oferecidas.

Com vínculo maior com as classes 1 e 2 do que com a classe 5, a classe 4 representa 22,9% dos trechos analisados. Essas duas classes (1 e 2) se relacionam com a percepção da importância do Programa Turismo Solidário - PTS. A proximidade mais estreita da classe 4 com a classe 3, que representa 24,5% dos trechos analisados, indica a relação entre os receptivos familiares e a possibilidade de permanência dos membros nas comunidades através da oferta desse serviço e do ato de “trazer” turistas. O PTS foi implementado na Comunidade Quilombola de São João da Chapada e sua execução parece ser percebida como “bom/boa” e exequível principalmente por essa tradicionalidade, já que a classe 3 é constituída de palavras que remetem à identidade “quilombola”, como no caso de “Quartel_do_Indaiá”.

A distância da classe 3, vinculada à tradicionalidade quilombola, com a classe 5, vinculada à tradicionalidade fuscadora, demonstra como a relação identitária da primeira se diferencia da relação mais diretamente extrativista da última, sendo mediada pela identidade apanhadora de sempre-vivas representada na classe 2. O turismo, nesse caso, não é o principal definidor identitário e tampouco o Olhar do Turista parece exercer grande pressão na identidade dessas comunidades, já que é pouco percebido por elas.

Figura 11 - Dendrograma da Primeira Categoria de Análise



Fonte: Adaptação própria do software Iramuteq

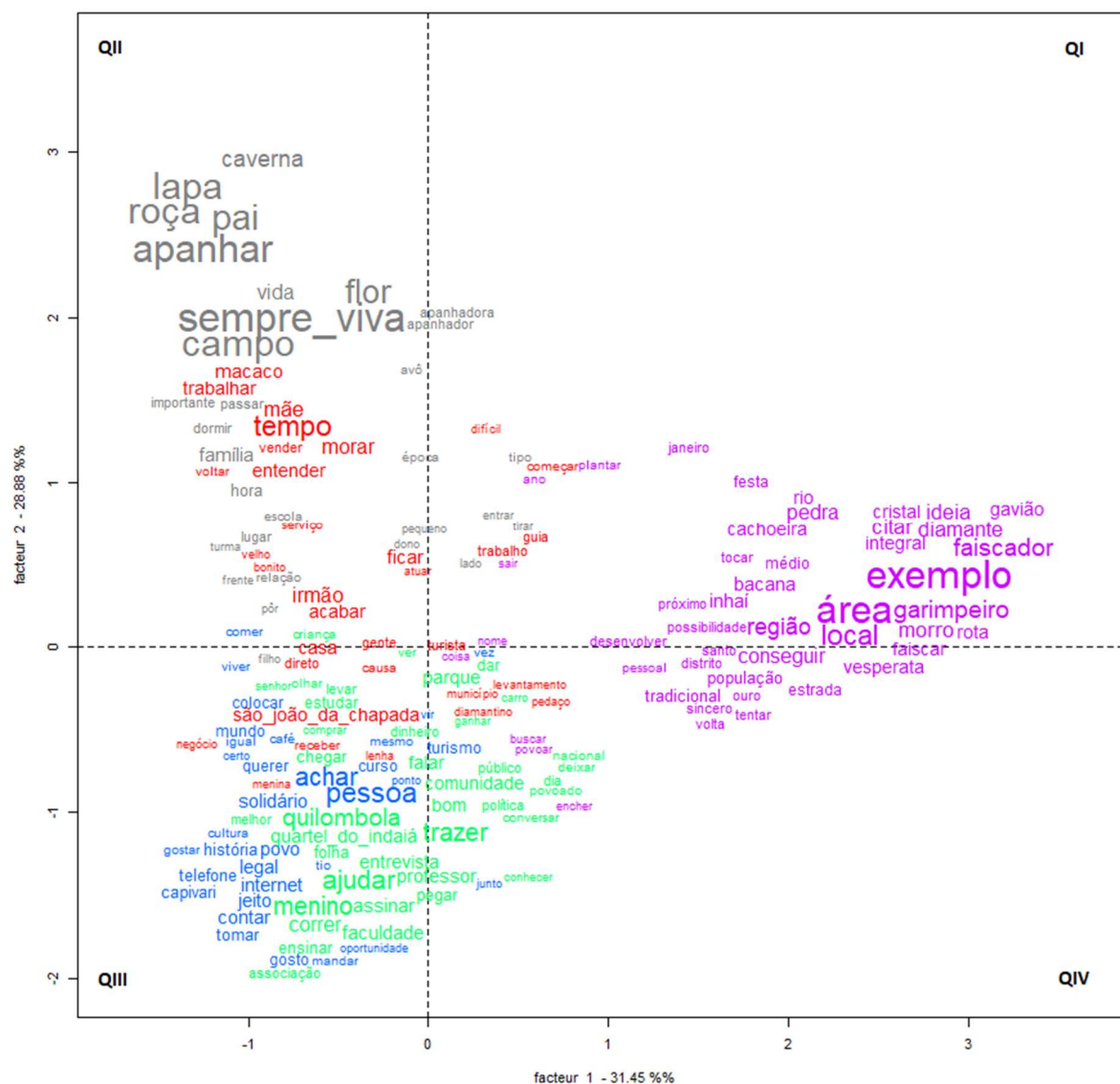
Esse diagnóstico fica ainda mais claro quando se observa a Figura 12, que representa graficamente, em um plano cartesiano, a Análise Fatorial por Correspondência realizada pelo software Iramuteq. No quadrante QI estão dispostas palavras vinculadas à identidade “faiscador(a)”. Elas estão distantes das palavras que têm ligação com a identidade “apanhadora” de “sempre-vivas” e “macaco”⁷, localizadas em sua maioria no quadrante QII. Essas, por sua vez, se aproximam mais do quadrante QIII, que contém palavras vinculadas à identidade tradicional quilombola.

No quadrante QIV, mais próximas do centro do plano cartesiano, são notadas palavras vinculadas à atividade turística, bem como às políticas públicas de turismo. A presença da palavra “bom” nesta região do plano pode indicar uma opinião favorável ao turismo e a proximidade com as expressões “parque” e

⁷ a presença da palavra se deve ao dicionário utilizado pelo software Iramuteq considerar termos muito similares como “macaco” e “Macacos” sem distinção, nesse caso se referindo à Comunidade Apanhadora de Flores Sempre-Vivas de Macacos.

“diamantino”⁸ reforça a impressão, por parte do Olhar Local, do turismo como uma atividade percebida principalmente nas unidades de conservação e na sede de Diamantina.

Figura 12 - AFC da Primeira Categoria de Análise



Fonte: Adaptação própria baseada no software Iramuteq

Analisando-se as respostas de maneira mais ampla, segundo o Ciclo de Vida de um destino turístico de Butler (1980), as comunidades tradicionais de Diamantina parecem estar na fase de exploração, onde o turismo é incipiente e ainda não exerce grande pressão sobre a rotina dessas comunidades. Este estágio inicial se caracteriza pela presença de um número limitado de turistas e por uma

⁸ Interpretação do dicionário do software Iramuteq da palavra “Diamantina”.

infraestrutura turística pouco desenvolvida, como percebida pelo Olhar Local no caso das comunidades tradicionais diamantinenses. Tal constatação é importante na medida em que o processo de turistificação ainda se mantém sob coordenação do Olhar Local: se por um lado percebe-se pouco desenvolvimento da indústria, o Olhar Local ainda detém a perspectiva de direcionamento da institucionalização da atividade turística no território. Todo modo, há variações da percepção desse estágio, especialmente onde existem políticas públicas de turismo mais efetivas, como no caso do Programa Turismo Solidário em São João da Chapada. A classe 4 do dendrograma, composta por palavras como "internet", "telefone", "curso", "turismo", "ajudar" e "solidário", sugere que essa comunidade pode estar começando a se envolver mais ativamente com o turismo, tentando desenvolver infraestrutura e capacitação para receber visitantes e, portanto, no estágio de envolvimento. Nesta fase de envolvimento é crucial o protagonismo do Olhar Local para a sustentação do crescimento turístico, sobretudo de base comunitária, e para evitar os impactos negativos que podem surgir nas fases posteriores. No estágio corrente da maioria das comunidades, o Olhar do Turista, inclusive pela baixa presença de fluxo turístico e institucionalização da atividade, parece não exercer pressões significativas sobre os autóctones e não influencia ou define as identidades tradicionais.

A cooperação interna é narrada principalmente por meio de eventos ligados ao reconhecimento das tradições com os entrevistados declarando boas relações comunitárias com associações e lideranças, em geral consolidadas e legitimadas pelas comunidades. Tal fato parece indicar a possibilidade de uma institucionalização que privilegie o Olhar Local, como percebido no início da turistificação no caso de Dejá estudado por Waldren (1996). Há muito orgulho das identidades tradicionais e reconhecimento da luta por parte do Olhar Local para garantia das certificações. É percebido, principalmente nos casos de reconhecimento quilombola, negligência por parte dos órgãos estatais responsáveis pela certificação mas, como decorrência da organização coletiva, logrou-se êxito. O(a) entrevistado(a) 5 narra episódio na conquista da titulação como comunidade tradicional quilombola: "[...] esse aqui (título de reconhecimento da identidade quilombola) vai descer para o Quartel (do Indaiá)! Porque ele é de lá e tem que ficar é lá, aí eu peguei e trouxe pra cá.”.

No entanto, o pesquisador em campo notou resistências abertas, inclusive ao

reconhecimento da identidade quilombola, aparentemente decorrentes do estigma cultural e religioso que a identidade carrega. O(a) entrevistado(a) 5, a despeito de declarar orgulho majoritário da comunidade com relação à tradicionalidade quilombola, citou alguns casos de negação dessa identidade. Em contatos no campo de pesquisa, ao questionar moradores de Quartel do Indaiá sobre o fato da comunidade ser reconhecida como quilombola, alguns indivíduos declararam que a associação como ex-quilombo gera desgastes percebidos como desnecessários e provocaria confusão, sobretudo no que tange à religiosidade cristã da maioria ali residente. O Olhar Local, portanto, não é unânime, mesmo que pareça claro que a maior parte da comunidade valorize a própria história e identidade, além de apresentar grande interesse nas manifestações culturais e folclóricas associadas à cultura de matriz africana, como a dança da Chula, a Dança do Lundu de Pau e a Folia de Reis, no caso declarado de Quartel do Indaiá. Como o Olhar do Turista ainda é muito pouco percebido, a autenticidade encenada ainda não é tão presente, e as manifestações estão relativamente preservadas e mais condicionadas ao Olhar Local.

O(a) Entrevistado(a) 5 declara que em Quartel do Indaiá percebe-se pouca presença de turistas e, por consequência, do julgamento do Olhar do Turista: “É raro vir turista aqui (em Quartel do Indaiá), às vezes vêm uns casais de Diamantina. É muito raro. É difícil.”. Até mesmo em São João da Chapada, comunidade alvo de maior divulgação turística em decorrência da atenção do poder público estadual com a implantação do Programa Turismo Solidário, percebeu-se fluxo turístico apenas algum tempo depois de seu lançamento, por volta de 2008, mas logo a sazonalidade do turismo se mostrou evidente, conforme relatado:

No começo do Programa Turismo Solidário vieram alguns, mas depois parou. Ficou uma turma aqui em casa. Nossa, foi bacana pra ‘daná’... Veio lá de Belo Horizonte, sabe? Tem gente já de Ouro Preto, vários lugares, foi uma, nossa, foi maravilhoso... Povo veio, acho que deve ter vindo umas cento e poucas pessoas aqui. Depois parou. (ENTREVISTADO(A) 4, 2024)

A relação com o turismo está vinculada, principalmente, às capacitações oferecidas ao longo do tempo, notadamente aquelas fornecidas pelo PTS, como as de preparação para receptivos familiares e capacitação de guias. O(a) Entrevistado(a) 2 afirma ter realizado capacitação para receptivos familiares no âmbito do PTS, mas não conseguiu se dedicar a receber os turistas. Destaca-se a citação de oficina ofertada em Capivari, distrito do município do Serro, na qual

um(a) dos(as) entrevistado(a)s narra como exerceu o Olhar do Turista em uma experiência de Turismo de Base Comunitária, gerando no(a) mesmo(a) boas impressões:

Eu fiz... o curso e depois a gente foi, eu fui até com o povo da Emater, um lugar que chama Capivari... a gente foi para ver como que era o turismo solidário lá, que aqui em São João (e em Macacos) ainda não tinha, né? Aí eu fui com o povo, nós fomos eu mais uma menina na... no Capivari. Aí é que eu fiquei sabendo como que era o turismo solidário, a gente ficou numa casa, numa casa da comunidade, junto com a família, né? Recebe... recebem a pessoa, você come o que eles comem... é o jeito que a pessoa vive. Você vai, fica naquela casa, mas não é... assim, escolher, "Ah, eu quero comer isso". A pessoa que vai falar o que que ele o ele faz, o que ele tem ali na horta, o que ele come, né? E eu achei muito legal, era uma família simples, que recebeu a gente muito bem, né? E eu achei muito...o turismo solidário assim, eu achei muito legal. (ENTREVISTADO(A) 2, 2024)

A oferta de capacitação por parte do poder público é mencionada como positiva, mas há demanda por capacitações contínuas e com maior diversidade de temas, incluindo infraestrutura, hospitalidade e manejo ambiental sustentável. "Teve um curso aqui, mas não teve continuidade. Acho que se tivesse mais, a gente conseguiria desenvolver mais." (ENTREVISTADO(A) 2, 2024).

O Olhar Local de Mata dos Crioulos percebe a presença de turistas que passam pela comunidade após visitas ao Parque Estadual Pico do Itambé, mas os benefícios do turismo, como geração de emprego e renda, não são percebidos na própria comunidade. Um dos motivos segundo o(a) entrevistado(a) 1 é que os visitantes do parque são levados por intermediários ou "*tourees*" da sede de Diamantina e, na ausência de infraestrutura de hospedagem tanto no parque quanto na comunidade de Mata dos Crioulos, os turistas se tornam, naquele território, meros excursionistas, sem pernoitarem na comunidade. Caso similar é percebido com o cicloturismo e suas rotas que passam por Quartel do Indaiá. No entanto, há grande desejo declarado dessas comunidades em receber esses visitantes, faltando-lhes infraestrutura e apoio de políticas públicas para tanto. Os entrevistados declaram carência de lugares confortáveis e adequados para acolher os turistas por períodos maiores, apesar de perceberem interesse dos visitantes. Há queixas relativas à falta de comunicação e informações sobre esses fluxos para que as comunidades se preparem para tal acolhimento.

Segundo o(a) Entrevistado(a) 6, o poder público ofereceu capacitações muito

pontuais como os cursos de guia e de entalhamento de madeira para placas em comunidades tradicionais como Inhaí, mas:

É interessante um trabalho de orientação primeiro e aí as pessoas iam saber das oportunidades por exemplo, se melhorar a estrada, não vai melhorar só pro local, vai melhorar a estrada local pra população, pra gente utilizar, nós que moramos aqui e aí o turista teria uma facilidade melhor pra chegar aqui. (ENTREVISTADO 6, 2024)

O(a) mesmo(a) entrevistado(a) cita políticas públicas municipais que destacavam a culinária local, como a promoção de eventos como a Feira Gastronômica e o Garimpendo Sabores mas, de acordo com a liderança, o potencial gastronômico de Inhaí e das demais comunidades tradicionais é merecedor de incentivos muito mais robustos. O(a) entrevistado(a) lembra que nos primeiros debates na proposta de criação do Parque Nacional das Sempre-Vivas, a proximidade de Inhaí com a unidade de conservação era tão explícita que o nome inicialmente proposto seria Parque do Inhaí. De acordo com a liderança, políticos prometeram desenvolvimento local mas ignoraram o desenvolvimento e os saberes que já haviam no local. Alinhado à tese de Diegues & Arruda (2001) sobre o conflito entre saber tradicional e preservacionismo, o(a) entrevistado(a) 6 diz que o primeiro "crime" cometido na instalação dos parques foi a adoção do tipo de manejo de Proteção Integral em detrimento do de Uso Sustentável, muito mais adequado a territórios ocupados por comunidades tradicionais, sobretudo que têm relação com algum tipo de extrativismo. O(a) entrevistado(a) entende que os saberes do Olhar Local deveriam e devem ser considerados porque ninguém conhece melhor o território que os Povos Tradicionais.

A população sabe tirar dinheiro de pedra! Por isso eu sou garimpeiro faiscador, a gente consegue saber onde que tem a área, por conhecimento local, regional, a gente consegue identificar. [...]. Eu consigo por exemplo tirar o quartzo, que é o cristal, e tem a possibilidade daquela área conseguir tirar alguma renda e já nos campos de sempre-viva que tem no local aqui a gente já deixa reservado ali, evita de colocar animal e tudo mais, que a flor de sempre-viva nascer e sair com abundância. E uma das características importantes da sempre viva é que você não gasta uma grama de adubo nela, ela já tem natural. Já foi feito pesquisas, aqui na UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. (ENTREVISTADO(A) 6, 2024).

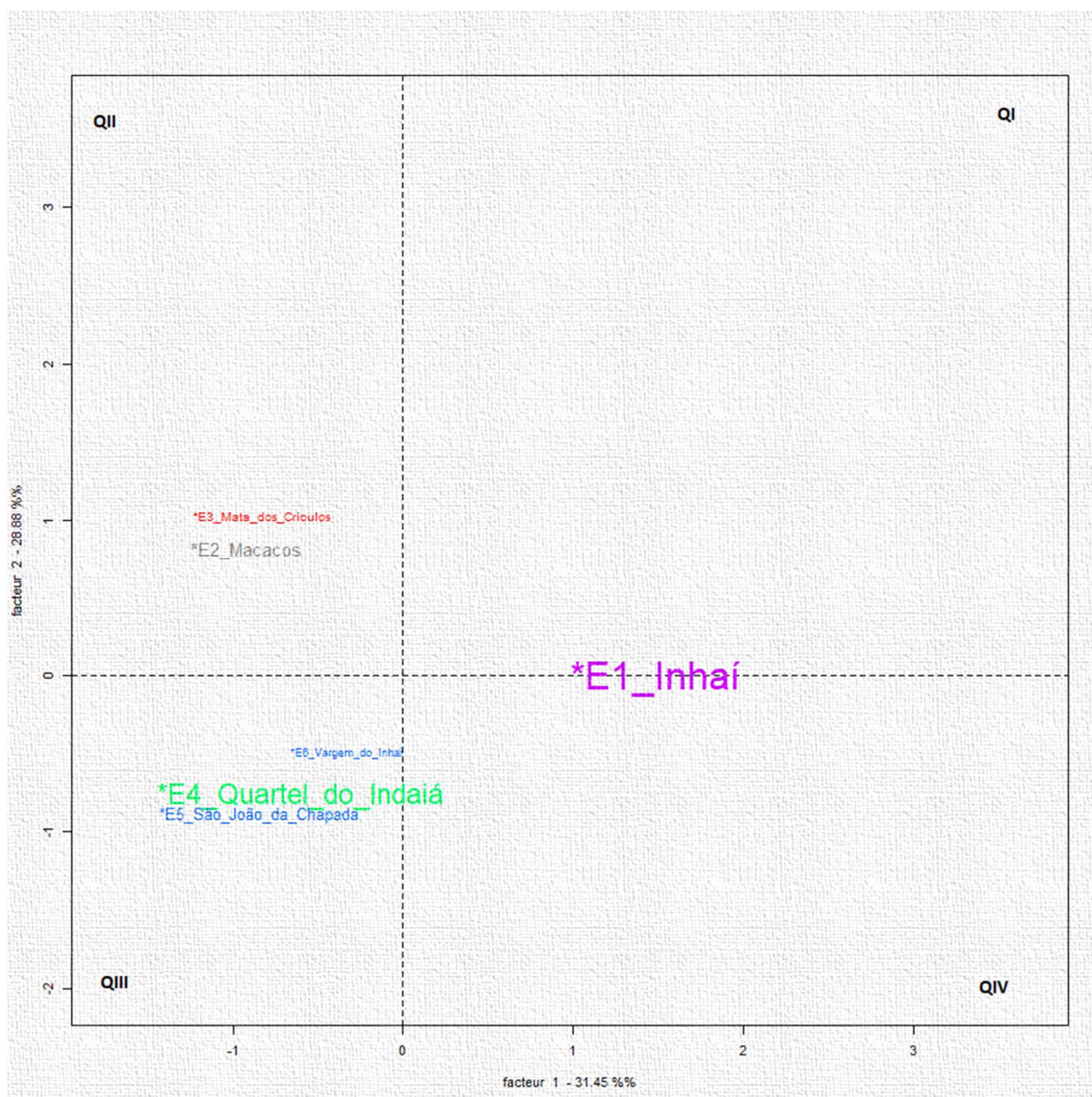
O(a) entrevistado(a) se queixa da má comunicação na implantação das unidades de conservação, que não valorizou as contribuições do Olhar Local nas adaptações necessária, com membros das comunidades inclusive confundindo parque de "proteção integral" com "leite integral". Segundo o relato houve compromisso de

que junto da implantação do parque chegariam muitos turistas e haveria muita pesquisa, benefícios que as comunidades não perceberam.

De acordo com o(a) entrevistado(a) 6, ao passo que o fluxo do turismo se concentra na sede de Diamantina, nas igrejas do centro histórico e nas cachoeiras mais próximas dali, como a dos Cristais e da Toca, além dos principais eventos do calendário como a Semana Santa e a Vesperata, em Inhaí o Olhar do Turista seria o mesmo dos amigos (perfil do turista que costuma visitar a comunidade), exercendo pouco constrangimento e encenação de autenticidade na comunidade. Na ocasião de festas locais, se percebe um fluxo turístico maior, como na Festa de Santana em julho, mas há "ativos de turismo comunitário" pouco explorados em Inhaí, como a rota do Gavião e o rio Inhacica, principalmente pela precariedade da estrada, dificultando o acesso à comunidade. O(a) próprio(a) entrevistado(a) propôs uma política municipal que sintetiza uma vontade do Olhar Local, a manutenção de máquinas duas vezes ao ano nas estradas, mas que por enquanto não foi atendida pelo prefeitura. O(a) Entrevistado(a) 6 considera que as políticas públicas de turismo devem focar no Olhar Local e no desenvolvimento local, para depois se adequar ao Olhar do Turista. O Olhar do Turista direcionado às comunidades tradicionais também é notado em exposições de artesanato e produção agrícola nos eventos regulares na sede de Diamantina. O portador desse Olhar, no entanto, está hospedado na sede e não exerce influência direta sobre tais expressões artísticas, ao mesmo tempo em que também gera renda e benefícios limitados às comunidades, já que seu consumo está distante dos territórios dos Povos Tradicionais. Ainda assim, o turista é visto como um potencial gerador de divisas no território e deveria ser incentivado a se deslocar às comunidades no entorno.

A Figura 13 demonstra, em um plano cartesiano, a proximidade relativa à identidade tradicional dos corpus textuais extraídos das entrevistas de cada um dos seis representantes de suas comunidades. As identidades tradicionais quilombolas de Quartel do Indaiá e São João da Chapada apresentam estreita proximidade no quadrante QIII, ao passo que as comunidades com dupla identidade, quilombola e apanhadora de sempre-vivas, de Vargem do Inhaí e Mata dos Crioulos, também se aproximam, nos quadrantes QII e QIII, da comunidade apanhadora de flores sempre-vivas de Macacos. A única comunidade faiscadora, Inhaí, se distancia das demais no quadrante QI.

Figura 13 - AFC por Entrevistado(a)



Fonte: Adaptação própria baseada no software Iramuteq

A análise da primeira categoria, que abrange o envolvimento das comunidades tradicionais de Diamantina com o turismo revela uma complexa interação entre as identidades culturais locais e as atividades turísticas emergentes. O vínculo identitário do Olhar Local de cada comunidade é fortemente enraizado em suas práticas tradicionais, como evidenciado pela distinção clara entre as diferentes classes de palavras no dendrograma. A proximidade das comunidades quilombolas e apanhadoras de sempre-vivas no plano cartesiano sugere uma interseção de identidades que pode ser explorada para fortalecer as práticas de Turismo de Base Comunitária.

A baixa influência do Olhar do Turista sobre as identidades tradicionais, consequente de uma atividade turística ainda incipiente, parece oportunizar uma turistificação que, através de políticas públicas e do planejamento do turismo considerando as demandas do Olhar Local, se desenvolva protagonizando os anseios e demandas das comunidades.

7.2 Segunda Categoria de Análise – O Olhar Local sobre os atrativos das comunidades tradicionais de Diamantina

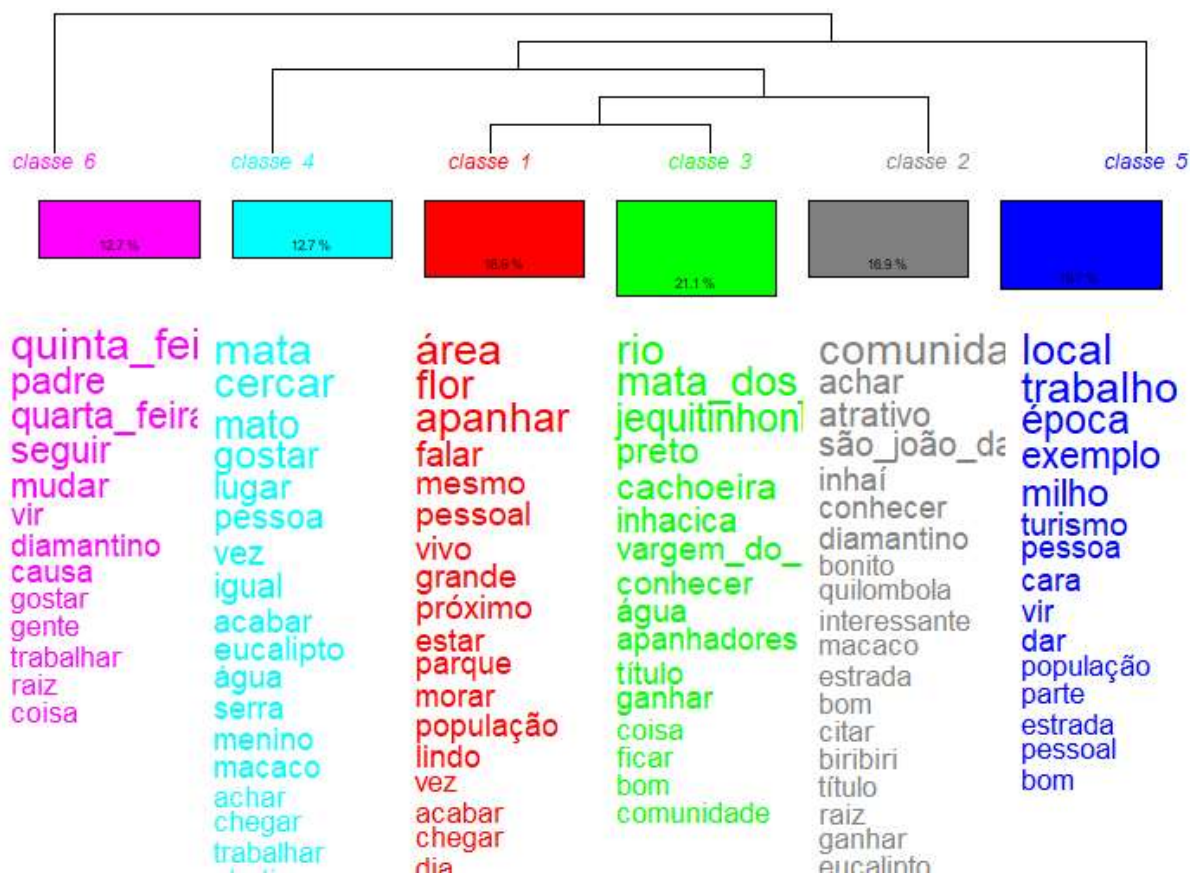
Considerando a segunda categoria de análise, que abrange o bloco de perguntas relacionadas ao Olhar Local das comunidades sobre o turismo e a percepção dos entrevistados sobre os atrativos e "ativos de turismo comunitário" de suas respectivas comunidades e das demais (bloco de perguntas 6 a 8 do APÊNDICE A), observa-se, na análise do Dendrograma da Figura 14, uma relação próxima entre a classe 1, que representa 17,4% dos trechos analisados. A classe 1 agrupa palavras que sugerem a atratividade da identidade tradicional dos apanhadores de sempre-vivas, como: "flor", "apanhar" e "parque", e a classe 2, que constitui 20,3% dos trechos analisados e se relaciona com a identidade tradicional quilombola por meio de palavras como: "quilombola", "título" (muito citada nas entrevistas no contexto do reconhecimento oficial da identidade quilombola) e "preto". Além disso, na classe 2, destaca-se a presença dos termos "Mata_dos_Crioulos" e "Vargem_do_Inhaí", ambas comunidades com dupla identidade tradicional, quilombola e apanhadora, com este último termo também presente na classe 2, reforçando os laços entre as classes. As evidências da valorização das tradições como atrativo tornam-se ainda mais claras com a presença de adjetivos como "bonito" e "lindo" em ambas as classes.

Com relação menos direta com as classes supracitadas e mais direta entre si, estão a classe 4, que corresponde a 14,5% dos trechos analisados, e a classe 3, respondendo pelo mesmo percentual de trechos considerados. A classe 4 se refere a adjetivos potencialmente vinculados ao turista e ao Olhar do Turista, destacando-se termos como: "achar", "interessante", "bom" e "adorar". Já a classe 3 apresenta termos que sugerem questões ligadas à infraestrutura das comunidades e dos atrativos, Quando analisadas considerando sua ligação no dendrograma, parecem indicar a relação entre as carências de infraestrutura, sobretudo de acesso,

disponíveis aos turistas. Problemas de acesso são claramente um dificultador para o exercício do turismo nas comunidades tradicionais em Diamantina com os próprios membros das comunidades tradicionais enfrentando dificuldades de deslocamento para atendimento em serviços básicos, como educação e saúde. Vargem do Inhaí e Quartel do Indaiá, por exemplo, estão a mais de uma hora de viagem de automóvel da sede, principalmente devido à precariedade das estradas, de modo que este é um fator de queixa de todos os entrevistados.

A classe 6, constituída por 18,8% dos trechos sob análise, é a mais afastada das demais no dendrograma, com alguma relação apenas com a classe 5, que representa 14,5% dos trechos analisados. A classe 6 parece demonstrar manifestações relativas à sazonalidade da atividade turística, como notado na repetição das palavras "época", "mudar" e "vir". Os termos "quinta-feira" e "quarta-feira" têm relação com um debate envolvendo o dia da semana em que tradicionalmente se realizava a dança da Chula em São João da Chapada, o que justifica sua coocorrência destacada e, também, o seu afastamento temático das outras classes. A classe 5, por sua vez, sugere relação com o ecoturismo e o meio ambiente como atrativo. As estreitas relações das tradições com o meio ambiente e a presença de atrativos naturais nessas comunidades ficam evidentes no vínculo dessa classe com as demais.

Figura 14 - Dendrograma da Segunda Categoria de Análise



Fonte: Adaptação própria baseada no software Iramuteq.

A Análise Fatorial por Correspondência dessa categoria de análise (Figura 15) reforça como a percepção do Olhar Local com relação aos atrativos nas comunidades está muito vinculada às identidades tradicionais. O centro dos quadrantes, com tendência à espacialidade no quadrante QII, mostra a concentração dos termos ligados aos atrativos locais, inclusive com todas as comunidades citadas nominalmente localizadas no mesmo quadrante e de maneira muito próxima. Termos como "cachoeira", "mata" e "mato", associados ao ecoturismo, se afastam em direção ao quadrante QIII e as coocorrências que citam a sazonalidade das atrações folclóricas, como a Chula, são as mais afastadas em torno do quadrante QII e QIV. Isso evidencia que o Olhar Local percebe como maior atrativo nas comunidades tradicionais de Diamantina as próprias identidades tradicionais e seus modos de vida, ficando em segundo plano os atrativos naturais ligados ao ecoturismo e algumas manifestações folclóricas específicas.

pelo(a) Entrevistado(a) 1 como: "[...] um lugarzinho bem pequenininho, tem muito rio, muita cachoeira e é cercado de mata, você não vê eucalipto. [...] Tem a Serra que é muito bonita.". Em Vargem do Inhaí destacam-se, de acordo com o Olhar Local, "O poção do Córrego do Rio Preto, a Lapa e a Roça de Toco," conforme expresso pelo(a) Entrevistado(a) 3. O Entrevistado(a) 2 cita como principais ativos em Macacos as águas e cachoeiras, as mata e os Parques.

As manifestações folclóricas, ainda expostas quase exclusivamente ao Olhar Local, uma vez que o Olhar do Turista ainda é presença pouco notada, também são ativos muito valorizados pelas comunidades, reforçando o orgulho de suas identidades. Festas como as do Sagrado Coração e de Nossa Senhora da Conceição em Mata dos Crioulos, a dança da Chula e do Lundu de Pau em Quartel do Indaiá, a festa da Pastorinha em Vargem do Inhaí, e a Folia de Reis, que acontece em todas as comunidades, são destacadas como os atrativos percebidos como mais importantes pelos autóctones. Há uma preocupação recorrentemente citada com a manutenção dessas manifestações pelos mais jovens, que demonstram desinteresse crescente em manter tais tradições devido, segundo a opinião da maioria dos entrevistados, à ausência de incentivos do poder público em conscientizar e recompensar essas atividades. Um exemplo disso, segundo o(a) entrevistado(a) 4, é a extinção da Chula na comunidade de São João da Chapada.

O Olhar Local das comunidades tradicionais percebe diversos atrativos para o exercício do turismo na sede de Diamantina e em manifestações culturais e pontos turísticos mais vinculados ao centro histórico, como o Carnaval, a Semana Santa, a Vesperata, cachoeiras como a dos Cristais e da Toca, igrejas coloniais e o Parque do Biri-biri, que seriam mais adequados à visita. Mesmo a percepção entre os entrevistados variando entre um turismo muito significativo e um fluxo relativamente fraco, todos reconhecem que há maior presença de turismo na sede de Diamantina em comparação com suas comunidades e que há também esforços concentrados dos três entes no sentido de adequar a sede para receber turistas, o que não é igualmente percebido nos territórios das comunidades tradicionais.

O turismo percebido pelo Olhar Local em Inhaí é composto pela população das imediações e fruto da indicação de amigos, sem ser notado qualquer apoio institucional significativo, mesmo havendo três pousadas na comunidade. Festejos

importantes em Inhaí envolvem a Folia de Reis em janeiro e a Festa de Santana em julho, estas contando com apoio de políticas públicas municipais para sua realização. No entanto, o apoio se limita à produção das festas, não havendo, por exemplo, formação importante de guias, que são demandas percebidas pelo Olhar Local. O(a) Entrevistado(a) 1 acredita que uma formação de guias de turismo contaria com demanda significativa, uma vez que Mata dos Crioulos recebe muitos visitantes interessados no Pico do Itambé e que poderiam ser guiados por membros da comunidade. A trilha do Gavião em Inhaí é percebida como um atrativo muito valioso, no entanto, as limitações de acesso e a falta de infraestrutura viária afastam os turistas. Na opinião do(a) entrevistado(a) 6, se houvesse investimento estatal nesses pontos, a trilha poderia se transformar em um importante ativo de base comunitária. O(a) entrevistado(a) 6 destaca que as demandas e o Olhar Local devem ser considerados antes de se pensar no turismo ou no Olhar do Turista, pois há o entendimento que o Desenvolvimento Local é o que trará o turista como consequência. Há a percepção de que o atendimento das demandas comunitárias levaria à configuração de um destino também adequado aos turistas. Não haveria sentido em se atender às demandas dos turistas sem suprir as carências das comunidades prioritariamente: o Olhar Local é entendido como protagonista no avanço da turistificação das comunidades.

O envolvimento de certas comunidades com o cicloturismo foi mencionado de maneira mais tímida, mas poderia ser explorado como uma forma de complementar os atrativos locais, valorizando também o ecossistema e as práticas de turismo sustentável. De acordo com o(a) Entrevistado(a) 6: "Tem gente que passa de bicicleta por aqui, mas ninguém pára. Se tivesse um jeito, eu acho que eles ficariam."

Quatro de seis entrevistados (Entrevistados 3, 4, 5 e 6) entendem haver potencial em suas comunidades com a melhoria dos acessos rodoviários, e todos veem potencial na sede de Diamantina, em contraponto à percepção de atrativos significativos em seus territórios, o que demonstra que a ausência de valorização do território e identidade por parte do Estado têm afetado a autopercepção do Olhar Local.

Alguns entrevistados ressaltam a importância de ações coletivas entre as diferentes comunidades para promover o Turismo de Base Comunitária. O

potencial de ações cooperativas pode ser mais enfatizado, citando como as comunidades, ao trabalharem juntas, podem compartilhar recursos e experiências e, com isso, construir uma turistificação mais sólida e integrada. Segundo o(a) Entrevistado(a) 2: "Se a gente tivesse mais ajuda pra fazer coisas juntas, como no Capivari, dava para crescer mais o turismo aqui."

A sazonalidade do turismo foi apontada em algumas entrevistas, com relatos de que, em certos períodos, as comunidades recebem turistas, mas em outros, há uma diminuição significativa no fluxo. Tal sazonalidade rememora um problema historicamente presente no território com a atividade do garimpo do diamante e da "panha" de flores, sugerindo a necessidade de estratégias de continuidade e de promoção de turismo que não dependa apenas de datas festivas ou eventos esporádicos. O(a) Entrevistado(a) 4, quando questionado(a) sobre tal sazonalidade, declara: "No começo, veio bastante gente... mas depois ficou parado, porque só vem turista em datas de festa."

A segunda categoria de análise revela que as tradições culturais e os recursos naturais são altamente valorizados pelo Olhar Local, mas a presença de políticas de manejo restritivas nas unidades de conservação, associadas ao turismo pelo Olhar Local, são percebidas como barreiras significativas. As entrevistas destacam que as identidades tradicionais são muito importantes na constituição de um Olhar Local: as manifestações folclóricas e o meio ambiente, intimamente ligados à manutenção de suas tradicionalidades, se destacam como potenciais atrativos. A própria tradicionalidade das comunidades é percebida como um ativo de turismo comunitário; a "panha" das flores sempre-vivas, o ofício dos faiscaadores e os modos de vida quilombola são valorizados e podem gerar interesse em turistas segundo o Olhar Local. O desenvolvimento da atividade através de modelos de Turismo de Base Comunitária, valorizando os ativos de base comunitária, oferece um caminho promissor, desde que seja conduzido de maneira sensível às necessidades e realidades das comunidades. A cooperação, a consideração do Olhar Local na seleção dos atrativos e suas adaptações necessárias com a mitigação dos impactos negativo da turistificação vindoura, são cruciais para um desenvolvimento turístico sustentável nos territórios tradicionais.

7.3 Terceira Categoria de Análise – O Olhar Local sobre as políticas públicas de turismo nas comunidades tradicionais em Diamantina

Na análise da terceira categoria, que trata do bloco de perguntas relativas à percepção local com relação às políticas públicas de turismo nas comunidades tradicionais de Diamantina (perguntas 9 a 12 do APÊNDICE A), destacamos inicialmente a pergunta 11, que cita as políticas públicas de turismo em Diamantina identificadas neste trabalho. Os entrevistados foram questionados se percebem a execução dessas políticas no território ou se ao menos as conhecem. A partir daí, as respostas foram sistematizadas na Tabela 8, onde o caractere "X" representa "Sim" e o caractere "-" representa "Não".

É importante considerar que há variações dentro dessa percepção, mas para fins de identificação simplificada do contato das comunidades com tais políticas, optou-se pela sistematização de resposta binária sim-não. Quando questionados sobre a atuação do poder público com relação às políticas públicas de turismo nas comunidades tradicionais, os respondentes são praticamente unânimes em declarar pouquíssima atuação estatal em suas comunidades, principalmente se comparado ao que percebem na sede de Diamantina.

As políticas mais percebida pelo Olhar Local das comunidades diamantinenses são aquelas ligadas às unidades de conservação, não só devido à presença facilmente notável em razão de seus efeitos graves no território e na gestão territorial, mas também em razão da sua perenidade e efeitos sobre todas as comunidades. Por afetar o modo como as comunidades tradicionais exercem sua tradicionalidade, todas muito intimamente ligadas ao extrativismo e ocupação do território, é previsível que as unidades de conservação fossem notadas em todas elas. Ao mesmo tempo, a associação da instalação de unidades de conservação com a atividade turística é clara, o que ocorre, sobretudo, devido à própria declaração dos agentes representantes dos órgãos ambientais (IBAMA, ICMBIO, SEMAD/MG): "[...] disseram que os parques trariam turismo e pesquisa, mas só atrasou a panha de flor e o que já fazíamos aqui há séculos." (ENTREVISTADO(A) 2, 2024). A percepção é de que há muitos pesquisadores e poucos turistas, um fenômeno principalmente decorrente do preservacionismo nas unidades de conservação. A sazonalidade das atividades extrativistas também influencia essa dinâmica: a coleta das Sempre-Vivas, por exemplo, geralmente dura apenas alguns meses do

ano, dependendo da espécie, semelhante ao que ocorre no garimpo e no turismo, que também apresentam variações sazonais. Na implementação do Parque Nacional das Sempre Vivas, houve promessas dos agentes públicos responsáveis pela comunicação com os Povos Tradicionais de que haveria desenvolvimento local através, principalmente, do turismo. No entanto, o(a) Entrevistado(a) 6 relata que esses agentes públicos ignoraram completamente o Desenvolvimento Local e suas dinâmicas já existentes anteriormente à instalação do parque no território. Todavia, com a implantação das unidades de conservação, foram percebidas iniciativas pontuais vinculadas à capacitação para acolhimento do turismo, como "Meu Negócio é Turismo" e cursos de roteiros e guias.

O equívoco fundamental, entendido pelo Olhar Local das comunidades tradicionais com identidades que envolvem relações mais diretas com o meio ambiente e o extrativismo no território, como nos casos de apanhadores de flor e faiscaidores, foi a definição das unidades de conservação ali instaladas com o caráter de Proteção Integral onde já havia ocupação centenária de comunidades tradicionais. Essa instalação de Parques de Proteção Integral foi controversa, pouco dialógica e educativa e a impressão é de que os conhecimentos tradicionais foram absolutamente ignorados, com a implantação das unidades sendo citada como "criminosa" por uma das lideranças entrevistadas. Em campos de sempre-vivas, onde tradicionalmente havia culturas de plantio e criação de animais, tais atividades se tornaram impossíveis, o que em si já afetaria os modos de vida dessas comunidades. Soma-se o agravante da "panha" das flores sempre-vivas também ter sido criminalizada com a instalação dos parques, sobretudo do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Uma das provas da desconsideração do conhecimento tradicional sobre o território, segundo os entrevistados, seria a oferta de cursos sobre queima e outras atividades de manejo nas unidades de conservação oferecido pelas agências ambientalistas estatais na implantação dos parques. Um desses cursos foi ministrado por professor canadense, o que teria demonstrado que, para os agentes estatais, até mesmo um estrangeiro vindo de um ecossistema totalmente diferente tem maior conhecimento do que os locais que já lidam com o território há séculos.

Além das políticas associadas às unidades de conservação, as políticas públicas mais identificadas e percebidas pelo Olhar Local são aquelas ligadas ao incentivo das manifestações culturais. Isso é justificado quando se observa a frequência de

respondentes sobre os conhecimentos a respeito de "Eventos Festivos e Culturais" e sobre o "Mercado Velho - Centro Cultural Davi Ribeiro", equipamento intimamente vinculado a esses eventos, razão pela qual a percepção é quase coincidente nas mesmas comunidades: são cinco, em ambos os casos, as comunidades que afirmam conhecer essas políticas.

Aqui (em Macacos) no ano passado, teve a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, mas poucas pessoas tiveram acesso." "... como apanhador (a) de flor eu recebi R\$5.000,00. A gente comprou fogão, geladeira, mas em Macacos só duas pessoas receberam, é muito pouco. (ENTREVISTADO(A) 2, 2024)

Em Quartel do Indaiá é reconhecido o apoio da Prefeitura Municipal para as festas do folclore local. Segundo o(a) Entrevistado(a) 5 "Aqui nós é folião, a Prefeitura ajudou com uma verba a ter as festas no Carnaval e Semana Santa.". Em São João da Chapada, o Programa Turismo Solidário inicialmente teve boa aceitação da comunidade, segundo o(a) Entrevistado(a) 4: "Quando começou vinha muita gente, lá pra 2008. Eu acho que foi um dinheiro bem gasto, porque as pessoas arrumaram as casas para ser receptivo familiar.". Mas há queixa sobre a não continuidade do apoio estatal: "Mas aí, em 2010, começou a parar, diminuiu muito os turistas.". Em Quartel do Indaiá há uma boa impressão da comunidade em relação ao turismo, sobretudo pela valorização do Olhar Local sobre a identidade quilombola recentemente reconhecida de maneira oficial pela Fundação Cultural Palmares e que atrairia turistas. No entanto, ressentem-se o pouco investimento e apoio para receber visitantes. De acordo com o(a) Entrevistado(a) 5 : "Além das estradas péssimas, não tem onde o povo ficar. Precisamos de apoio para acomodar os turistas que vêm e às vezes não tem onde ficar, podiam incentivar isso aqui.". Demanda parecida é percebida pelo(a) Entrevistado(a) 1 em Mata dos Crioulos, que declara a necessidade de Casa de Apoio para acolher os turistas que vão ao território inicialmente interessados em conhecer o Parque Estadual do Pico do Itambé. O(a) Entrevistado(a) 6, liderança de Inhaí, afirma que deve-se priorizar as demandas locais para depois atender às exigências dos turistas, que surgiriam como consequência. Ou seja, as políticas públicas de turismo deveriam se basear no Olhar Local em detrimento do Olhar do Turista.

Com certeza quando houver um trabalho municipal, estadual ou federal para o melhoramento local, para o desenvolvimento local, principalmente valorizando nossa cultura e com incentivo financeiro, com continuidade, aqui vai encher de turista." (ENTREVISTADO(A) 6, 2024)

As "atividades no Cine Teatro Santa Izabel" e as "Bandas musicais e Orquestra Sinfônica" são outras políticas culturais ligadas ao turismo e reconhecidas por quatro comunidades. É interessante observar que as políticas culturais são percebidas, sobretudo, nas comunidades de Inhaí, São João da Chapada e Vargem do Inhaí, indicando vocação para tais incentivos ou demanda de atenção mais direta do poder público para o desenvolvimento de manifestações culturais nessas localidades. A "implantação e reforma de sinalização turística para roteiros estratégicos com foco no ecoturismo e cicloturismo" também foi notada por quatro dos respondentes – as entrevistas indicam que as unidades de conservação são atrativas ao ciclistas e aos ecoturistas.

O "Programa Turismo Solidário", a despeito de ser a política mais perene entre as citadas (excetuando-se as políticas ambientais nas UCs), é percebido apenas pelos entrevistados diretamente afetados por ela. O programa foi implementado em 2008, tempo suficiente para que chegasse ao conhecimento das comunidades e, à época, foi encarado como uma iniciativa robusta no sentido de gerar a possibilidade de aumento do fluxo turístico não só em São João da Chapada, onde foi diretamente executado, mas também divulgando as demais comunidades tradicionais diamantinenses. No entanto, apenas três comunidades: Inhaí e Macacos, além da própria São João da Chapada, parecem ter se envolvido com tal política pública. Na Comunidade Quilombola de São João da Chapada, notou-se um aporte significativo de turistas a partir de 2010 com a implementação do PTS, mas que logo se esvaziou. Há, entretanto, sazonalidade eventual com grupos significativos de turistas, gerada aparentemente por movimentos orgânicos e espontâneos de divulgação do destino, sem serem percebidos, no entanto, movimentos vinculados a grandes agências ou operadoras de turismo. O programa é geralmente bem visto, sobretudo como política pública com potencial de retenção de membros jovens das comunidades dispostos a trabalhar na indústria do turismo. O PTS também é percebido como potencial gerador de problemas relativos ao não compartilhamento equitativo de benefícios, levando à sua rejeição, desacordos e conflitos nas comunidades, culminando, finalmente, no seu colapso. Em São João da Chapada, por exemplo, é declarada certa concentração em uma unidade de receptivo familiar, com o excedente não comportado por tal receptivo sendo direcionado a pessoas da rede de relações pessoais do indivíduo que recebe e centraliza tais fluxos, como demonstrado pela fala do(a) entrevistado(a) 4: "A pessoa concentra todos os hóspedes na casa dela e, os que sobram, ela envia

para a casa de um parente, que também tem receptivo familiar.". Percebe-se grande ressentimento quanto a isto, o que se torna um fator desagregador das relações comunitárias ocasionado pelo turismo, evidenciando um claro problema na execução da política pública em questão.

Outras políticas pouco percebidas são o "Programa Cidade Viva", o "Projeto Monumenta" e o "Programa Novos Caminhos para o Turismo", notados por dois respondentes. As políticas menos percebidas são o "Programa Bem Receber em Diamantina", o "Programa Diamantina Adventure", o "Programa Diamantina para o Mundo" e o "Apoio a projetos de infraestrutura turística" - cada uma delas só é notada pelo representante de uma comunidade tradicional.

Tabela 6 - Políticas Públicas de turismo percebidas nas comunidades tradicionais de Diamantina

COMUNIDADE/POLÍTICA PÚBLICA	E1. Inhaí	E2. Macacos	E3. Mata dos Crioulos	E4. Quartel do Indaiá	E5. São João da Chapada	E6. Vargem do Inhaí
a. Programa Bem Receber em Diamantina	-	-	-	-	X	-
b. Programa Diamantina Adventure	X	-	-	-	-	-
c. Atividades no Cine Teatro Santa Izabel	X	-	X	-	X	X
d. Mercado Velho - Centro Cultural Davi Ribeiro	X	X	-	X	X	X
e. Bandas musicais e Orquestra Sinfônica	X	-	X	-	X	X
f. Programa Cidade Viva	X	-	-	X	-	-
g. Projeto Monumenta	-	-	-	X	-	X
h. Programa Diamantina para o Mundo	-	X	-	-	-	-
i. Programa Novos Caminhos para o Turismo	-	X	-	X	-	-
j. Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias	-	-	-	X	X	X
k. Apoio a projetos culturais por meio de editais	-	X	-	X	X	-
l. Apoio a projetos de infraestrutura turística	-	X	-	-	-	-
m. Implantação e reforma de sinalização turística para roteiros estratégicos com foco no ecoturismo e cicloturismo	-	X	X	X	-	X
n. Eventos Festivos e Culturais	X	X	-	X	X	X
o. Programa Turismo Solidário	X	X	-	-	X	-
p. unidades de conservação	X	X	X	X	X	X

Quando questionados sobre se algum dos entes (Município, Estado ou União) parece executar mais políticas públicas de turismo nas comunidades tradicionais em comparação com os demais, é unânime a percepção de que praticamente não há diferenças. No entanto, a Prefeitura Municipal é mais lembrada que o Estado e a União, possivelmente por conta da proximidade com o território e sua realidade. Esse destaque do poder municipal se evidencia a partir da análise do Dendrograma da Figura 16, onde as palavras "prefeitura" e "prefeito" são dos verbetes com maior coocorrência na classe 5, que é constituída por 30,7% dos trechos analisados. Essa classe é composta também por palavras como "quilombola"; "São_João_da_Chapada"; "vir" e "turista", sugerindo uma maior relação dessas políticas a nível municipal em comunidades com essa tradicionalidade. Tal classe se relaciona mais diretamente com a classe 3, constituída por 21,2% dos trechos em análise. Na classe 5, a palavra "artesanato" sugere destaque desse ativo de turismo comunitário perante os demais passíveis de incentivo através de políticas públicas.

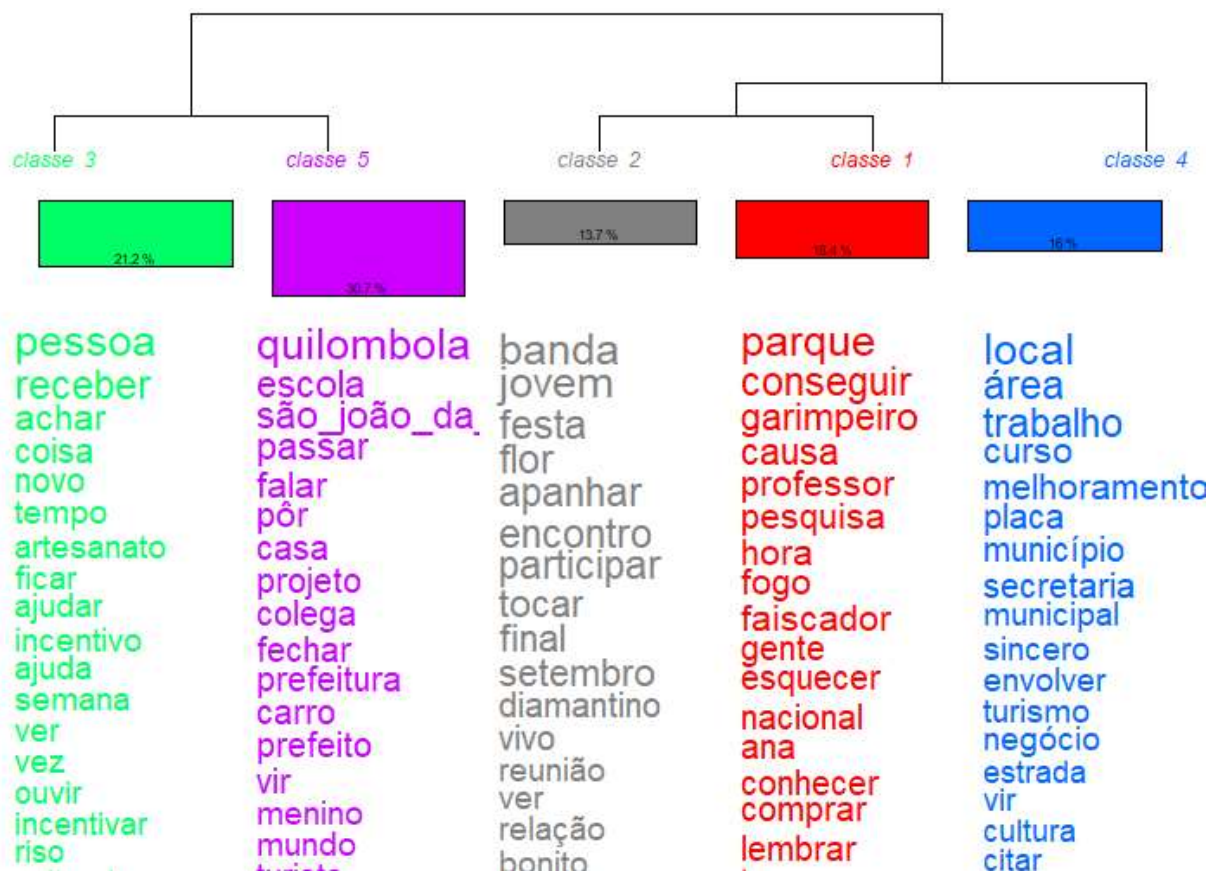
A classe 2, por sua vez, é composta por 13,7% dos trechos sob análise e está mais diretamente relacionada à classe 1, composta por 16,4% dos trechos analisados. As coocorrências da classe 1 sugerem vínculo com as políticas públicas das unidades de conservação através do termo mais recorrente: "parque", e dos termos "professor" e "pesquisa", geralmente associados aos estudos realizados nesses espaços. Do ponto de vista da análise da ação dos entes no território, o termo "nacional" tem destaque, possivelmente em razão dos parques e demais unidades de conservação serem vistos como uma política da União através do IBAMA ou do ICMBIO, mesmo que isso não seja objetivamente verdadeiro - o Parque do Biribiri e a APA Águas Vertentes, por exemplo, são unidades de conservação sob os auspícios do Instituto Estadual de Florestas - IEF, órgão vinculado ao Governo de Minas Gerais. O termo "esquecer" parece ter vínculo com os termos "garimpeiro" e "faiscador", mesmo em antagonismo a lembrar, outra palavra com coocorrência importante - a relação historicamente conflituosa da tradicionalidade faiscadora com a política ambiental faz com que o turismo seja percebido pelo Olhar Local com certa desconfiança e descrença, além do esquecimento do poder público com relação a essa atividade, ligada a um passado negligenciado. Tal sentimento parece ser fruto das promessas não cumpridas e dos prejuízos percebidos por esse Olhar como decorrentes da implantação dos Parques nos territórios dessas

comunidades. A classe 2 apresenta coocorrências ligadas a outra tradicionalidade extrativista dos apanhadores de sempre-vivas, através das palavras "flor" e "apanhar", e também de turismo e políticas públicas sobretudo culturais, como evidenciam os termos "banda"; "festa"; "relação"; "reunião"; "bonito", principalmente em "diamantino/Diamantina".

Parece haver, portanto, uma relação entre as classes 1 e 2 que indica um contexto desfavorável da política pública de implantação de unidades de conservação, associada ao turismo, em antítese às "festas" "bonitas" e outras manifestações culturais incentivadas por meio de políticas públicas. O Olhar Local das comunidades tradicionais extrativistas daquele território, notadamente os apanhadores de sempre-vivas e os faiscadores, ressentem muito a truculência e desconsideração da sua relação com o território na execução das políticas públicas de turismo com caráter ambientalista, em contraponto às políticas públicas de turismo ligadas à cultura e incentivo às expressões do folclore dessas tradições.

Finalmente, a classe 4, composta por 16% dos trechos analisados, se relaciona mais com as classes 1 e 2 e menos com as demais. Ela é constituída por termos associados às políticas públicas de turismo ligadas à infraestrutura, indicando que o Olhar Local percebe certa necessidade de "melhoramento" nas condições de exercício do "turismo". Além das duas palavras destacadas, há presença de termos como "trabalho"; "placa"; "negócio"; "estrada" e "vir". O "município" faz-se presente, o que denota que o Olhar Local compreende que tais melhorias devem ser executadas pelo poder municipal, uma vez que as estradas de acesso às comunidades costumam ser alvo de queixas a nível local e mais próximas dos municípios.

Figura 16 - Dendrograma da Terceira Categoria de Análise



Fonte: Adaptação própria baseada no software Iramuteq

Observando-se o plano cartesiano da Figura 17, que representa a Análise Fatorial por Correspondência relativa à terceira categoria de análise, é possível perceber, além das associações já citadas, a proximidade do turismo e do Olhar do Turista, principalmente na linha divisória, com a tradicionalidade quilombola, sobretudo em São João da Chapada, alvo do Programa Turismo Solidário. Os termos "público" e "prefeitura", associados às políticas públicas, e os termos "Olhar", "turista", "mundo", "receber" e "Diamantina", vinculados ao Olhar do Turista, também se aproximam dessa comunidade e sua tradicionalidade.

Deslocando-se para o eixo central em direção ao quadrante QIV, nota-se a presença cada vez maior de termos associados aos "parques" e às tradicionalidades extrativistas que se distanciam dos termos "turista". Este gráfico também permite inferir sobre a necessidade de políticas públicas de infraestrutura de acesso as comunidades tradicionais pesquisadas. A percepção por parte do Olhar Local de que tais melhorias são responsabilidade do poder público municipal fica evidente ao analisar-se a disposição das palavras no quadrante QI.

consideração do Olhar Local no planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas. É fundamental que as ações governamentais nesses territórios respeitem e valorizem a autenticidade cultural e suas relações com o meio ambiente, promovendo um desenvolvimento que beneficie as comunidades sem comprometer suas identidades.

7.4 Quarta categoria de análise – O Olhar Local sobre os dificultadores da atividade turística nas comunidades tradicionais de Diamantina

Por fim, tratando da quarta categoria de análise, que envolve o bloco de perguntas relativas aos dificultadores da atividade turística nas comunidades (perguntas 13 a 15 do APÊNDICE A), as queixas com relação ao acesso aos territórios tradicionais, principalmente por conta da péssima condição das estradas, são as mais percebidas. As estradas são, em sua maioria, de terra e apresentam manutenção muito precária. A comunidade Vargem do Inhaí, por exemplo, está a não mais que 75 quilômetros da sede de Diamantina e, no entanto, o acesso por automóvel demanda aproximadamente 2 horas de deslocamento. A Figura 18 demonstra a má conservação da estrada que liga o município de Diamantina às comunidades alvo desta pesquisa. De acordo com o(a) Entrevistado(a) 5: "Não adianta fazer nada se a estrada continuar assim, com buraco... o turista não vai querer vir."

Figura 18 - Condição precária de estrada que dá acesso a comunidade tradicional em Diamantina



Fonte: Acervo do autor.

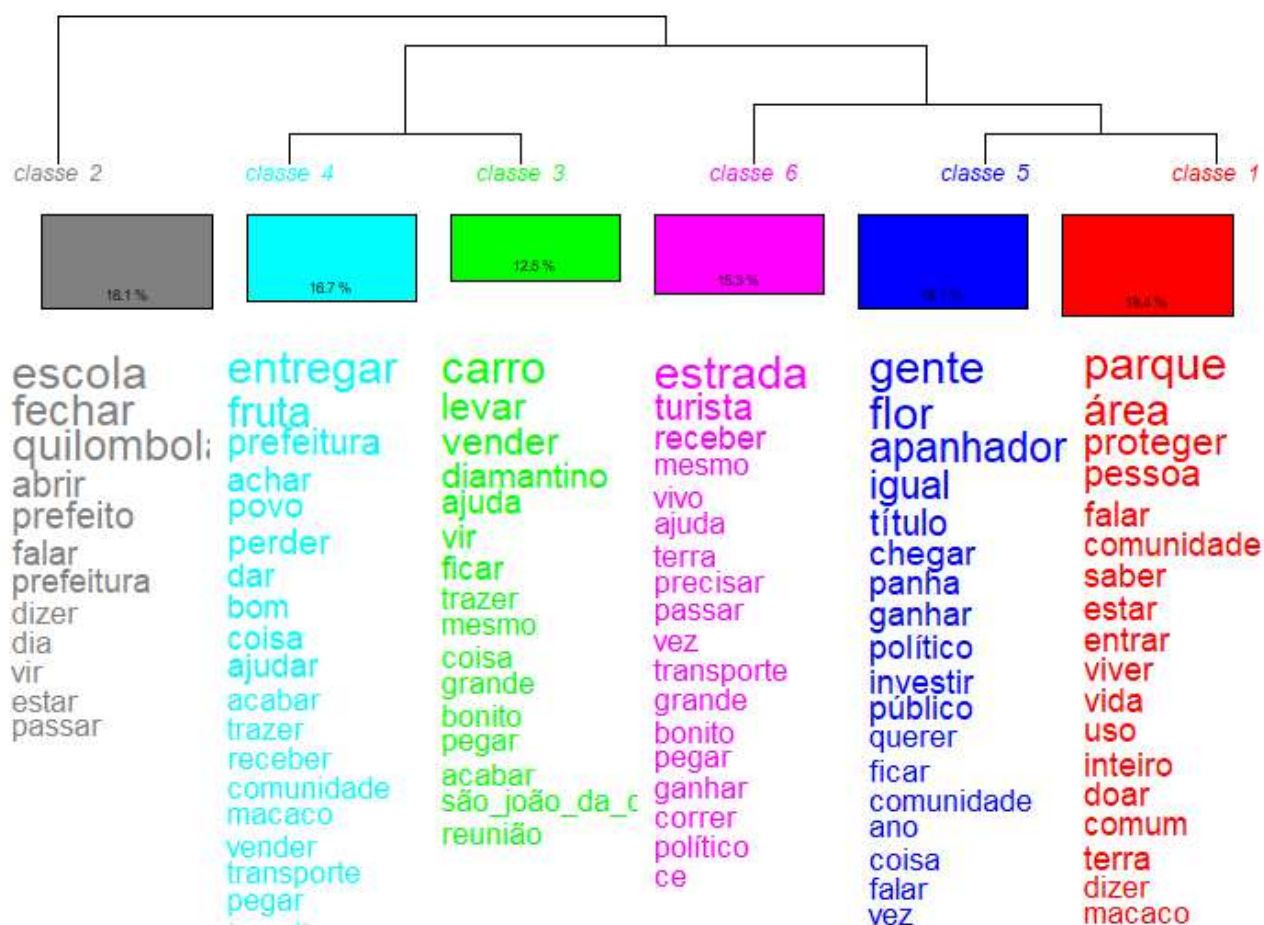
A associação do turismo à presença de unidades de conservação fez com que os entrevistados concentrassem suas queixas principalmente no que percebem ser o maior adversário às suas identidades tradicionais: o cerceamento do exercício de seus ofícios extrativistas (apanhadores de flor, faiscadores, agricultores e criadores de animais). Na percepção dos entrevistados, as unidades de conservação e seus planos de manejo limitam a realização de atividades centenárias de povos que já ocupavam os territórios hoje compreendidos pelos parques muito antes das legislações ambientais vigentes. O Olhar do Turista que costuma viciar e macular as manifestações tradicionais e o modo de vida das comunidades, não é, em Diamantina, percebido como o grande vilão, uma vez que o turismo nas comunidades tradicionais é sazonal e incipiente, como já foi a atividade minerária do diamante há algumas décadas. O que parece é que algo como o Olhar Ambiental, ou a presença da burocracia estatal responsável pela preservação dos ecossistemas da Serra do Espinhaço, é o maior obstáculo para o exercício das atividades tradicionais nas comunidades diamantinenses.

O dendrograma da Figura 19 evidencia a infraestrutura viária como maior impeditivo percebido pelo Olhar Local para o desenvolvimento do turismo nas comunidades, ao lado das unidades de conservação. Na classe 1, composta por 19,4% dos trechos analisados, são sintetizadas as queixas quanto às limitações do uso e manejo do território, antes ocupado pelas comunidades, segundo seus valores e sua relação com o meio ambiente e, após a instalação dos parques, tutelado pelos limites impostos pela burocracia estatal estabelecida por meio dos planos de manejo das unidades de conservação. Essa classe dialoga diretamente com a classe 5, que indica a atividade tradicional mais afetada nesse contexto, as comunidades apanhadoras de sempre-vivas. Associadas às classes 1 e 5 está a classe 6, que contempla 15,3% dos trechos analisados. Ela evidencia os obstáculos impostos à atividade turística como a falta de políticas públicas que auxiliem o transporte e acesso às comunidades tradicionais.

Quando analisamos as demais classes, percebemos os mesmos problemas sendo declarados pelos entrevistados. A classe 2, que representa 18,1% da amostragem analisada, indica problemas de acesso viário a serviços básicos utilizados pelas comunidades tradicionais. As palavras "escola" e "fechar", em antítese a "abrir" e "quilombo", representam os anseios de melhorias de acesso, apontando o "prefeito" e a "prefeitura" como os maiores responsáveis por essas carências.

Associadas à classe 2 estão a classe 4, representativa de 12,4% dos trechos analisados, e a classe 3, que contempla 16,7% dos trechos analisados. A classe 4 tem relação com as dificuldades de escoamento da produção agrícola, ativo muito valorizado pelo Olhar Local. A classe 3, por sua vez, destaca a infraestrutura viária como principal conexão com a sede de Diamantina, para onde a produção é escoada.

Figura 19 - Dendrograma da Quarta Categoria de Análise



Fonte: Adaptação própria baseada no software Iramuteq

Na Análise Fatorial por Correspondência dessa categoria de análise, representada pela Figura 20, fica clara a proximidade dos termos "estrada", "turista" e "investir" no quadrante QI, reforçando que a carência de investimentos públicos em políticas de infraestrutura viária é percebida pelo Olhar Local como a maior barreira para o acesso do fluxo turístico nas comunidades. Também se nota a queixa sobre os acessos a serviços como a educação, consequência dessa ausência do Estado no apoio à infraestrutura de transporte: o quadrante QIII contém os termos "quilombola", "escola", "abrir" e "fechar" muito próximos, além da palavra "prefeito".

escoamento da produção agrícola. Os problemas de acesso fazem com que as comunidades com menos estrutura educacional condicionem o movimento de seus membros para comunidades e povoados próximos que ofereçam melhor disponibilidade de educação formal e, no limite, os membros se deslocam para a sede de Diamantina com o auxílio de transporte escolar. Nos casos de Ensino Superior, a maioria das pessoas precisa estabelecer moradia em Diamantina, o que acaba acarretando a migração dessas pessoas, sobretudo daqueles indivíduos que se identificam como povo tradicional.

Outro ponto crítico é a percepção negativa das políticas de manejo nas unidades de conservação. Essas políticas, inicialmente vistas como potenciais impulsionadoras do turismo comunitário, têm sido percebidas como restritivas e prejudiciais às práticas tradicionais. O cerceamento ao uso de recursos naturais dentro das unidades de conservação tem gerado insatisfação e resistência aberta, evidenciando um conflito entre a preservação ambiental e a manutenção das tradições culturais. De acordo com a(o) Entrevistado(a) 2: "Eles falam que chegam pra proteger (os parques), mas as comunidades já protegem."

O Olhar Local também declara falta de políticas públicas eficazes e a percepção de negligência por parte das autoridades municipais, estaduais e federais. Há uma clara demanda por políticas públicas que sejam formuladas e implementadas em estreita colaboração com as comunidades, protagonizando o Olhar Local e suas necessidades e perspectivas específicas: "Fazem a política lá longe e a gente só escuta falar dela depois. Como é que vão saber o que a gente precisa?" (ENTREVISTADO(A) 6, 2024). Diante de um cenário em que as tradicionalidades têm sido afetadas negativamente pela (in)ação do Estado Brasileiro, sobretudo com relação aos conflitos ambientais nos territórios tradicionais, é ainda mais perceptível a importância de uma atividade que potencialmente promova geração de renda à população e alternativas para as transformações necessárias nas condições socioeconômicas desiguais da região. O turismo traz aí um de seus muitos paradoxos: ele pode ser visto erroneamente como atividade salvadora e reencarnar o sonho do fortalecimento de uma indústria que traz benefícios rápidos, como um dia foi encarada ali a extração do diamante; ou ter reconhecida a sua importância como mais uma opção de fonte de renda com resultados socioeconômicos positivos, ressalvada a inviabilidade da atividade como único meio de sobrevivência e trabalho. Mesmo com a importância econômica do turismo

no município, aquecendo o comércio e gerando empregos e renda, deve-se observar com cautela como o fenômeno tem se desenvolvido em Diamantina e negligenciado as comunidades mais afastadas da sede. A população localizada nas comunidades tradicionais tem lidado com a presença do forasteiro com alguma resistência, provavelmente consequência de um histórico muito ligado à exploração da atividade mineradora ali enraizada, mas sobretudo pelas experiências frustradas relacionadas à própria atividade turística.

Para que o turismo se torne uma ferramenta eficaz de desenvolvimento sustentável nas comunidades tradicionais em Diamantina, é crucial que se invista na melhoria da infraestrutura, especialmente das estradas, e que se revise as políticas de manejo ambiental para que sejam mais inclusivas e respeitem os conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades. A classificação das unidades de conservação como de proteção integral deve ser questionada se considerado o Olhar Local e a proposta de planos de manejo de uso sustentável parece mais adequada. O desenvolvimento turístico sustentável em Diamantina depende de um equilíbrio delicado entre infraestrutura adequada, valorização das tradições culturais e apoio político contínuo e inclusivo. Somente através de uma abordagem holística e colaborativa, protagonizando o Olhar Local, será possível transformar os desafios atuais em oportunidades de crescimento, ao mesmo tempo em que se valoriza a cultura das comunidades tradicionais de Diamantina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a explorar e compreender a percepção do Olhar Local das comunidades tradicionais de Diamantina/MG sobre as políticas públicas de turismo em seu território através de uma abordagem qualitativa, analisando documentos públicos e entrevistas com lideranças comunitárias.

A investigação revelou que, apesar das políticas públicas de turismo terem o potencial de trazer benefícios significativos, como o desenvolvimento econômico e a valorização cultural das comunidades tradicionais de Diamantina, existem limitações substanciais. A infraestrutura inadequada, especialmente a manutenção precária das estradas, e a falta de consideração efetiva do Olhar Local das comunidades tradicionais no processo de desenvolvimento turístico, são barreiras que impedem o pleno aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo Turismo

de Base Comunitária em Diamantina. Além disso, as políticas de manejo nas unidades de conservação são frequentemente vistas como restritivas e prejudiciais às práticas tradicionais dessas comunidades. Tais políticas, que inicialmente poderiam ser percebidas como impulsionadoras do turismo comunitário, a rigor não consideram adequadamente as necessidades e os conhecimentos tradicionais, gerando insatisfação e resistência aberta por parte do Olhar Local. A análise também destacou a falta de consistência e a descontinuidade das ações governamentais, que geram frustração e conflitos entre os moradores, lembrando aquelas relações de desconfiança historicamente enraizadas em Diamantina vinculadas ao garimpo e à mineração do diamante.

O Olhar Local nas comunidades tradicionais diamantinas percebe pouca presença de turistas e, conseqüentemente, o Olhar do Turista ainda exerce pouca influência sobre as manifestações, atrativos e ativos de turismo comunitário. As comunidades estão se deslocando da fase de exploração em um processo de turistificação e se envolvendo lentamente com a atividade turística, o que pode ser uma oportunidade para que esse movimento ocorra sob gestão desses povos e priorizando as demandas do Olhar Local. As comunidades onde as políticas públicas de turismo são mais efetivas, como no caso do Programa Turismo Solidário na Comunidade Quilombola de São João da Chapada, tendem a perceber o turismo como uma possível fonte de sustento e incentivo à permanência dos Povos Tradicionais em seus territórios. A contradição é que, quanto mais depende do turismo (e conseqüentemente tolera mais imposições da indústria e do Olhar do Turista) mais são sentidos e tolerados os impactos negativos da atividade. Em decorrência disto, é importante que a institucionalização do turismo nas comunidades tradicionais diamantinas leve em consideração o Olhar Local e suas demandas.

Para que o turismo se torne uma ferramenta eficaz de desenvolvimento sustentável é fundamental que as políticas públicas sejam formuladas e implementadas em estreita colaboração com as comunidades tradicionais e protagonizando o Olhar Local. É necessário um planejamento participativo que envolva diretamente os moradores, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas, como orientado pelas boas experiências de Turismo de Base Comunitária. As políticas públicas devem considerar as tradições, necessidades e perspectivas das comunidades através do Olhar Local, promovendo um

desenvolvimento que respeite e valorize suas culturas, ao mesmo tempo em que proporciona benefícios econômicos e sociais. A proteção das tradições e dos recursos naturais é necessidade vital para essas comunidades, que veem no turismo uma oportunidade para a preservação de seu patrimônio e para o desenvolvimento econômico. No entanto, a falta de infraestrutura adequada, com acessos e estradas em condições desfavoráveis e os conflitos fundiários com as unidades de conservação são desafios que precisam ser superados.

Neste contexto, a cooperação das comunidades, tanto internamente quanto com os órgãos governamentais, é fundamental para a criação de políticas públicas eficazes e sustentáveis. A consideração dos conhecimentos e práticas tradicionais que são frequentemente ignorados ou subvalorizados, é crucial para a formulação de políticas que privilegiem o Olhar Local e tragam benefícios reais aos Povos Tradicionais em Diamantina.

É importante reconhecer algumas limitações desta pesquisa: a realização de trabalho de campo durante apenas um período do ano pode ter restringido a profundidade da compreensão sobre as dinâmicas locais e a sazonalidade da atividade turística naquele território. Além disso, a percepção apresentada baseia-se na perspectiva de indivíduos, mesmo que estes sejam lideranças reconhecidas, o que levanta a questão sobre a representatividade dessas vozes para o todo comunitário. Para pesquisas futuras, recomenda-se um trabalho etnográfico mais extenso, que inclua uma amostragem maior de entrevistas e uma análise mais aprofundada das opiniões divergentes àquelas das lideranças comunitárias. Compreender essas relações pode proporcionar uma visão mais holística e precisa sobre como as políticas públicas de turismo impactam as comunidades tradicionais e como estas podem ser melhor incluídas nos processos de desenvolvimento turístico sustentável. Todo modo, as descobertas aqui apresentadas podem servir como base para a formulação de políticas mais sensíveis e eficazes, que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, respeitando e valorizando o Olhar Local e o rico patrimônio cultural das comunidades tradicionais de Diamantina/MG. Através de um compromisso contínuo com a colaboração e a valorização dos saberes tradicionais é possível transformar os desafios atuais em oportunidades de crescimento, garantindo que haja um processo de turistificação que protagonize o Olhar Local nos processos decisórios que afetarão o futuro dessas comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, F.** Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Rio de Janeiro, 2007.
- AGARWAL, S.** Restructuring seaside tourism: the resort lifecycle. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 1, p. 25-55, 2002.
- AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E.** Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S.** Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 51, nº 4, 5-60, 2000.
- ALEXANDER, T. et al.** Sustainable tourism and environmental challenges in Southeast Asia. *Journal of Southeast Asian Studies*, v. 49, p. 75-88, 2018
- ALLPORT, G.** The nature of prejudice. Cambridge, MA: Addison-Wesley, 1954.
- ALMEIDA, E.; COSTA, C.** O planejamento turístico entre os municípios brasileiros de pequena e média dimensão. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica Vol.II - nº 1 - Mar. 2007.
- ALVES, E.** Por uma caracterização do turismo em Diamantina: estratégias possíveis de interpretação do patrimônio. 2011. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- AMNISTIA INTERNACIONAL.** Relatório Anual 2015: A Situação dos Direitos Humanos no Mundo. Londres: Amnistia Internacional, 2015.
- ANDERECK, K. L. et al.** Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, v. 32, n. 4, p. 1056-1076, 2005.
- ANDRADE, N.** Los orígenes de la sociología del turismo, sociología del deporte y sus vinculaciones con la sociología del medioambiental. *Anuario de Estudios en Turismo – Investigación y Extensión*, Neuquén, v. 10, p. 85-101, 2010.
- ANTUNES, D. & B. R. CONTI.** Turismo e economia solidária: uma aproximação relutante. *Rosa dos Ventos*, v. 12, n. 1, 2020. Universidade de Caxias do Sul, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473563286008>. DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i1p106>. Acessado em abr de 2022.
- AP, J.** Residents' perceptions research on the social impacts of tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 19, n. 4, p. 610-616, 1992.
- ARAMBERRI, J.** The host should get lost: paradigms in the Tourism Theory. *Annals of Tourism Research*. Vol. 28, N. 3., pp. pp. 738-761. 2001.
- ARAUJO, G. A.** A produção do turismo em Diamantina/MG: uma abordagem com base nas redes sociotécnicas. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2019.
- ARAÚJO, G.; MARIANI, M. & ZANETONI, J.P.F.** Economia Social Solidária e Turismo de Base Comunitária: aproximações teóricas e teórico-empíricas. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.
- ARAÚJO, R. M.; FERREIRA, L. H. & SILVA, S. H.** Interações, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 5-18, out./dez. 2017.
- ARRETCHE, M.** Tendências no estudo da avaliação. In: **RICCO, E. M.** (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 6ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.
- ASCANIO, A.** El objeto del turismo ¿Una posible ciencia social de los viajes? *Revista de turismo y patrimonio cultural*. 8(4), 2010.
- ASKJELLERUD, S.** The tourist: a methodology of participation. *Annals of Tourism Research*, v. 30, n. 2, p. 449-467, 2003.
- ASSIS, G.** Turismo comunitário como sistema de dádivas na Amazônia: uma aliança entre reciprocidade e autonomia na gestão local do turismo em Anã e

Coroca, Santarém, PA. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2021.

AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994.

AZEREDO-GRUNEWALD, R. Artes Turísticas e Autenticidade Cultural. Veredas, revista Científica de Turismo. Año 1, N.1, pp. 7-21, 2002a.

AZEREDO-GRUNEWALD, R. Tourism and Cultural Revival. *Annals of Tourism Research*. V. 29 (4), pp. 1004-1021, 2002b.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETTO, M. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200002. Acessado em jun. de 2022.

BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BENI, M. C. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: **ORTIZ, R.** (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). Plano nacional de turismo: diretrizes metas e programas 2003-2007. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais. Brasília, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Retratos de uma caminhada: PNMT 8 anos. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Pólos de ecoturismo: planejamento e gestão. São Paulo: TERRAGRAPH, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). Plano nacional de turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília, 2003.

BRASIL; MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2020-2024: Uma estratégia para o desenvolvimento do turismo brasileiro. Brasília, 2020.

BRUNER, E. M. Culture on Tour: Ethnographies of Travel. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

BRUNER, E. M. Of Cannibals, Tourists and Ethnographers. *Cultural Anthropology*, v. 4, p. 438-439, 1989.

BRUNER, E. M. The Transformation of Self in Tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 18, p. 238-250, 1991.

Bruner, E.M. (1991) Transformation of self in tourism. *Annals of Tourism Research* 18(2), 238–250. DOI: 10.1016/0160-7383(91)90007-X.

BRUNT, P. & COURTNEY, P. Host perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research*, v. 26, n. 3, p. 493-515, 1999.

BULHÕES, T. O território da Mata dos Crioulos e demandas territoriais distintas: contradições entre comunidades quilombolas e unidades de conservação. Dissertação (Mestrado em Geografia - Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2016.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: **BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I.** (orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

- BUTLER, R.** The concept of tourism area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer* 14: 5-12, 1980.
- BUTLER, R. W.** The Concept of a Tourism Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.
- CAMARGO, L. O. & JUSTO, C. P.** Educação ambiental crítica: princípios e reflexões. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 12, n. 1, p. 106-123, 2017.
- CAPOBIANCO, J. P.** Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R.** Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006.
- CHAVES, D. S. & SECCHI, L.** Análise de políticas públicas: conceitos, fundamentos e exemplos. Brasília: ENAP, 2022.
- CHHABRA, D.** How they see us: perceived effects of tourist gaze on the Old Order Amish. *Journal of Travel Research*, 49: 93–105, 2010.
- CHRISTALLER, W.** Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions - underdeveloped countries - recreation areas. *Papers in Regional Science*, v. 12, n. 1, p. 95-105, 1955.
- COHEN, E.** Contemporary Tourism: Trend and Challenges—Sustainable Authenticity or Contrived Post-modernity? In: **BUTLER, R.; PEARCE, D.** (eds.). *Change in Tourism: People, Places, Processes*, pp. 12–29. London: Routledge, 1995.
- COHEN, E.** Rethinking the Sociology of Tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 6, p. 18-35, 1979.
- COHEN, E.** Thailand in “Touristic Transition”. In: **TEO, P.; CHANG, T.; HO, K.** (eds.). *Interconnected Worlds. Tourism in Southeast Asia*, pp. 155–175. Oxford: Pergamon, 2001.
- COHEN, E.** The Sociology of Tourism: Approaches, Issues, and Findings. *Annual Review of Sociology*, v. 10, p. 373-392, 1984.
- CONNOLLY-KIRCH, P.** Tourism as Conflict in Polynesia: The Case of Tauguen. *Current Anthropology*, v. 23, p. 555-578, 1982.
- CORIOLOANO, L. N. M.** Turismo e Sustentabilidade: O Caso das Comunidades Tradicionais no Ceará. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 4, n. 2, p. 84-102, 1996.
- CORIOLOANO, L. N. M.** Turismo, Sustentabilidade e Desenvolvimento Local. Fortaleza: Edições UFC, 2012.
- COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C.** Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *RAP*, Rio de Janeiro, 37 (5), 969-962, 2003.
- COSTA, H.; SOUTO-MAYOR, A.** Sistemas produtivos locais em turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas. 2006.
- DALUD-VINCENT, M.** L'impact du tourisme sur les communautés locales: Une approche éthique. *Revue de Géographie Humaine*, v. 29, p. 110-124, 2011.
- DANN, G. M. S.** The Language of Tourism: A Sociolinguistic Perspective. Wallingford: CABI Publishing, 1996.
- DEY, I.** Introduction. In: *Qualitative Data Analysis – A user-Friendly Guide for Social Scientists*. New York, NY, US: Routledge, 2005.
- DIAS, R. & MATOS, F.** Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.
- DIAS, R.** Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S. V.** Saberes tradicionais e biodiversidade no

Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DOXEY, G. A Causation Theory of Visitor-Resident Irritants: Methodology and Research Inferences. In: Proceedings of the Travel Research Association 6th Annual Conference, San Diego, 1976.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: **BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B.** (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

EASTON, D. An approach to the analysis of political systems. World Politics, vol. 9, 1957.

EDWARDS, D.; GRIFFIN, T.; HAYLLAR, B. Urban Tourism Research: Developing an Agenda. In: Annals of Tourism Research, Vol. 35, No. 4, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/59492419-Revista-do-centro-de-pesquisa-e-formacao-n-04-mai-2017.html>. Acesso em março de 2023.

ENTREVISTADO(A) 1. [Entrevista concedida a] André Port Torres. O Olhar Local das Comunidades Tradicionais sobre as Políticas Públicas de Turismo em Diamantina/MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2024.

ENTREVISTADO(A) 2. [Entrevista concedida a] André Port Torres. O Olhar Local das Comunidades Tradicionais sobre as Políticas Públicas de Turismo em Diamantina/MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2024.

ENTREVISTADO(A) 3. [Entrevista concedida a] André Port Torres. O Olhar Local das Comunidades Tradicionais sobre as Políticas Públicas de Turismo em Diamantina/MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2024.

ENTREVISTADO(A) 4. [Entrevista concedida a] André Port Torres. O Olhar Local das Comunidades Tradicionais sobre as Políticas Públicas de Turismo em Diamantina/MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2024.

ENTREVISTADO(A) 5. [Entrevista concedida a] André Port Torres. O Olhar Local das Comunidades Tradicionais sobre as Políticas Públicas de Turismo em Diamantina/MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2024.

ENTREVISTADO(A) 6. [Entrevista concedida a] André Port Torres. O Olhar Local das Comunidades Tradicionais sobre as Políticas Públicas de Turismo em Diamantina/MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2024.

EVANS-PRITCHARD, D. How They See Us: Native American Images of Tourists. Annals of Tourism Research 16: 89–10, 1989.

FARAH, M. F. S. Governança Democrática: Novas Perspectivas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2013.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005.

FÁVERO, C. & MONTEIRO, F.T. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. Agriculturas, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 7-15, out. 2014.

FIGUEIREDO, A F. & LEAL, J. H. G. Jovens quilombolas: identidade e literatura e Vargem do Inhaí em Diamantina/MG. In: I Congresso Internacional América Latina e Interculturalidade: América Latina e Caribe: cenários linguístico-culturais contemporâneos, 07 a 09 de novembro de 2013, UNILA. Foz do Iguaçu: UNILA, 2013. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/1418>. Acessado em ago de 2022.

FIGUEIREDO, M. F. & FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de

- políticas. *Análise & Conjuntura*, v. 1, n. 3, Belo Horizonte, set./dez. 1986.
- FORTUNATO, A.** O Impacto do Turismo nas Comunidades Tradicionais. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 15, p. 110-123, 2011.
- FOUCAULT, M.** Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Petrópolis: Vozes, 1976.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.** Análise do Turismo no Brasil: Tendências e Oportunidades. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- GAITHO, V.** Impact of community-based ecotourism on households' livelihoods and conservation efforts in Kenya. *Academia.edu*, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/10293826>. Acessado em jun. de 2023.
- GALLARZA, M.; SAURA, I.; GARCIA, H.** Destination Image: Towards a Conceptual Framework. *Annals of Tourism Research* 29: 56–78, 2002.
- GAMPER, A.** Tourism and Ethnic Relations in Austria. *Journal of Ethnic Studies*, v. 9, n. 3, p. 47-65, 1981.
- GANGULI, S.** Cultural Impact on Sensation and Perception. *Journal of Cognitive Development*, 1975. Disponível em: <https://doctecture.net/1-5964.html>. Acessado em set. de 2022
- GIL, A. C.** Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODELIER, M.** O Enigma do Dom. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W.** Políticas de turismo: estrutura, conteúdo e processo. In: *Turismo: princípios, práticas e filosofia*. Porto Alegre, 2002. p. 293-312. 2002.
- GOFFMAN, E.** A representação do eu na vida cotidiana. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985
- GONZÁLEZ REY, F.** Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social. São Paulo: Vozes, 1999.
- GREENWOOD, D. J.** Culture by the Pound: An Anthropological Perspective on Tourism as Cultural Commoditization. In: **SMITH, V. L.** (Ed.). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989. p. 171-186.
- GURSOY, D. & RUTHERFORD, D. G.** Host attitudes toward tourism: An improved structural model. *Annals of Tourism Research*, v. 31, p. 495–516, 2004
- HAESBAERT, R.** Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 173-222, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acessado em jun. de 2022.
- HALBWACHS, M.** A Memória Coletiva. São Paulo, Brasil: Centauro, 2006.
- HALL, C. M.** Planejamento do Turismo: política, processos e relacionamentos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- HAMPTON, M. P.** Tourism and Livelihood Strategies in Southeast Asia. *Annals of Tourism Research*, v. 25, p. 754-777, 1998.
- HARALAMBOPOULOS, N.; PIZAM, A.** Perceived impacts of tourism: The case of Samos. *Annals of Tourism Research*, v. 23, n. 3, p. 503-526, 1996.
- HARRISON, D.** Tourism, Tradition and Culture: A Reflection on their Role in Development. CAB International, 2021.
- HARRISON, D.** Towards Developing a Framework for Analysing Tourism Phenomena: A Discussion. *Current Issues in Tourism*, v. 10, p. 61-86, 2007.
- HEUMAN, D.** Tourism and Development in the Caribbean: The Search for a New Perspective. *Tourism Review International*, v. 9, n. 2, p. 195-207, 2005.
- HUETE, R.** Tourism Studies in Spain: the role of sociology in degree programmes. *Journal of Teaching in Travel & Tourism*, v. 7, n. 2, p. 73-92, 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.** Censo Demográfico 2022: Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acessado em mai. de 2024.

- IRVING, M. A.** Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária, inovar é possível? In: **BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I.** (orgs.). Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letras e Imagens, p. 108-121, 2009.
- JAFARI, J.** Tourism research: revamping old challenges for integrative paradigms. Anais: VII Congresso Nacional y I Internacional de Investigación Turística. Guadalajara, Mexico, 2005.
- JANNUZZI, P. M.** Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.
- JULES-ROSSETTE, B.; BRUNER, E. M.** The Ethnographic Self and the Tourist Gaze: Writing Cultural Criticism. *Annals of Tourism Research*, v. 21, n. 2, p. 250-270, 1994.
- KIM, S.** Impact of Korean Tourists on Korean Residents in Hawaii and Queensland, Australia. In: **PEARCE, D.; BUTLER, R.** (eds.). Contemporary Issues in Tourism Development, pp. 257–272. London: Routledge, 1999.
- KNEBEL, H-J.** Soziologische Strukturwandlungen in Modernen Tourismus. Stuttgart: Enke, 1960.
- KNOX, P.** The Built Environment and Human Behavior. *Urban Affairs Review*, v. 14, p. 136-152, 1978.
- KORSTANJE, M. E.** The Anthropology of Dark Tourism: Exploring the Contradiction of Capitalism. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 7, n. 1, p. 36-56, 2013.
- KREAG, G.** The Impacts of Tourism. Minnesota: University of Minnesota Sea Grant Program, 2001.
- KRIPPENDORF, J.** The holiday makers: Understanding the impact of leisure and travel. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1987.
- LAFLAMME, A. G.** The Impact of Tourism: A Case from the Bahama Islands. *Annals of Tourism Research*, v. 6, n. 2, p. 137-148, 1979.
- LATOUCHE, S.** Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- LATOUR, B.** Reagregando o social. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.
- LAXSON, J. D.** How "We" See Them: Tourism and Native Americans. *Annals of Tourism Research*, v. 18, n. 3, p. 365-391, 1991
- LEBLANC, F.** Sustainable Tourism Development: Concepts and Case Studies. *Journal of Tourism Research*, v. 34, p. 120-135, 2015.
- LECHAPTOIS, F.** Trabajo Social, Descolonización de las Políticas Públicas y Saberes No Hegemónicos. *Revista Katál*, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./jun. 2014.
- LÉFEBVREE, H.** The Production of Space. Oxford: Blackwell, 1991.
- LÉFEBVREE, H.** *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1994.
- LEIPER, N.** The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 6(4): 390-407, 1979.
- LOHMAN, G.** Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.
- LOJKINE, J.** O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MACCANNELL, D.** Empty Meeting Grounds: The Tourist Papers. London: Routledge, 2016.
- MACCANNELL, D.** Reconstructed ethnicity tourism and cultural identity in third world communities. *Annals of tourism research*, 11(3),p. 375-391. 1984.
- MACCANNELL, D.** Staged authenticity: Arrangements of social space in tourist settings. *The American Journal of Sociology*, n. 79, v. 3, p. 589-603, 1973.
- MACCANNELL, D.** *The Ethics of Sightseeing*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- MACCANNELL, D.** *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. 1ª ed.

Berkeley: University of California Press, 1992.

MACCANNELL, D. *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. 2ª ed. Berkeley: University of California Press, 1999.

MACCANNELL, D. *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. Schocken Books: New York, 1976.

MACHADO FILHO, H. P. *Geopolítica e Turismo: A Exploração dos Espaços*. São Paulo: Global, 1985.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: **BARTHOLO, R.; SANZOLO, D.; BURSZTYN, I.** (orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 25-44, 2009.

MANTECÓN, A. *Tourism and Social Change in Post-Revolutionary Mexico*. *Tourism Research*, v. 18, n. 2, p. 200-213, 2011.

MAOZ, D. The mutual gaze. *Annals of Tourism Research*, v. 33, n. 1, p. 221-239, jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2005.10.010>. Acesso em jul de 2021.

MARRERO RODRÍGUEZ, J. El discurso de rechazo al turismo en Canarias: una aproximación cualitativa. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 4, n. 3, 2006.

MARTINS, P. H. A arte de fabricar motins: os marcos regulatórios da mineração diamantífera em perspectiva histórica. In: **SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J.** (Org.). *Perfil da demanda turística real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções & expectativas*. Diamantina: UFVJM, 2008.

MARUJO, N. Sociologia do Turismo: Temas de Investigação. In: **FAZZI, R.; LIMA, J.** (Orgs.). *Campo das Ciências Sociais - Figuras do mosaico das pesquisas no Brasil e em Portugal*, pp 539-547, São Paulo: Editora Vozes, 2020.

MATTHEWS, H. G. International tourism research: Concepts and methods. *Annals of Tourism Research*, v. 5, n. 1, p. 189-202, 1978.

MELO, R. Avaliação da Política de Turismo em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 7, n. 3, p. 145-159, 1999.

MELO, R. Políticas públicas de turismo no Brasil: Avanços e desafios. *Revista Brasileira de Política Pública*, v. 9, n. 4, p. 200-214, 2009.

MENDES, L. & CARVALHO, M. S. D. Análise da intenção de uso de aplicativos móveis no turismo: uma aplicação da teoria do comportamento planejado. In: *Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*. Natal-RN, 2015(

MIGLIOLI, J. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

MINARI, M. L. & RABINOVICI, A. Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 7, n. 1, p. 44-66, 2014.

MINAS GERAIS, Governo do Estado. *Diagnóstico das Comunidades Tradicionais de Diamantina*. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. No Prelo.

MINAS GERAIS. Ministério Público. *Direitos dos povos e comunidades tradicionais*. Belo Horizonte: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2015.

MINAYO, M. C. S. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: **ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de** (Orgs.). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 19-51.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MONTEIRO, F. T. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais*. 2011. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MORSE, J.; CLARK, L. The nuances of grounded theory sampling and the pivotal role of theoretical sampling. In: *The SAGE handbook of current developments in grounded theory*. SAGE Publications, 2019.

MUÑOZ DE ESCALONA, F. El turismo explicado con claridad. 2007. Disponível em: www.eumed.net/libros/2007c/310/. Acessado em março de 2023.

MURPHY, P. *Tourism: A Community Approach*. New York: Routledge, 1985.

NASH, D. Tourism as a Form of Imperialism. In: SMITH, V. (Ed.). *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. 2ª ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.

NAYYAR, D. A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

NUNES, E. Gramática da Política Brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NUNEZ, T. Tourism, Tradition, and Acculturation: Weekendismo in a Mexican Village. *Ethnology*, v. 2, p. 347-352, 1963.

OAKES, T. Tourism and the modern subject: Placing the encounter between tourist and other. In: **CARNEIRO, M. J.; CAVACO, C.** (Orgs.). *Proceedings of the Rural Development Conference*. Faro: University of the Algarve, p. 76-85, 2005.

ODERMATT, P. A case study of neglect: the politics of (re)presentation: a Sardinian case. In: Boissevain, J. (ed.) *Coping with Tourists: European Reactions to Mass Tourism*. Berghahn Books, Providence and Oxford, p. 84–111. 1996.

OLIVEIRA, E. Percepção dos autóctones em relação à economia, meio ambiente e ao turismo em Ilhéus – BA. In: SEMINTUR, 4., Caxias do Sul, RS. Anais, GT 10. Caxias do Sul, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao Turismo. Madrid, 2001.

OVIDO, A. & DOBLAS, J. As florestas precisam das pessoas. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2022. 22 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/m9d00064.pdf>. Acesso em mar de 2023.

PADÍN FABEIRO, C. El desarrollo endógeno local, estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos: aplicación al caso del Baixo Miño. 2004. 373f. Tesis (Doctorado en Ciencias Economicas) – Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Vigo, 2004.

PÉLISSIER, S. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 8ª ed. Lisboa: Verbo, 2017.

PIRES, J. A. & ALCANTARINO, P. R. Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: O Circuito Quilombola do Vale do Ribeira. *Revista Brasileira de Turismo Comunitário*, v. 2, p. 150-172, 2008.

PIRES, J. H. S. Apoio de entidades às comunidades quilombolas: análise sobre o circuito quilombola de turismo comunitário do Vale do Ribeira (SP); 2021.

PITT-RIVERS apud WALDREN, J. Insiders and Outsiders on the Mallorcan Tourist Markets: A Case of Changing Perceptions. In: URRY, J. (Ed.). *The Tourist Gaze*. London: Sage Publications, 1997.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Rev. de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, 1989.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas>. Acesso em março de 2023.

RITCHIE, J. B.; GOELDNER, C. R.; MCINTOSH, R. W. Turismo: princípios, práticas e filosofias. Bookman, 2002.

RODENBURG, E. E. The effects of scale in economic development: Tourism in Bali. *Annals of Tourism Research*, 7(2): 177-96, 1980.

- RODRIGUES, A.** Geografia do Turismo: novos desafios. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- ROGERS, A. & AITCHISON, C.** *Tourism, Culture and Development: Hopes, Dreams and Realities in East Indonesia*. London: Routledge, 1998.
- RUA, M. G.** Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUAS, M. G.; CARVALHO, M. I. V. (Orgs.). *O Estudo da Política*. Brasília: Paralelo 15, 2007.
- SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.** Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), Fortaleza, 12 a 15 de maio de 2008.
- SANTOS, B. S.** Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.
- SANTOS, J. M.** *O Comércio e a Civilização dos Índigenas no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1868.
- SAURA, I. G. & GARCIA, H. G.** Destination Image: Towards a Conceptual Framework. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 1, p. 56-78, 2002.
- SCHRIEWER, K.** Los norteamericanos residentes en España vistos por los españoles. In: **GARCÍA, M.; SCHRIEWER, K.** (eds.). *Ni turistas ni migrantes. Movilidad residencial europea en España*, Murcia: Isabor, 2008.
- SILVA, E.** Possibilidades do desenvolvimento do turismo étnico nas comunidades quilombolas de Diamantina/MG: oportunidades e desafios. *Revista Applied Tourism*, v. 1, n. 1, p. 83-96, 2016.
- SILVEIRA, C. E.; MEDAGLIA, J.** Perfil da demanda turística real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções & expectativas. Diamantina: UFVJM, 2012. 42 p. Relatório final de pesquisa. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1008>. Acessado em março de 2023.
- SMITH, V. L.** *Hosts and Guests: The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.
- SOLHA, K. T.** Planejamento turístico. Barueri, SP: Manole, 2006.
- SPEED, R. & HARRISON, P.** Globalization and Tourism: From Middlemen to Places in the Networked World. *Tourism Studies*, v. 4, p. 167-182, 2004.
- STEINBERGER, J. K.; KRAUSMANN, F.; EISENMENGER, N.** Global Patterns of Material Use: Sustainability and Impacts on Tourism. *Science of the Total Environment*, v. 652, p. 1302-1317, 2013.
- SUTTON, W.** Travel and Understanding: Notes on the Social Structure of Touring. *International Journal of Comparative Sociology*, 8(2): 218-223, 1967.
- SWEET, J.** Burlusquing "The Other" in Pueblo Performance. *Annals of Tourism Research*, v. 16, p. 62-75, 1989.
- TAMIR, M.** The Tourism Gaze: Reflections on Travel and Identity. *Journal of Tourism Research*, v. 48, n. 2, p. 134-145, 2020.
- TRIBE, J.** Tourism research and the social sciences. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 638-657, 1997.
- TRIBE, J.** Tribes, territories and networks in the tourism academy. *Annals of Tourism Research*, v. 37, n. 1, p. 7-33, 2010.
- URRY, J. & LARSEN, J.** *The Tourist Gaze 3.0*. London: SAGE Publications, 2021.
- URRY, J.** O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- URRY, J.** *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*. London: Sage Publications, 1990.
- VAN DEN BERGHE, P. L.; KEYES, C. F.** Introduction tourism and re-created ethnicity. *Annals of Tourism Research*. Elsevier, 1984.
- VERGARA, S. C.** *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA FILHO, C. M. Políticas de Turismo no Brasil: Desafios e Perspectivas. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 10, n. 2, p. 45-61, 2002.

WALDREN, J. Insiders and outsiders on the Mallorcan tourist markets: A case of changing perceptions. In: **URRY, J.** (Ed.). *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*. London: Sage Publications, 1996. p. 148-168.

WEISS, C. H. Investigación evaluative: métodos para determinar la eficiencia de los programas de acción. México: Editorial Trillas, 1978.

WILSON, D. & RICHARDS, G. *Tourism, Creativity and Development*. London: Routledge, 2007.

WOLF, E. R. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

ZHOU, L. & ZHANG, Y. Research on the Tourism Impact Based on the Goffman's Dramaturgical Perspective. *Tourism Tribune*, v. 30, n. 5, p. 75-83, 2015.

APÊNDICE A**GUIA DE ENTREVISTAS PARA TRABALHO DE CAMPO**

Políticas Públicas de Turismo e o Olhar Local das comunidades tradicionais de Diamantina/MG

Identidade do Entrevistado (respeitadas as regras de anonimato):

Idade: _____

Comunidade onde vive:

Há quanto tempo vive: _____

Comunidade onde trabalha:

Ocupação: _____

Escolaridade: _____

- 1. Conte um pouco sobre sua relação com a comunidade.**
- 2. Conte um pouco sobre a sua relação com o turismo em Diamantina.**
- 3. Qual sua relação profissional com a comunidade em que atua?**
- 4. Por que você atua nas áreas de serviços turísticos em que atua (ou porque não atua com turismo)?**
- 5. Conte sobre as oportunidades e desafios no exercício da sua ocupação.**
- 6. Na sua opinião particular, qual manifestação ou atrativo mais valioso da sua comunidade?**
- 7. Qual manifestação ou atrativo é percebido pela comunidade como mais valioso?**

8. **Na sua opinião, quais comunidades, vilas ou povoados em Diamantina possuem atrativos turísticos?**
9. **Quais políticas de turismo você percebe nesta comunidade?**
10. **Quais políticas de turismo você percebe em outras comunidades?**
11. **Você conhece a política pública citada? Qual sua opinião sobre ela?**
 - a. **Programa Bem Receber em Diamantina**
 - b. **Programa Diamantina Adventure**
 - c. **Atividades no Cine Teatro Santa Izabel**
 - d. **Mercado Velho - Centro Cultural Davi Ribeiro**
 - e. **Bandas musicais e Orquestra Sinfônica**
 - f. **Programa Cidade Viva**
 - g. **Projeto Monumenta**
 - h. **Programa Diamantina para o Mundo**
 - i. **Programa Novos Caminhos para o Turismo**
 - j. **Apoio a projetos culturais e turísticos executados por meio de parcerias**
 - k. **Apoio a projetos culturais por meio de editais**
 - l. **Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística**
 - m. **Implantação e reforma de sinalização turística para roteiros estratégicos com foco no ecoturismo e cicloturismo**
 - n. **Eventos Festivos e Culturais**
 - o. **Programa Turismo Solidário**
12. **Você consegue distinguir iniciativas políticas de cada ente federativo: Município/Prefeitura; Estado; União?**
13. **Quais as dificuldades percebidas na atividade turística na comunidade onde atua?**
14. **Na sua percepção, como as políticas públicas de turismo têm auxiliado na superação dessas dificuldades?**
15. **Como a infraestrutura de transporte em Diamantina impacta seus negócios?**

Projeto de Pesquisa O Olhar do Autóctone sobre os impacto das políticas públicas de turismo nas comunidades tradicionais de Diamantina/MG

Você concorda em conceder a entrevista?

- SIM
 NÃO
 SOB CONDIÇÕES: _____

Nome: Contato:

Diamantina, MG, _____ / _____ / _____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisa

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado/a informante,

Esta entrevista faz parte da pesquisa **Políticas Públicas de Turismo e o Olhar Local das comunidades tradicionais de Diamantina/MG**, realizada sob a coordenação da **Profa. Ana Paula Gonçalves Vasconcelos**, e busca compreender como são percebidos os impactos das políticas públicas de turismo pelas comunidades tradicionais em Diamantina/MG.

Para este estudo faremos um conjunto de entrevistas que serão transcritas e interpretadas por pesquisadores da UFMG. Todas as informações coletadas durante as entrevistas envolvem única e exclusivamente fins acadêmicos e científicos. Os dados dos informantes e informados serão tratados com confidencialidade, protegendo-os de serem identificados ou rastreados. Não serão nunca fornecidos a terceiros e nem citados nominalmente, neste estudo ou em eventuais publicações que derivem desta pesquisa.

Todos os dados coletados serão mantidos em arquivo digital pelos pesquisadores pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser solicitados pelo informante a qualquer momento dentro desse prazo. A segurança e sigilo dos dados é de inteira responsabilidade dos pesquisadores.

Para participar deste estudo o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira, mas será garantido, se necessário, o ressarcimento de suas despesas, e de seu acompanhante, como transporte e alimentação. Sua participação é voluntária e você pode retirar ou interromper seu consentimento a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação da forma com que é atendido pelo pesquisador. Espera-se que o tempo de entrevista dure em torno de 30 minutos e ela deve ser conduzida em local a sua escolha, inclusive em sua comunidade caso queira, e em que o (a) Sr. (a) se sinta confortável e seguro(a).

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve ser lido de maneira clara para os entrevistados, especialmente os analfabetos, e o sr(a) pode pedir que eu repita qualquer parte ou todo o documento quantas vezes desejar.

Os participantes podem experimentar desconforto emocional ao discutir os impactos do turismo em suas comunidades tradicionais, podem temer represálias ou estigmatização por parte das autoridades ou outros membros da comunidade ao expressarem opiniões críticas sobre as políticas públicas de turismo, de modo que a entrevista pode ser paralisada ou encerrada a qualquer momento caso decidido pelo entrevistado. Para evitar tais situações o pesquisador deve estabelecer um ambiente de entrevista sensível e empático, demonstrando compreensão pelas experiências e sentimentos dos participantes.

Em caso de danos decorrentes da pesquisa, os participantes têm o direito de buscar indenização nos termos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando finalizada.

Em caso de dúvidas gerais e sobre a pesquisa o informante pode, a qualquer momento, entrar em contato com a coordenadora da Pesquisa **Profa. Ana Paula Vasconcelos Gonçalves** pelo e-mail anapaulavasconcelos@gmail.com ou com o pesquisador **André Port Artur de Paiva Torres**, pelo e-mail andrepatorres@gmail.com ou pelo celular/*whatsapp*: (31) 9 8719-8502. Em caso de dúvidas de ordem ética o informante pode, a qualquer momento, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP da Universidade Federal de Minas Gerais pelo e-mail: coep@prpq.ufmg.br ou pelo telefone: (031) 3409-4592.

Rubrica participante
Pesquisador

Rubrica

Diamantina, MG, ____ / ____ / ____